

**PORTUGAL,
PLATAFORMA DA
ECONOMIA DO MAR E
PORTA ATLÂNTICA DA
ROTA MARÍTIMA DA
SEDA PARA A EURÁSIA,
A AMÉRICA E A ÁFRICA**

**A
C
T
A
S**

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO

Instituto Sun Wen_Song Qingling
Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China_CCDPCh
Observatório da China
Editoras da LAC e MC2P (Apoio Técnico)

EDITOR

António dos Santos Queirós

AUTORES

Alexis Tam
António dos Santos Queirós
Carlos Morais
Carolina Guedes
Choi Man Hin
Heitor Barras Romana
Ilídio Seródio
I Ping Chow
João Amorim
João Barreiros
Jorge Costa Oliveira
José Carlos Matias
Júlio Pereira
Manuela Pintado
Mário Lopes
Pinto Ramalho
Ricardo Serrão Santos
Rui Lourido
Teresa Cid
Zhang Min
Zhao Bentang

IMPRESSÃO

Impressões de Coimbra
Estrada de Coselhas Lote 16, R/C Dto, 3000-125 Coimbra

PAGINAÇÃO

Joana Capelo

ISBN

978-972-8659-62-2

DEPÓSITO LEGAL

000000

CONTACTOS

Web page e mail

<https://ccdpc.com/>
<https://www.observatoriodachina.org/index.php/pt/>
<https://www.facebook.com/CamaraDeCooperacaoEDesenvolvimentoPortugalChina/camaracoopdespch@gmail.com>
<https://www.facebook.com/observatoriodachina.pt>
<https://www.facebook.com/profile.php?id=100069497344545>
<https://www.facebook.com/profile.php?id=100068233494234>

APOIOS À EDIÇÃO

Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China_CCDPCh
Observatório da China

COMUNICAÇÕES

MENSAGEM DE SAUDAÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
PROFESSOR DOUTOR MARCELO REBELO DE SOUSA 13

IN MEMORIA E HOMENAGEM AO JUIZ CONSELHEIRO JÚLIO ALBERTO CARNEIRO PEREIRA..... 14

ENVIDAR ESFORÇOS CONJUNTOS PARA SALVAGUARDAR O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DAS
RELAÇÕES CHINA-EU
ZHAO BENTANG 16

A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR E A COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA SUA EXCELÊNCIA O
MINISTRO DO MAR
RICARDO SERRÃO SANTOS 18

I PAINEL | UMA NOVA ERA DE CRISE AMBIENTAL E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

A COMMON FUTURE FOR MANKIND AND CHINA'S FIRST STEPS TOWARDS ECO CIVILIZATION
ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS 23

PORTUGAL'S EU ROTATION PRIORITY AGENDA AND ITS ROLE ON EU CHINA COOPERATION ON GREEN
TRANSITION FOR MITIGATING GLOBAL CLIMATE CHANGE
ZHANG MIN 28

RELAÇÕES ECONÓMICAS PORTUGAL-CHINA: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO PORTO DE SINES
E DA REDE FERROVIÁRIA DE BITOLA EUROPEIA
MÁRIO LOPES..... 41

II PAINEL | UMA NOVA ERA DE PAZ E COOPERAÇÃO. UM FUTURO COMUM PARA A HUMANIDADE

O FUTURO DA EUROPA, À LUZ DE CRISE CIVILIZACIONAL E AMBIENTAL E DO CONCEITO CHINÊS DE
UMA NOVA ERA
PINTO RAMALHO 53

UMA HISTÓRIA DE COOPERAÇÃO BASEADA NA AMIZADE E RESPEITO MÚTUO, PARA O PROGRESSO
COMUM
TERESA CID..... 57

A COOPERAÇÃO DA CHINA COM PORTUGAL E OS RESTANTES PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
RUI LOURIDO..... 59

O PAPEL ESTRATÉGICO DE MACAU NO PROJETO DA GRANDE BAIA
HEITOR BARRAS ROMANA 66

A FUNDAÇÃO ORIENTE E AS RELAÇÕES COM A CHINA
JOÃO AMORIM 68

O INSTITUTO CONFÚCIO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA E A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
JOÃO BARREIROS..... 71

O INSTITUTO CONFÚCIO NA UNIVERSIDADE DE AVEIRO NO ENSINO DA LÍNGUA E CULTURA CHINESA
EM PORTUGAL, NA COOPERAÇÃO E INVESTIGAÇÃO SINORTUGUESAS
CARLOS MORAIS..... 76

A COOPERAÇÃO CULTURAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
MANUELA PINTADO 82

A CHINA E A NOVA ORDEM MUNDIAL
JÚLIO PEREIRA 85

A BRI E AS NOVAS ROTAS DA SEDA
JORGE COSTA OLIVEIRA 93

III PAINEL | A COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E A CHINA

PORTUGAL-CHINA, O ROTEIRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS DOIS PAÍSES AMIGOS
CHOI MAN HIN 105

INICIATIVAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA
I PING CHOW..... 108

A COOPERAÇÃO, A ROTA DA SEDA, E O UM FUTURO COMUM PARA A HUMANIDADE
ILÍDIO SERÔDIO 111

MISSÃO E OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESÁRIOS PORTUGAL-CHINA
CAROLINA GUEDES..... 114

A NOVA ZONA DE COOPERAÇÃO APROFUNDADA GUANGDONG/MACAU E HENGQIN
JOSÉ CARLOS MATIAS 118

DISCURSO NA CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO DA III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO
PORTUGAL-CHINA DO CHEFE DA DELEGAÇÃOECONÓMICA E COMERCIAL DE MACAU EM PORTUGAL
ALEXIS TAM 123



III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO

PORTUGAL - CHINA

Portugal, plataforma da economia do mar e porta atlântica da Rota Marítima da Seda para a Eurásia, a América e a África

PRESENCIAL

AUDITÓRIO DA UCCLA, LISBOA – 14 DE DEZEMBRO, 09H – 18H
15 DE DEZEMBRO, 9H-13H DE 2021

ONLINE





■ 14 de dezembro 09:30H Boas-vindas. 09:45H Abertura.

Após a intervenção de boas-vindas do Secretário-Geral da UCCLA, Dr. **Vítor Ra** representação do Presidente da Academia de Ciências Sociais da China, terer Deputy Director-general of Bureau of International Cooperation of CASS, seguida da abertura oficial pelo Embaixador da China em Portugal, Dr. **Zhao Bentang**. Por regressar a Portugal, só na tarde do dia 14, o Sr. **Ministro do Mar**, Prof. Ricardo Serrão Santos, só intervirá às 16h. A Conferência será encerrada no dia 15, pelo Doutor Eurico Brilhante Dias, **Secretário de Estado da Internacionalização**.



É uma iniciativa da CCDPCh e do Observatório da China, em parceira com a União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal- China, autarquias, associações, universidades, politécnicos e entidades empresariais de todo o país, que atualmente desenvolvem projetos de cooperação e intercâmbio.

Esta iniciativa visa também apoiar a realização e o desenvolvimento dos 17 acordos assinados na visita de Xi Jinping a Portugal, particularmente a nova "Rota da Seda", que envolve uma vertente marítima e outra terrestre/ferroviária, a Parceria Portugal-China 2030, que estabelece os termos e condições para a promoção e desenvolvimento de cooperação científica e tecnológica.

A Conferência pretende responder a questões cruciais para o comércio e a cooperação, contribuir para o desanuviamento da tensão entre a Europa e a China, e desta forma para reforçar os interesses de Portugal neste relacionamento com a China. Contribuindo pelo debate de opiniões diversas para a construção de um futuro pacífico e comum para a Humanidade, na base da escolha por cada país do seu próprio caminho para a democracia e o desenvolvimento sustentável.

É para analisar este novo quadro internacional em desenvolvimento que a organização convidou académicos, economistas, fiscalistas e empresários, decisores políticos e financeiros com reconhecida influência nas relações entre os dois países, o que tornará certamente mais interessante o estudo das oportunidades e desafios na colaboração que se têm vindo a desenvolver.

A Conferência de abertura, na manhã de 14 de dezembro, tem como tema *Um futuro Comum para a Humanidade e os primeiros passos da China em direção à Eco Civilização*, a cargo do Prof. Dr. **António dos Santos Queirós**. Secretário-Geral da CCDPCh _ Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China.



■ 1ª MESA REDONDA E DEBATE

Participam na **1ª mesa-redonda, coordenada pelo jornalista Paulo Dentinho**, dedicada aos temas de *Uma Nova Era, de crise ambiental e transição ecológica. A nova Política Marítima Integrada da União Europeia e a estratégia nacional para os Oceanos. O Cluster do mar. Missão e projetos. A importância estratégica do Porto de Sines e dos portos atlânticos na Rota Marítima da Seda. Uma rede ferroviária de bitola europeia interligada com Espanha e na Rota Ferroviária da Seda da Eurásia. O papel estratégico do transporte aéreo.*

- Profª Drª Zhang Min, diretora do Instituto de Estudos da Península Ibérica da CASS - Academia das Ciências Sociais da China - EU-China cooperation on Green transition for mitigating global climate change.
- Prof Dr, Mário Lopes. Prof. do Dept. de Engª Civil do Instituto Superior Técnico (Ex-Presidente da ADFERSIT)
- Dr. Ruben Eiras, Secretário-Geral do Fórum Oceano - Associação da Economia do Mar
- Eng. José Luis Azevedo Cacho. Presidente da Associação dos Portos de Portugal, APP. Presidente da APS - Administração dos Porto de Sines e do Algarve
- Dr. Manuel Beja, Presidente da TAP
- Dr. José Castelo Branco, Vogal do C.A. dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra

■ 13.00H / 14.30H Almoço

15.00H / 2ª MESA REDONDA E DEBATE

A sessão da tarde inicia-se com a Conferência: Cooperação da China com Portugal e os restantes Países de Língua Portuguesa, pelo Dr. **Rui Lourido**, presidente do Observatório da China e Coordenador Cultural da UCCLA _União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas.

E prossegue com a segunda mesa-redonda, coordenada pela Prof Drª **Teresa Cid**, U. Lisboa e pelo General **Pinto Ramalho**, Diretor da Revista Militar, sobre *O futuro da Europa, à luz de Crise Civilizacional e Ambiental e do conceito chinês de uma Nova Era. O papel estratégico de Macau no projeto da Grande Baía e na construção de uma nova ordem internacional de paz e cooperação. A conceção chinesa de poder, defesa e segurança, nas relações internacionais. A cooperação Política, Económica e Financeira, A cooperação Cultural Científica e Tecnológica.*

Nela participam:

- Prof. Zhang Yuyan. Senior Fellow and Director-General of the Institute of World Economics and Politics (IWEP), Chinese Academy of Social Sciences (CASS), member of the Foreign Policy Advisory Group of the Ministry of Foreign Affairs of China, an expert on the Advisory Committee for Economic & Trade Policy of the Ministry of Commerce of China.
- Prof. Dr. Heitor Alberto Coelho Barras Romana, Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas e do Instituto do Oriente (ISCSP-U. Lisboa).
- Dr. João Amorim, Vogal do Conselho de Administração da Fundação Oriente
- Prof. Dr. João Barreiros, Diretor do Instituto Confúcio da Universidade de Lisboa
- Prof. Dr. Carlos Morais, Diretor do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro
- Profª Dra. Manuela Pintado, Diretora do CBQF, Diretora da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto

16.00h - Sr. Ministro do Mar, Prof. Ricardo Serrão Santos

Pausa para café

16.30h - 18.00h Continuação e Debate

Fim do 1º dia



■ 15 de dezembro 09:00H 2º dia

A terceira sessão ocorre durante a manhã. Com duas conferências sobre:
A China e a Nova Ordem Internacional.

- Dr. **Júlio Pereira**. União das Associações de Amizade e Cooperação com a China. Presidente do ICODEPO
- Dr. **Jorge Costa Oliveira**, jurista (Ex Secretário de Estado da Internacionalização e Ex consultor do Governo de Macau)

■ 10.00H / 3ª MESA REDONDA E DEBATE.

Seguidas da 3ª mesa-redonda, sob os temas *A cooperação Política, Económica e Financeira . A cooperação Cultural Científica e Tecnológica . A Rota da Seda, e o projeto de um Futuro Comum para a Humanidade.*

Moderadora: Profª. Drª Andreia Valente, investigadora
Vice-presidente do Instituto do Oriente, (ISCSP-U. Lisboa)



Nela intervirão:

- Sr. Choi Manhin, Presidente da Associação dos comerciantes e industriais chineses
- Eng. Ilídio Serôdio, Vice-Presidente da CCILC, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa
- Sr. Y Ping Chow, Presidente da CCPC-PME, Câmara de Comércio Luso-Chinesa PME
- Drª Carolina Guedes, Diretora Geral da AJEPC
- Profª. Maria Fernanda Ilhéu. ISEG Executive Education Lisboa. Administradora da Fundação Jorge Álvares. Presidente da Associação Amigos da Nova Rota da Seda.
- Dr. Bian Feng, CEO do Bison Bank
- Dr. José Carlos Matias, jornalista, Diretor do Business Macau

Coordenação da conferência:

- O Secretário-Geral da **CCDPCh**. Prof. António dos Santos Queirós
- O Presidente da **Liga dos Chineses em Portugal**, Sr. Y Ping Chow,
- O Presidente do **Observatório da China**, Dr. Rui Lourido
- O Presidente da **União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China**, Dr. Júlio Pereira

PS: Os conferencistas e participantes, nacionais e internacionais, poderão optar por participar presencialmente no auditório da UCCLA, onde o número de presenças será limitado por razões de segurança sanitária ou através de uma plataforma online que será disponibilizada para esse efeito.

Mails para inscrição presencial:

camaracoopdespch@gmail.com

geral@observatoriodachina.org

A participação é livre, mas é necessária pré-inscrição: com indicação do nome, situação profissional, na opção pela modalidade presencial. O telefone de contacto é facultativo.



Telefones de contacto

910506370 - António dos Santos Queirós

966887126 - Rui d'Ávila Lourido

Seguir a III Conferência:

www.facebook.com/CamaraDeCooperacaoEDesenvolvimentoPortugalChina

www.facebook.com/observatoriodachina.pt/

III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA
MENSAGEM DE SAUDAÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
PROFESSOR DOUTOR MARCELO REBELO DE SOUSA

Casa Civil do Presidente da República

Exmo. Senhor

Dr. António dos Santos Queirós

camaracoopdespch@gmail.com

Encarrega-me Sua Excelência o Presidente da República de agradecer a V.Exa. o amável convite para participar na Ili Conferência Internacional de Cooperação Portugal-China, que se realizou nos dias 14 e 15 do corrente, em Lisboa.

Não obstante, em virtude de outros compromissos já anteriormente assumidos, Sua Excelência o Presidente da República não teve disponibilidade para participar na referida Conferência, para a qual deseja os maiores sucessos.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DA CASA CIVIL,


Fernando Frutuoso de Melo

16 12"21 12317

p2 34837 / 20170
ARI/VS/MA



Publicado *In Memoria* e Homenagem ao Juiz Conselheiro Júlio Alberto Carneiro Pereira, a quem, no desempenho das suas funções de estado, mas também no estudo e investigação superior da cultura chinesa e das relações internacionais, a cooperação entre os dois países muito ficou a dever.

Trabalhou no Governo de Macau, onde esteve 10 anos, como assessor do secretário adjunto para a Administração, diretor do Serviço de Administração e Função Pública e Administrador do Fundo de Pensões de Macau e foi ainda assessor diplomático do Governador de Macau, de 1986 a 1989, sendo fluente em Mandarim.

Diretor operacional do Serviço de Informações de Segurança (SIS), entre 1997 e 2000.

Diretor do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) entre 2001 e 2003.

Entre 2005 e 2017 liderou o Serviço de Informações da República Portuguesa e chegou a integrar o Governo como Secretário de Estado da Defesa Nacional do primeiro Governo liderado por António Guterres.



CONDOLÊNCIAS

Presidente da República lamenta a morte de Júlio Pereira

19 de janeiro de 2024

Foi com profundo pesar que o Presidente da República tomou conhecimento da morte precoce do Juiz Conselheiro jubilado, Júlio Alberto Carneiro Pereira, apresentando aos seus familiares e amigos as mais sentidas condolências.

Júlio Pereira desempenhou funções as mais relevantes na Justiça, enquanto Juiz Conselheiro e Procurador-Geral Adjunto do Supremo Tribunal de Justiça. Na Segurança Nacional, enquanto Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, Diretor Adjunto do Serviço de Informações de Segurança e Diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Na Política Externa, durante o Governo de Macau, onde se destacou enquanto Alto Comissário Adjunto contra a Corrupção, mas também, durante toda a sua vida, pelas competências que lhe eram reconhecidas no domínio da língua e estudos chineses.

Tudo numa longa e intensa carreira, assinalada pelo incansável labor, cuidadoso e empenhado sentido institucional e dedicação à causa nacional, que foi reconhecida pelo Presidente da República quando o condecorou, a 5 de dezembro de 2017, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

(Mensagem de S. Ex^a o Presidente da República Portuguesa, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, na data do seu falecimento)



ENVIDAR ESFORÇOS CONJUNTOS PARA SALVAGUARDAR O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DAS RELAÇÕES CHINA-EU

SUA EXCELÊNCIA ZHAO BENTANG (EMBAIXADOR DA CHINA EM PORTUGAL)

Como o maior país em desenvolvimento e o maior bloco dos países desenvolvidos, respetivamente a China e a União Europeia (UE), são duas forças que salvaguardam a paz mundial. Como duas economias importantes do mundo, a China e a União Europeia são os dois mercados que promovem o desenvolvimento comum. Como dois berços de civilizações, a China e a União Europeia possuem Civilizações que promovem o progresso da humanidade. A nossa cooperação vai muito além do âmbito bilateral, e possui um significado especial e UM valor global. A China e a UE persistem em diálogo, abertura, cooperação e multilateralismo, injetam energia positiva na resposta conjunta aos desafios globais e na promoção da recuperação económica. Com história, tradição, sistema social e fases de desenvolvimento distintos, a China e a União Europeia possuem diferenças no sistema político e modo de desenvolvimento, mas entre as nossas duas partes não há conflito fundamental. A história do intercâmbio sino-europeu prova, por várias vezes, que tratamento igual, respeito mútuo, busca convergências enquanto preserva divergências, expandir interesses comuns no meio de cooperação são experiências preciosas para manter o desenvolvimento saudável e constante das relações China-UE.

Lamentavelmente, baseado em mentiras e desinformações fabricadas por uns elementos anti-China, a União Europeia decidiu impor sanções unilaterais a indivíduos e entidades chinesas com um pretexto de alegada “questão de direitos humanos de Xin Jiang”. A decisão da UE prejudica profundamente as relações China-União Europeia e a sua confiança mútua. A parte chinesa já fez solenemente a sua representação junto da União Europeia e decidiu impor sanções a entidades e indivíduos que prejudiquem a soberania e os interesses da China, que disseminem mentiras e promovam a desinformação. Essa é a prática justa da China para salvaguardar os seus interesses legítimos e é um contra-ataque justificado e razoável.

A posição da China é sempre clara e constante quanto ao desenvolvimento das relações com a UE. A parte chinesa quer diálogo em vez de confrontação, defender tratamento com uma mentalidade aberta e inclusiva, gerir e resolver divergências através de negociação. Esperamos que a União Europeia possa excluir interferência exterior e envidar esforços com a parte chinesa, focalizar em aprofundamento da cooperação, para salvaguardar conjuntamente

o desenvolvimento saudável das relações China-União Europeia.

Portugal é um país membro importante na União Europeia, e é bom amigo e bom parceiro da China no quadro da UE. Em 2009, sob o empenho de Portugal, o Tratado de Lisboa entrou em vigor, abrindo uma nova página da integração europeia. Nos últimos anos, com as suas vantagens na história, na cultura, na tradição e na localização geográfica, Portugal desempenha um papel cada vez mais importante no palco internacional. Atualmente, Portugal assume a presidência da União Europeia e encarrega as missões como promoção da recuperação, aceleração da transição verde e digital e aprofundamento da cooperação pragmática entre a União Europeia e o resto do mundo. A China apoia o trabalho da presidência de Portugal e apoia uma Europa estável e próspera a desempenhar maiores funções no palco internacional. Como o país que preside atualmente ao Conselho da União Europeia, a parte chinesa espera que a parte portuguesa possa desempenhar funções construtivas e promover mais países da União Europeia a olharem a China numa perspectiva objetiva, justa e racional e realizarem diálogo e intercâmbio com a China no espírito de tratamento igual e ganhos compartilhados, contribuindo para o aprofundamento constante do relacionamento China-União Europeia.



A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR E A COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA

SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DO MAR (PROF. DR. RICARDO SERRÃO SANTOS)

Muito boa tarde,

Cumprimento todos os participantes de Portugal e da China, nesta III Conferência Internacional de Cooperação Portugal-China, e começo por agradecer muito o convite para aqui estar. É uma honra e um especial prazer para mim.

Não posso deixar de dirigir, também, umas palavras especiais à Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China, à União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China e ao Observatório da China, felicitando-os por mais esta edição da conferência.

Portugal e a China têm já um rico histórico de cooperação económica bilateral, e também de cooperação multilateral, tanto no contexto europeu, como no quadro dos países de língua oficial portuguesa. Há vários anos, também, temos desenvolvido canais de cooperação científica e tecnológica, sendo o oceano uma das áreas com potencial relevante, e em anos recentes, as boas relações entre os nossos governos, e as várias iniciativas diplomáticas desenvolvidas, têm dado frutos.

Devo dizer que enquanto cientista desenvolvi, entre 2011 e 2014 diversos e frutuosa contactos e planos de trabalho com o do Dr Yang Ning Chen (então Conselheiro Científico da Embaixada da República Popular da China), e outros membros da embaixada da ocasião. Aliás foi mais além do trabalho tendo resultados numa relação de amizade.

Neste contexto com base no Memorando de Entendimento assinado em 25 de Junho de 2012 entre Portugal e a China sobre Investigação, Tecnologia e Inovação, trabalhamos em conjunto, com diversos institutos e universidades portuguesas e da República Popular da China no domínio das ciências do mar, no âmbito de um projecto a que chamámos SINOPORT-OCEAN com o objectivo de: i. promover e facilitar a investigação inovadora em ciências marinhas através da colaboração; ii. promover e facilitar o intercâmbio de cientistas marinhos e desenvolver programas de educação e formação no meio académico e industrial; iii. estabelecer plataformas de inovação que facilitem a transferência de tecnologia e criem sinergias entre o meio académico, o governo local, os parques tecnológicos e a indústria.

Foram numerosas as trocas de visitas e as colaborações que se encetaram a partir daí, nas quais já não vim a participar, pois em 2014 fui eleito Deputado ao Parlamento Europeu.

Também com eurodeputado colaborei em diversas iniciativas Sino-Europeias, nomeadamente, para apenas citar um, no “EU China Blue Year Event” em junho de 2017.

Agora como ministro do mar de Portugal, e tendo já reunido em steaming com Sua Excelência o Embaixador da China em Portugal, reforço a honra de estar neste dia na III Conferência Internacional de Cooperação Portugal China.

O que eu gostaria de fazer hoje, era transmitir-vos os mais recentes desenvolvimentos, políticos e económicos, que temos tido em Portugal, e que, na minha perspectiva, abrem novas oportunidades para o reforço da nossa cooperação bilateral.

E posso começar por dizer-vos que este ano de 2021, tem sido um ano especialmente desafiante para a área governativa do mar em Portugal. E digo “desafiante” no sentido mais positivo do termo. O primeiro semestre foi dominado por eventos como a Presidência Portuguesa da União Europeia, o culminar do processo de elaboração da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, que foi publicada no início de junho, e a aprovação do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal, um programa europeu de apoio à recuperação económica, de resposta à crise causada pela pandemia de COVID19. O segundo semestre, ainda está a decorrer, mas conta já com a aprovação do Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar, que contém um pacote de 185 medidas concretas para a sua implementação até 2030. Estamos também a dar os primeiros passos na operacionalização do referido Plano de Recuperação e Resiliência, com importantes reformas legislativas.

Portugal tem uma Estratégia Nacional para o Mar desde 2006 e aprovou, este ano, a sua terceira versão, cuja vigência vai até 2030. Este é o principal documento orientador das políticas do mar em Portugal e beneficiou de mais de mil contributos de todos os setores da sociedade, durante um longo processo de consulta pública.

Há quatro premissas fundamentais na visão desta Estratégia para a década, que se baseia em promover um oceano saudável, que permita potenciar o desenvolvimento económico sustentável, o bem-estar dos portugueses e afirmar Portugal como líder na governação do oceano, apoiada no conhecimento científico.

A primeira premissa é que um oceano saudável é condição primordial para que possamos colher todos os benefícios deste recurso. Por outro lado, como os principais problemas que afetam o oceano são de natureza global e carecem de soluções globais, Portugal deve manter um papel de liderança diplomática neste domínio, na arena internacional. A terceira premissa é que o mar apresenta um enorme potencial para promover avanços no conhecimento científico, o que nos permitirá otimizar atividades económicas, identificar formas de proteger espécies e ecossistemas vulneráveis, e de salvaguardar o património cultural. Finalmente, a dimensão da segurança, que é determinante para responder a ameaças, prevenindo e agindo em situações que coloquem em risco o ambiente marinho, as atividades económicas e a vida humana no mar.

Sendo esta a nossa terceira estratégia nacional para o mar, beneficiou da aprendizagem resultante das suas duas antecessoras e dos respetivos processos de avaliação. Para garantirmos a sua plena implementação, esta estratégia vem acompanhada de um Plano de Ação que contém 185 medidas concretas das quais 30 foram consideradas emblemáticas, com base na sua abrangência e elevado potencial multiplicador de efeitos. O plano de ação é bastante abrangente e inclui medidas de cariz financeiro e de incentivos fiscais, de simplificação e modernização administrativa, de estímulo à literacia e qualificação de recursos humanos,

de desenvolvimento e implementação de infraestruturas, de geração de conhecimento, dados e informação, de implementação, de segurança ou ainda de estímulo à inovação e desenvolvimento tecnológico.

Dentro das 30 medidas emblemáticas, posso referir, por exemplo, o objetivo de classificarmos 30% das nossas águas como área marinha protegida, e 10% como área de proteção integral, sendo que esta medida lança desafios em áreas tão diversas como a investigação científica, a conservação da natureza, as pescas, o património cultural, a vigilância marítima e a educação.

Outro exemplo é a aposta na aquicultura, incluindo a aquicultura offshore, que traz benefícios não só para o setor alimentar e a transformação de pescado, mas também para a engenharia e construção navais, para a ciência, para os portos, para a robótica e sensores, para as energias renováveis e até para o turismo.

Por último, refiro a medida relativa à criação de um Hub Azul, com polos em várias partes do território. Trata-se em concreto de uma rede de infraestruturas e parques tecnológicos em vários portos do país (Algarve, Lisboa, Peniche, Aveiro, Porto) com acesso à água, laboratórios e zonas de teste, e espaços de incubação e alavancagem de empresas criando uma plataforma física e virtual em rede para dinamizar áreas emergentes da economia do mar. Será um investimento de mais 87 milhões de euros até 2025, realizado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Este Plano de Recuperação e Resiliência tem uma componente de reformas e investimentos dedicada exclusivamente ao mar, com 252 milhões de euros de investimentos para aplicar em vários projetos. O Governo Português considera que a recuperação da nossa economia nesta década tem de assentar numa mudança de paradigma. É fundamental descarbonizar a economia, desenvolver processos de produção mais limpos e tornar a economia mais circular, aumentando a sua eficiência no uso de recursos e de energia. Este novo paradigma é uma obrigação moral no contexto mundial em que vivemos, e cria enormes oportunidades e desafios para cientistas, empresários e governantes.

A economia do mar representa mais de 5% do PIB de Portugal. O mar emprega mais de 4% dos portugueses que trabalham em território nacional e os produtos de mar valem 5% das exportações nacionais. Em termos práticos, e tendo em conta a nossa experiência recente em outras crises económicas, sabemos que a economia do mar pode ser especialmente importante na retoma económica.

A extensão do nosso território marítimo é importante porque nos dá acesso a recursos vivos, genéticos e minerais, de grande relevância económica e estratégica. Mas Portugal tem também vantagens competitivas derivadas da sua posição geoestratégica, das suas competências tecnológicas e da sua tradição marítima, para além da estabilidade das orientações políticas conferida pela existência de uma Estratégia Nacional para o Mar com uma visão a 10 anos. Claro que a extensão do nosso território marítimo também acarreta responsabilidades, e é por isso que Portugal tem estado empenhado em diversos processos relacionados com a proteção do oceano e a organização da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, em Lisboa, em 2022, exemplifica cabalmente esse compromisso. Recordo, também, que Portugal é um dos países que integra o Ocean Panel (também conhecido por “High Level Panel for a Sustainable Ocean Economy”), e que recebeu, recentemente, a reunião ministerial da Convenção OSPAR,

tendo sido aprovada uma área marinha protegida (AMP) e reforçado o nosso objetivo com a criação de AMPs efetivas.

Julgo que todos estes desenvolvimentos recentes que vos referi são especialmente auspiciosos para o reforço da cooperação entre Portugal e a China. Há várias áreas prioritárias e metas da nossa Estratégia Nacional para o Mar que muito podem beneficiar de parcerias com a China. As metas ambiciosas que temos para o setor portuário e dos transportes marítimos, por exemplo, muito beneficiarão da extensão da chamada Rota Marítima da Seda ao Atlântico, existindo, por exemplo. A criação do Hub Azul, abre as portas dos seus 7 polos tecnológicos para cooperação com companhias e universidades chinesas em áreas emergentes da economia do mar, como a biotecnologia azul, as energias renováveis oceânicas, a robótica e as tecnologias digitais.

Na aquicultura, setor em que temos muito a aprender com a China, queremos aumentar substancialmente a nossa produção nacional na próxima década, e desenvolver áreas como a aquicultura de algas, aquicultura multitrófica integrada, a aquicultura offshore, com novas metodologias de cultivo e novas espécies para consumo humano e para outros fins.

Nas pescas e na transformação do pescado, queremos fomentar-se os conceitos de desperdício zero e da valorização integral dos resíduos, co-produtos e subprodutos, assegurando que o processamento não impede a rastreabilidade e, conseqüentemente, a segurança alimentar, desenvolvendo uma bioeconomia circular. Estou convencido que nestas áreas, e em muitas outras, temos terreno fértil para fortalecer os laços de cooperação e amizade que existem entre a China e Portugal.

Muito obrigado pela vossa atenção, e votos de sucesso para esta III Conferência Internacional de Cooperação Portugal China.



I PAINEL

A COMMON FUTURE FOR MANKIND AND CHINA'S FIRST STEPS TOWARDS ECO CIVILIZATION

ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS (PROF. DR. ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS. UNIVERSITY OF LISBON, CFUL. SECRETARY GENERAL OF THE PORTUGAL CHINA CHAMBER OF COOPERATION AND DEVELOPMENT, CCDPCH AND VICE PRESIDENT OF THE CHINA OBSERVATORY.)

This essay wants to discuss the environmental crises, from the perspective that it is acivilizational crisis. And the project of China Ecocivilization, on the light of political philosophy.

The Universal Declaration of Human Rights_ UN 1948, will be revisited from an historical and critique perspective. The UN Stockholm Conference 1972 that, for the first time, recognized and characterized the environmental crises, will be the subject of a critical review.

I.

CHINA IS CO-FOUNDER OF THE UNIVERSAL DECLARATION OF HUMAN RIGHTS _ UDHR

The resolution of UN was adopted on 10 December in the year one thousand nine hundred and forty-eight (A/RES/217), drafted by J. P. Humphrey from Canada and DrP.C. Chang, representative of China and mediator of Asian countries, the main negotiator of the consensus of its 30 articles.

Eleanor Roosevelt enthusiastically supported her. But, US, United Kingdom, France, don't respected the fundamental articles of UN Human Rights_ see the initial 1-5 (one to the five articles), because was colonialist countries and gender and racial discrimination was institutionalized, and they was the social practice in the metropolis and in the colonies.

Labor rights, economic democracy, the right of nations to dispose of themselves. Self-determination and independence. Refusal of hegemonism and a new era, of peaceful and justice... they have been elevated to the condition of fundamental human rights and, are incompatible with the political nature and evolution of liberal democracies.

However, people around the world don't now the substance, the original document and the historical conditions where was drafted.

The propaganda of Cold War need to subvert and distort the principles of the original UN Human Rights.

The consequence is that in the U.S. (and the West), human rights are reduced at formal civil and political rights. But it ends there.

What Article 21 of UN Human Rights prescribes is the way to citizenship and the diversity of democratic regimes. Article 21^o open the gate of new democracies and History can walk again to realize all the dreams and Human Utopias. For China, the Chinese dream, one China, beautiful China, a New Era for humankind. Consequently, the collage of Cold War propaganda linking political Human Rights with the model of liberal democracy, it is a fallacy.

Our research does a comparative study between the Constitutional text of PRC and the Declaration. Articles (eighteen)18, 19 and 20...all of them, are saved in the Article 35 (thirty-five) of the Constitution of PRCh: "Citizens of the People's Republic of China enjoy freedom of speech, of the press, of assembly, of association, of procession and of demonstration."

On other hand, the agrarian revolution in China realized the Article 17 (seventeen) of UN Human Rights to 350 (three hundred fifty) millions of peasants.

Articles 22 to 27, establish Labor Rights, Welfare, Education and Culture. Recent China proposes at United Nations Human Rights Council emphasize that "The rights to subsistence and development are the primary, basic human rights."

In response to the UN Vienna Declaration the Chinese government has made and carried out successive National Human Rights Action Plans, delivering the Two Assurances and Three Guarantees, for all people, in 2020. The "Two Assurances" refer to the necessary food and clothing. And the "three guarantees" refer to compulsory education, basic medical treatment, and housing security. They don't exist in liberal democracies.

PRCh eradicated from the extreme poverty 850 M (eight five hundred millions) people and achieved the higher Power Purchasing Parity. Progressively, the PRCh Constitution turn real to common people all the articles of UN Human Rights, and design the international policy of China, since the 5 principles of peaceful coexistence to The Global Security Initiative for Peace guided by the Principle of Indivisible Security. This principles are in conformity with the fundamentals of peace and dignity that are expressed in the Preamble and in the articles 28^o, 29^o and 30^o of UN Human Rights.

We can observe a first conclusion: Socialism With Chinese Characteristics, improved in the Constitution and on the political practice the Universal Declaration of Human, and enlarged them toward the ecological socialism and EcoCivilization.

II.

CHINA, IT IS AT THE HELM OF GLOBAL GOVERNANCE OF HUMAN RIGHTS.

The classic division between the West philosophy and the Oriental philosophy concerning the issue of nature will be analyzed to discovery fundamental differences and common principles and moral rules.

On the framework of political philosophy, common responsibilities of liberal democracies and socialist democracies regarding the genesis and evolution of environmental crisis, will be also analyzed and the dominant fallacies criticized.

"Toward a new economy of heritage, on the light of ecological socialism."

To the Greek philosopher Aristoteles, only on the city-state human beings attains the supreme virtue, the wisdom.

Mencius connected moral progress with a better knowledge of nature. And Lao Zi wrote to respect the intrinsic laws of nature and things: When the Tao is absent from the Universe, war horses are created at the door of cities.

Those principles will be reintegrated in the modern environmental philosophy. The critique of anthropocentrism, and the critique of ethnocentrism, re-thinking the concept of a sustainable country on a sustainable world.

First UN environmental conference, held in Stockholm in 1972, create new ethical imperatives: all the Earth is a "common house" "... man have two homelands, his own and Earth"; enlarging the concept of community, biotic and abiotic, reintegrating the human being into nature, without no privileges_ with the critique of anthropocentrism.

The critique of ethnocentrism not only justifies the respect for all national cultures and all forms of classical and popular cultural expression, but also rejects any notion of superiority from a certain model of society, race, or ethnicity. In this sense, it expands the concept of products of cultural goods far beyond the great museums, master oeuvres, classic heritage... including cultural landscape, rural and urban landscape.

On the light of environmental philosophy, we could consider two dilemmatic scenarios to the modern civilization:

1. City it is the supreme creation of human civilization.

But, according to ecology, the green scenario only exists when the city functions are an integral part of the global biosphere ecosystem. If not...

2. The city destroys and demean the basic conditions on which dignity and human life depend.

This dark scenery is inevitable if cities are governed as something separate from its own life-support systems.

China says that the dilemma corresponds to the historical evolution of liberal democracies and the first experiences of socialism, and, in the other side, the Socialism with Chinese Characteristics, with the historical turn up to the ecological socialism and the project of ecocivilization.

The modern sociwwal citizenship, aesthetical and moral values, of the middle class, are over the influence of Environmental Philosophy and their Ethics, and, in the field of economy, are now largely redirected to the products of cultural tourism and tourism of nature, includes a new global concept about cultural landscape, rural and urban. A constellation of museums and monuments, organize cultural tourism on the cities, and a large pattern of natural parks and reserves, organize the tourism of nature, as mass tourism; and generate the added value and capital gains, the externalities, that are appropriates by the Seven Chains of Tourism Industry, from hospitality to the touristic guide.

The concept of urban landscape cannot be reduced to a visual direction and includes several dimensions, aesthetics, and ethics: the renaissance of the harmony with man and the

cultural landscape, embraces the tactile appeal, feeling, the kinesthetic pleasure, the natural sings, and songs of nature...

What means that every city needs to preserve and enlarge, inside the urban territory, the biological chains, the green lungs_ woodland, wooded boundaries, hedges, thickets, wet, dry, or low-yield pastures, but also integrated watershed on a global planification, a characteristic of socialism but not of the liberal states. Because is not enough to create the conditions to a low carbon management, it is necessaire preserve the fresh water, the healthy food and clean air.

Technological evolution of giant airplanes and navy cruces, bring to the city's new sources of danger pollution, not well researched.

I remember Francisco Caldeira Cabral, international leader of landscape architect association: "Is time to say that if the city is essential to the organisation of society and the progress of mankind, if the industry has greatly contributed to make life easier and give you comfort, humanity's survival depends from the countryside. Because, with the sea, is the only source of food and drinking water, and the last support to an autonomous and balanced biological activity, essential to the continuation of life on Earth. Therefore, the activity of Rural society is the only one that remains obligatory, all the others being optional, whether the urban-industrial society realizes it or not.

But the essential condition are a peaceful world, a common future: because without peace, everything is lost, and first all, liberty will be lost.

III.

This pathway research, concerning the environmental philosophy in the West, leads to establish a critical principle, the ethical responsibility face to nature and to the transformation of Kantian concept of human reason, into environmental reason, creating new philosopheme, like the concepts of the Land Ethic and Animal ethics, and new imperatives as "ethical imperative of dignity" and the "imperative of perpetual peace"

In parallel, that research found a new way opened by the evolution of People's Republic of China_ PRC. Evolution of new democracy and socialism with Chinese characteristics to a progressive reform and open up and a critical transition to Ecological Socialism, toward the Ecological Civilization.

IV.

ECOCIVILIZATION IT IS A NEW STAGE OF THE COMMON DEVELOPMENT OF HUMAN CIVILIZATION

The environmental crisis, which accompanied the evolution of all modern societies, led to a new process of reform, of global importance and which translates into two instructions addressed to the awareness and mobilization of all the citizens of China: Beautiful China and the Chinese Dream.

Ecological Socialism and Ecological Civilization are two new concepts of political philosophy,

associated with the concept of New Era, that remain insufficiently studied around the world. The scientific view of development seeks a comprehensive and sustainable change of politics, economics, society, culture, and theory – a transformation of civilization. And so, the period between now and 2050 will be crucial in determining whether China can complete this transformation from traditional to eco-industrial civilization.

Western model of industrial modernization (in the West and in USSR) historically results in serious conflicts with the environment and natural resources in developing countries. In this sense, the ecological wisdom heritage of in Chinese civilization is an important component of the ecological civilization.

The environmental transformation of PRC in the 20th/21st centuries, can be characterized by the evolution and overcoming of the environmental crisis in China, during four periods: 1949-1976. The period of agrarian reform. extension and industrialization of agriculture and the construction of infrastructure and basic industries... 1976-2005. The opening up and reform period, giving priority to economic and urban growth and energy and technological development, based on coal, relocation, from the West to China of many the polluting industries, the development of tourism without sustainability... 2006-2015. The period of the transition to an ecological economy, to the ecological socialist society and to the Beautiful China. The opening up process in every way. Innovation as an engine of the sustainable development. designed to achieve full modernity by 2050. 2016-... The pilot regions of Eco Civilization.

The fowling thesis can systematize the Chinese perspective of the dialectic socialism and ecological civilization: An ecological civilization is possible only with socialism. Ecological civilization represents a new humanism, without the domination of nature. Having transcended the industrial civilization, the ecological civilization represents a more advanced state of human civilization.



PORTUGAL'S EU ROTATION PRIORITY AGENDA AND ITS ROLE ON EU CHINA COOPERATION ON GREEN TRANSITION FOR MITIGATING GLOBAL CLIMATE CHANGE.

ZHANG MIN ((PROF^a DR^a ZHANG MIN, DIRECTOR OF THE INSTITUTE OF PENINSULA STUDIES IBERIAN SOCIETY OF CASS – CHINESE ACADEMY OF SOCIAL SCIENCES.)

[Abstract] In the first half of 2021, Portugal will assume the rotating presidency of the EU for the fourth time, and the rotating slogan proposed is: “Now is the time to promote a fair and green digital recovery”. This paper firstly outlines the work objectives of Portugal during the rotation period: three priority agendas and five work priorities; secondly, it focuses on the specific measures and actions to implement the rotation slogan; thirdly, it expounds the biggest highlights and multiple challenges during the rotation period. The author believes that the EU Social Summit in Porto will help strengthen the unity of all countries and reduce social risks; Portugal faces a difficult task of coordination and balance between the difficult anti-epidemic and green recovery; in terms of external relations, Portugal will adhere to the EU's foreign policy. It strengthens the stance of multilateralism and the concept of inclusive and open international cooperation advocated by Portugal, and gives full play to Portugal's special influence in the EU.

[Close key Words]: Social Equity, Green Digital Recovery, Portugal's Rotating Country, Multilateralism, Openness, Inclusiveness and Cooperation.

[Author] Zhang Min: Researcher at the Institute of European Studies, Chinese Academy of Social Sciences.

From January 1, 2021, Portugal will officially take over from Germany as the rotating EU presidency for half a year. This is the fourth time since Portugal joined the Community that it has held a rotating position. During Portugal's rotating presidency this time, countries around the world are suffering the most serious major public health emergency since World War II. The new crown and its mutated virus are still raging and spreading, and European countries have been severely impacted in many aspects such as politics, economy and society. Uncertain factors such as risks and challenges have increased, and the EU is facing a complex situation inside and outside the region. It is urgent to promote EU member

states in terms of policies, actions and concepts to unite and unite to fight the epidemic. To achieve economic recovery, safeguard the EU's strategic autonomy, and enhance the EU's right to speak and international influence on global issues. To this end, the rotating slogan advocated by Portugal is: “Now is the time to promote a fair and green digital recovery”.

1.

PRIORITY AGENDA: FOCUS ON SOCIAL EQUITY AND GREEN DIGITAL RECOVERY

Portugal's work tasks during the rotation period include three priority agendas and five work priorities. The three priority agendas are: 1. Drive climate and digital transformation for European recovery; 2. Key elements for a fair and inclusive climate and digital transformation in the EU, namely safeguarding the EU social pillar; 3. Strengthen EU strategic autonomy and preserve the EU Open to the public.¹

In order to complete the above three priority agendas, Portugal has put forward five action plans: First, “Resilient Europe: Promoting European Recovery, Strengthening Cohesion and Preserving European Values”. The EU begins to implement the new “Multi-year Fiscal Framework (MFF) and Next Generation EU”, which will use the corresponding recovery and resilience tools to promote the EU's recovery from the crisis and lay the foundation for sustainable growth and expansion of employment. Defend the fundamental values of the EU, defend and consolidate the rule of law and democracy; combat discrimination of all kinds; promote media pluralism and guard against all disinformation. increase investment in innovation and ensure food security. Develop a dynamic European industrial strategy and defend European autonomy, which will help build European value chains. Focus and focus on the economic sectors hardest hit by the crisis, Especially tourism and creative industries. Strengthen the EU's crisis management system with greater resilience and coordination in responding to disasters and protecting critical infrastructure, including strengthening the EU's civil protection mechanisms and improving capacity to monitor and respond to communicable diseases Continue negotiations on the New Convention on Migration and Asylum to promote a comprehensive and comprehensive European-wide approach that strikes a balance between preventing irregular migration, promoting sustainable channels for legal migration and integrating migrants into society to safeguard human rights.

The second major action plan: “Green Europe, promoting the EU as a leader in climate action”. Improve resilience to the impacts of climate change and foster a competitive advantage in a decarbonized and resilient economic model. Prioritize the implementation of the European Green New Deal for a sustainable economic recovery. Approve the first European Climate Law, do everything possible to make Europe the world's first carbon neutral region by 2050, and secure a shared commitment to reduce CO2 emissions by at least 55% by 2030 compared to 1990 levels. Promote the transition to a competitive, carbon-neutral economic model that guarantees sustainable growth, a circular economy, and innovation and security of energy

¹ For the priority goals and related action plans during the rotation period, please refer to the Portuguese website dedicated to the rotation period: 2021PORTUGAL.EU: “Priorities”, <https://www.2021portugal.eu/en/programme/priorities/>.

supply. Promote innovation, digital transformation and sustainable management of rural natural resources, prioritizing continued negotiations on Common Agricultural Policy reforms. Encourage the conservation and sustainable use of marine resources, with emphasis on the development and utilization of the blue (ocean) economy, integrated marine policies and the implementation of a common fisheries policy

The third action plan: “Digital Europe: Accelerate digital transformation for people and businesses. Improve resilience to the impacts of climate change and build a competitive advantage in a decarbonized and resilient economic model”. Prioritize the implementation of the “European Green New Deal” to promote sustainable economic recovery. Focus on the broad development of digital skills to enable workers to adapt to new production segments, with the goal of lifelong learning through distance learning; promote best digital practices, especially through the use of artificial intelligence, to modernize public administration. Promote the integration of a competitive space sector into the economy and enable business and public policy to maximize the use of space data and technologies.

Fourth action plan: “Social Europe, promoting and strengthening the European model of society, delivering confidence to citizens, emerging from crises, tackling climate and digital transformation, leaving no one behind”. Organize the Porto Social Summit in May 2021 to clarify the social rights of European citizens, implement European social rights and an action plan to improve political consensus. Empower citizens to meet the challenges of digitalization and fully discuss the future of decent jobs, appropriate minimum wages, and competencies and skills suitable for the development of the modern digital economy. Policies to promote gender equality, eliminate discrimination, poverty and social exclusion, including effective protection of vulnerable groups. Strengthen cooperation among Member States in the field of health and support the necessary measures to improve the capacity of health services to respond to threats to public health.

Fifth Action Plan: “Global Europe: Promoting European openness to the world. Commitment to effective multilateralism and the geopolitical positioning of the EU as a global player”. Maintain the pragmatic development of international partnerships. Provide EU leadership in strengthening an open, rule-of-law-based international trading system and promote a stronger and fairer trading system. Actively prepare for the sixth EU-AU summit and consolidate mutually beneficial partnerships. Inject new political impetus into the development of relations with neighboring countries in the southern Mediterranean. Focus on the challenges faced by Latin American partner countries. Give full play to the potential of the transatlantic partnership and strengthen dialogue with the United States on establishing a comprehensive strategic partnership. Initiate dialogue and cooperation with India in the political, economic and commercial fields and hold a summit of European leaders and Indian Prime Minister in Porto, Portugal in May 2021.

2.

SPECIFIC MEASURES AND ACTION PLANS TO IMPLEMENT THE PRIORITY GOALS AND AGENDA

The EU rotating presidency system is one of the innovations of the public governance system at the EU level. The Maastricht Treaty clearly stipulates that the presidency of the EU Council is held by the EU member states in turn, called the “EU rotating presidency”, and the term of office is half a year. In order to strengthen the policy coordination between the six-month rotating presidencies, the Lisbon Treaty proposes a three-fold rotation method: a group of three EU member states will cooperate on the pre-agreed EU affairs plan, and increase the three rotating countries. policy coordination and continuity. From the second half of 2020 to 2021, a triple combination of Germany, Portugal and Slovenia will be on duty, and its work will focus on active vaccination, economic recovery, and advancing European strategic goals. Achieving unity and cooperation and jointly fighting the epidemic is the priority goal of Portugal during its rotating presidency. Portugal is in the middle of the rotating group and shoulders the important task of linking the previous and the next. It must not only promote and implement the important agreements reached during Germany’s rotating presidency, but also take into account The mission that Slovenia, the one-term rotating presidency, will undertake. Therefore, linking the past, building on the past, and playing a role as a bridge will serve as the guiding principle of the rotation and will run through all aspects of the rotation work.

1.

SUPERVISE THE IMPLEMENTATION OF IMPORTANT AGREEMENTS REACHED DURING THE GERMAN ROTATION PERIOD, AND PROMOTE THE IMPLEMENTATION OF FOLLOW-UP WORK SUCH AS THE “CHINA-EU COMPREHENSIVE INVESTMENT AGREEMENT”

Portugal will implement the agreements reached by Germany in coordination with the work of the German rotating presidency in accordance with the goals and tasks agreed upon by the EU member states in the triple combination. From the perspective of China-EU relations, the most important achievement achieved by Germany during the rotation period is: completing the negotiations on the China-EU Comprehensive Investment Agreement, and promoting and implementing various matters before the official signing of the China-EU Investment Agreement has become one of Portugal’s tasks.

China and the EU have negotiated the EU-China Comprehensive Agreement on Investment (CAI) for nearly seven years. On December 30, 2020, Beijing time, China and the EU jointly announced the end of the negotiations. This is the 45th anniversary of the establishment of diplomatic relations between China and the EU. It is an important achievement in international affairs, which is of great significance for further deepening China-EU relations. However, the conclusion of the negotiations does not mean that the agreement will automatically enter into force. In the next two years, the agreement must be approved by the EU Parliament and member states’ parliaments. During the rotation period, Portugal will increase communication efforts, widely solicit opinions from the EU Parliament and member states, eliminate possible differences, and push forward the China-EU investment agreement towards the full signing and ratification. In January 2021, the EU announced the “China-EU Investment Agreement

Text”, and on March 12, 2021, the EU launched the market access list of the “China-EU Comprehensive Investment Agreement”, which means that the agreement is closer to the future approval process. A comprehensive review and open debate agreement with member parliaments provides ample background information.

After the announcement of the conclusion of the China-EU comprehensive investment negotiation, the EU is full of expectations for the follow-up implementation of the agreement. Valdis Dombrovskis, Executive Vice-President of the European Commission and EU Trade Commissioner, said: “The China-EU Comprehensive Investment Agreement will rebalance the EU-China investment relationship. The agreement will help to level the playing field and provide greater market opening for EU businesses and investors. The agreement provides a clear and enforceable framework of rules that will give EU businesses greater access to investment in China market access and certainty.”² The China-EU investment agreement is mutually beneficial and beneficial to both China and the EU. In the EU’s view, the goal of the China-EU Comprehensive Investment Agreement is to address the asymmetry in market access and investment between the EU and China. This means that on the basis that China has opened up its own market in the past 20 years, EU operators will be opened up to more industries. As far as China is concerned, it will promote better opening and cooperation between China and Europe under the dual-cycle development strategy. Specifically, China has made substantial commitments in the manufacturing sector, which accounts for more than half of the EU’s total investment in China, of which the automotive industry accounts for 28% and the basic materials industry accounts for 22%. In the field of services, China has significantly expanded the scope of its commitments across the board, especially in telecommunications, financial services, private healthcare, environmental services, research and development, and air transport-related services. In addition, China is also offering new market openings to the EU that go beyond the current level of self-opening. These measures include lifting current restrictions on joint venture requirements (hospitals and clinics), economic need criteria (electric vehicle manufacturing), foreign investment bans (cloud services) and exclusive rights (computer reservation systems).

The COVID-19 epidemic has had a severe impact on the EU’s socio-economic situation. Under this situation, the EU’s desire to strengthen cooperation with China has become more urgent. China has a huge consumer market with a population of 1.4 billion. In the next five years, China will contribute 30% to global economic growth. In the past 20 years, European companies have invested more than 148 billion euros in China. China is an indispensable and important part of the EU. Business partner. However, at present, the European Parliament unilaterally shelved the deliberation of the agreement, which constituted a lot of resistance to the accelerated implementation of the agreement during Portugal’s rotation period. Based on the above considerations, Portugal will definitely make efforts to promote communication and coordination among member states during the rotation period, and there is still great uncertainty as to whether the China-EU Comprehensive Investment Agreement will finally be implemented.

² European Commission: “Commission publishes market access offers of the EU China investment agreement”, <https://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=2253>.

2.

TAKE ADVANTAGE OF THE “EU DIGITAL DAY” TO URGE MEMBER STATES TO SIGN THREE DIGITAL DECLARATIONS

In addition to the handover with the last rotating country, Portugal’s priority is to promote a green recovery. In the “European Green New Deal”, it is proposed that the EU will achieve the goal of carbon neutrality by 2050, and digitalization and greening have become the top priorities of the EU’s future development strategy. Therefore, in order to implement the EU’s green recovery and implement the digital strategy, Portugal will focus on making the annual “EU Digital Day” an important opportunity for countries to promote the development of digital strategies during the rotation period.

March 19, 2021 is the fourth event day since the establishment of “³ EU Digitalization Day”. On that day, European parliamentarians, ministers of member states, company executives and other stakeholders gathered in the cloud, during which EU member states signed three declarations: “Promoting International Digital Connectivity”, “Increasing Investment in Clean Digital Technology R&D”, “Improving and improving the legal environment for start-ups and large-scale enterprises”, and jointly work to promote the development of digitalization in Europe in the next decade.⁴ The above declaration proposes specific measures and means to help accelerate the promotion of the EU’s green and digital transformation and achieve EU digitalization. ten-year vision.

The Portuguese Minister of Economy and Digital Transformation, Pedro Siza Vieira, said: “Portugal’s EU Presidency aims to play a key role in promoting the EU’s digital transformation. We believe that member states The commitments made will help to achieve the EU vision set out in the EU Digital Decade Strategy: to pursue EU leadership in global digitalisation”⁵.

Several high-level figures applauded the signing of the above three declarations, with Margrethe Vestager, executive vice president of Fit for the Digital Age Europe, saying: The new commitment reinforces our shared aspiration to put people first and achieve digitalization. Several EU member states have signed these declarations, pledging to step up support in three areas: connectivity, start-ups and clean digital technologies to help achieve the ambitions of a more competitive, inclusive and green Europe. EU Internal Market Commissioner Thierry Breton said: Digital Day brings member states together around key digital goals. These new commitments by member states are further evidence that the EU will work together to win a stronger digital international position by 2030.

³ Digital Day 2019 focuses on smart, sustainable agricultural development, digital heritage and encouraging women to participate in digital and technology industries.

⁴ Joint press release, Digital Day 2021: EU countries commit to key digital initiatives for Europe’s Digital Decade, https://www.2021portugal.eu/media/p4qj5uos/en_comunicado_imprensa-conjunto_digital-day-19-3-2021.pdf.

⁵ Joint press release, Digital Day 2021: EU countries commit to key digital initiatives for Europe’s Digital Decade, https://www.2021portugal.eu/media/p4qj5uos/en_comunicado_imprensa-conjunto_digital-day-19-3-2021.pdf.

3.

GIVE FULL PLAY TO THE COORDINATION ROLE OF THE REGION TO PROMOTE THE FIRST RECOVERY OF TOURISM AND OTHER INDUSTRIES⁶

Since the outbreak of the new crown epidemic, wave after wave of epidemics have spread in European countries, causing serious adverse effects on the social economy of countries in the European Union. The epidemic once interrupted or even significantly slowed down the pace of EU economic growth, resulting in a sharp contraction in the GDP of EU member states⁷. According to EU estimates, for the whole year of 2020, the GDP of EU and euro zone countries will drop by 6.4% and 6.8% respectively. Among them, Germany's GDP fell by 5.0%, France by 8.3%, Spain by 11.0%, Poland by 2.8%, Belgium by 6.2%, and Lithuania by 1.3%. In the fourth quarter of 2020, the GDP of the 27 EU countries decreased by 0.5% from the previous quarter, a decrease of 12 percentage points from the previous quarter; the GDP of the euro area decreased by 0.7% from the previous quarter, a decrease of 13.1 percentage points. German GDP rose 0.1% month-on-month, France fell 1.3%, Spain rose 0.4%, Belgium 0.2%, Austria 4.3%, and Lithuania 1.2%. In terms of year-on-year data, the GDP of the EU and the euro zone fell by 4.8% and 5.1% respectively in the fourth quarter, an increase of 0.6 percentage points and 0.8 percentage points respectively over the previous quarter. Moreover, the gap between the rich and the poor caused by the epidemic has widened, and the rising unemployment rate has brought serious social problems.

Tourism industry is bearing the brunt of restrictions on the movement of people and quarantine precautions, reduced flights, and is one of the sectors most affected by the Covid-19 outbreak. In 2020, tourists stayed in hotels in the EU for a total of 1.4 billion nights, a decrease of 52% compared to 2019. Among them, Cyprus, Greece and Malta saw the largest declines. Compared to the previous year, all EU member states saw a significant drop in the number of nights spent in 2020. Cyprus, Greece and Malta were the most affected countries, with a drop of more than 70% in stay days, while the number of stays of tourists from the Netherlands and Denmark fell by less than 35%⁸.⁹ One of the important paths for the EU to achieve a green recovery.

During the Portuguese Presidency, on March 1, 2021, the Portuguese Minister of State for Economy and Digital Transformation, Pedro Siza Vieira, hosted the first informal video conference of EU tourism ministers in Lisbon. Leaders at the meeting reached a consensus that it is necessary to strengthen coordination among member states in areas that have an impact on tourism and related sectors in terms of human mobility and health, and proposed a series

⁶ 2021PORTUGAL.EU, "Informal video conference of European Union Tourism Ministers, Coordination and cooperation between Member States are essential to the recovery of the sector", https://www.2021portugal.eu/media/kpkasjcv/en_press-release_informal-video-conference-of-eu-ministers-of-tourism_1-3-2021.pdf.

⁷ European Commission: Winter 2021 (Interim), European Economic Forecast, https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/economy-finance/ip144_en_1.pdf.

⁸ Eurostat: "EU tourism halved in 2020", https://ec.europa.eu/eurostat/news/whats-new_15/03/2021.

⁹ <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/11562947/2-16022021-AP-EN.pdf/eb164095-6de4-a6a1-cd87-60c4a645e5e1>

of policy measures to revive the tourism industry, focusing on strengthening digitalization and Mobility, Sustainability. The EU member states agreed that supporting tourism in the first place is crucial to the recovery of the EU. Tourism not only plays an important role in the economies of various countries, but will also be an important link in the realization of a resilient Europe. During the rotation period, the Portuguese government believes that in order to give full play to the vitality of the tourism industry, it is necessary to restore consumer confidence first; secondly, it should attach importance to cross-border cooperation and launch a common health certificate or traveler app to facilitate international travel; thirdly, Providing a flexible financial support framework plan will help to build a modern tourism service system and ensure the dominant position of EU tourism in Europe and even international tourism in the coming years.

4.

LAUNCH A VARIETY OF CULTURAL ACTIVITIES, WITH HUMANISTIC CARE AS A LINK, TO ENHANCE THE SOCIAL COHESION OF THE EU

Natural endowments such as land area and population size, it is obviously difficult for Portugal to use its leadership and appeal to implement various agendas, which is obviously difficult to reach the level of its predecessor, Germany. With the Portuguese language as a cultural bond, Portugal has extensive influence in Asia, Africa, Latin America and other Portuguese-speaking countries in the world. Therefore, taking culture as the starting point to promote the implementation of various agendas can give play to Portugal's special influence in European multiculturalism. In order to successfully take over the baton, Portugal first played the "cultural card". Portuguese Minister of State and Foreign Affairs Augusto Santos Silva and Secretary of State for European Affairs Ana Paula Zacarias on December 4, 2020 at the Belém Cultural Center Paula Zacarias) launched Portugal's rotating emblem and official website during the upcoming EU presidency. The rotating logo was designed by Portuguese studio Providence (Providence) and was inspired by the European Union flag and its colors - blue and yellow. The logo incorporates and incorporates various elements related to Portugal's history, geography and openness to the world, expressing the values of the founders of the EU in the form of the sun and helmet, implying the future of the EU's continuous innovation, sustainable and humanistic development¹⁰.

In order to implement the slogan and priority agenda of the rotation, Portugal will carry out 75 cultural events in 44 countries around the world during the rotation period, most of which will be held in Lisbon and Brussels. Through multicultural cooperation to enhance the unity of EU countries, Portuguese Culture Minister Graça Fonseca spoke highly of the importance of cultural activities: theatre, film, music, literature, dance and vision can bring different cultural activities together. People of language connect with each other.¹¹

¹⁰ 2021PORTUGAL.EU, "Visual identity of Portugal's Presidency presented", <https://www.2021portugal.eu/en/news/visual-identity-of-portugal-s-presidency-presented/>

¹¹ 2021PORTUGAL.EU, "The Cultural Programme accompanying Portugal's Presidency of the Council of the European Union", <https://www.2021portugal.eu/en/news/cultural-programme-accompanying-portugal-s-presidency-of-the-council-of-the-european-union/>.

3.

THE BIGGEST HIGHLIGHTS AND MULTIPLE CHALLENGES DURING THE ROTATION PERIOD

1.

PORTO EU SOCIAL SUMMIT - STRENGTHENING NATIONAL SOLIDARITY AND REDUCING SOCIAL RISKS

The EU Social Summit will be held in Porto, Portugal on May 7-8, 2021. This meeting has become the most important on-site policy dialogue event during Portugal's rotation, and it is the Portuguese action plan to promote the European Pillar of Social Rights. Rights Action Plan) is expected to be the biggest highlight of the rotation period.

According to the EU's established goals, the EU will achieve three social goals by 2030: First, the EU employment rate will be increased to at least 78%, which contains three sub-goals: compared with 2019, the gap between the employment rate of men and women will be halved and the employment rate will increase by 0. - Social security services for 5-year-old children, reducing the proportion of "three no" youths without employment, training and education from 12.6% in 2019 to 9% in 2030. Second, arrange at least 60% of adults to participate in training courses each year. This goal includes two sub-goals: 80% of adults have at least basic digital skills and reduce dropout rates. Third, reduce the number of people at risk of social exclusion or poverty by at least 15 million, including 5 million children¹².

However, the new crown epidemic has impacted the economic order of various countries, causing high unemployment, widening the gap between the rich and the poor, and deepening social rifts. In February 2021, the number of unemployed in the EU-27 was as high as 16 million, and the unemployment rate was 7.5%. The euro area's seasonally adjusted unemployment rate of 8.3% is higher than the EU average. Data for December 2020 showed that Spain (16.1%) and Greece (15.8%) had the highest unemployment rates. The youth unemployment rate in EU member states is 17.2%. Unemployment rates are lowest in Germany (6.1%), the Czech Republic (9.3%) and the Netherlands (9.4%), followed by Spain (39.9%), Greece (34.2% in December 2020) and Italy (31.6% in December 2020). Unemployment is highest.¹³

To this end, EU countries have high hopes for the Porto Social Summit. Portuguese Prime Minister Costa and European Commission President von der Leyen invited EU heads of state or government, EU institutions, social partners and other key stakeholders to attend the summit at the beginning of Portugal's rotating presidency. The Social Summit will focus on how to strengthen policies at the European level to actively address the challenges of

¹² 2021PORTUGAL.EU, "The European Pillar of Social Rights Action Plan", <https://www.2021portugal.eu/en/porto-social-summit/action-plan/>. Details of the EU Social Rights Pillar Action Plan can be found at: A NEW STRATEGIC AGENDA 2019 – 2024, <https://www.consilium.europa.eu/media/39914/a-new-strategic-agenda-2019-2024.pdf>.

¹³ Statistisches Bundesamt (Destatis): "February 2021: EU unemployment rate at 7.5%, Germany has the lowest youth unemployment in EU", <https://www.destatis.de/Europa/EN/Topic/Population-Labour-Social-Issues/Labour-market/EULabourMarketCrisis.html>.

climate change and digital transformation and ensure equal opportunities for all. Von der Leyen emphasized: "Europe advocates people-oriented, pays more attention to workers and small businesses, and gives the younger generation the opportunity to unite and deal with the crisis together. The Porto Social Summit will send a clear political signal: the EU's recovery will focus on improving the well-being of citizens."¹⁴ Portuguese Prime Minister António Costa has publicly stated on multiple occasions: We need a common commitment to make the European social rights pillar a reality, and the Porto Social Summit will bring together EU leaders, institutions, social partners and civil society. The EU social policy emphasizes inclusiveness and fairness, which are the basic guarantees to ensure the green and digital transformation of the EU.

HE José Augusto Duarte, Portuguese Ambassador to China, said, "The EU has always adhered to the European model of social development. This summit provides a platform for member states to discuss how to better implement EU values and protect social rights. Specifically, the EU Its social values include freedom of religion and belief, gender equality (equal pay for men and women), lifelong learning, protection of vulnerable groups, and health care."¹⁵

During the summit, EU leaders signed the Porto Social Commitment in order to protect the social rights of European citizens and further build political consensus. The pledge calls for empowering citizens to face digital challenges, and fully discusses the future of decent jobs, appropriate minimum wages, and competencies and skills appropriate for the development of a modern digital economy. Promote gender equality, eliminate discrimination, poverty and social exclusion policies, and effectively protect vulnerable groups. Strengthen cooperation among Member States in the field of health and support the necessary measures to improve the capacity of health services to respond to threats to public health. The commitment has thus been called the most comprehensive and ambitious social protection commitment the EU has ever undertaken.

EU leaders are deeply aware that human beings are living in unprecedented times. The shared ambitions of EU countries to achieve a green, socially just and digital economy will affect the lives of citizens across Europe in the coming decades, driving changes in consumption, distribution, production and work patterns. The new crown epidemic has severely impacted the EU's medical and health system, and will also bring far-reaching changes in many fields such as employment, education, economy, welfare system and social life in European countries, causing serious economic and social crises. The Porto Social Commitment will help EU countries to proactively address the serious challenges facing the social and economic spheres.

¹⁴ European Commission: "Commission and Portuguese Presidency announce Social Summit in Porto", https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_21_101, Press release 15 January 2021 Lisbon.

¹⁵ The transcript of a speech given by the Portuguese Ambassador to China, HE José Augusto Duarte, at the European Institute of the Chinese Academy of Social Sciences on March 9, 2021.

2.

MULTIPLE CHALLENGES: COORDINATION AND BALANCE BETWEEN DIFFICULT EPIDEMIC FIGHTING AND GREEN RECOVERY

Rotation period, Portugal shouldered a mission to urge EU member states to implement the recovery fund as soon as possible to promote the recovery process. On July 21, 2020, EU leaders reached an agreement on a European recovery fund totaling 750 billion euros. The European Recovery Fund consists of 390 billion euros in grants and 360 billion in low-interest loans, of which 70% of grants will be disbursed in 2021-2022 and the remainder in 2023. Italy is the biggest beneficiary of the European Recovery Fund, receiving 82 billion euros in grants and 127 billion euros in low-interest loans. It was followed by Spain with 72 billion euros in grants and 140 billion euros in aid. Given that the Frugal Five of the Netherlands, Austria, Sweden, Denmark and Finland and Germany are the largest contributors to the European Recovery Fund, they want the recipient countries to undertake macroeconomic reforms, such as reforming labor markets, pension systems and the rule of law system, etc. Therefore, Portugal will work hard to promote member states' macroeconomic reforms in line with the EU's development in the process of recovery.

However, since January 2021, EU countries have generally been hit by the third or even fourth wave of the new crown epidemic. As of June 25, 2021, the number of confirmed cases in European countries was 55.595648 million, and the number of deaths was 117.8896 Thousands¹⁶ of new cases are still reported every day in major EU countries such as France, Germany, Spain, and Italy. In dealing with the new wave of the new crown epidemic, Portugal must also face the complex situation of vaccination risks and unequal distribution of vaccines. After the safety risk of the AstraZeneca vaccine, many countries in the European Union announced the suspension of the use of the vaccine. Vaccines jointly developed by Pfizer and Germany are in short supply, which affects the vaccination progress of EU countries, which leads to contradictions in the distribution of vaccines in the EU. According to the vaccination plan previously formulated by the EU, 70% of the EU adult population should be vaccinated by September 2021, and the goal of herd immunity will be achieved by then. In order to solve the problem of vaccine distribution, the European Council's informal video conference on March 25, 2021 accepted the proposal of the Portuguese rotating presidency: the distribution of vaccines should reflect the spirit of European solidarity and the principle of fairness, and should first be allocated to countries in urgent need of vaccines, but also according to the proportion of the population of each country.

Accelerating vaccine production and promoting vaccination has become one of the priorities of EU countries at present. Therefore, during the six-month rotation period, Portugal may not be able to meet expectations in promoting green and digital transformation.

¹⁶ WHO: "WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard," <https://covid19.who.int/>.

3.

PORTUGAL MAY BE ABLE TO PLAY A SPECIAL ROLE IN FOREIGN RELATIONS

The EU attaches great importance to developing relations with China, but it is also deepening relations with India. In the field of foreign policy during the rotation period, Portugal made it clear that it would strengthen the relationship between Europe and India, Europe and Africa, and seek to establish a new transatlantic partnership. The Portuguese government believes that this is an important strategy for Europe to promote multilateralism and achieve a "global Europe". means. The country outside the EU that Josep Borrell Fontelle, the EU 's High Representative for Foreign Affairs and Security, will visit for the first time in January 2021 is India, which shows India's important position in Eurasian relations. He also believes that deepening India-EU relations is an important manifestation of the EU's advocacy and practice of multilateralism. From a multilateralist perspective, India is an important strategic partner of the EU, with a population of nearly 1.4 billion and a vibrant economy, especially in sectors such as information technology or pharmaceutical industries, with regional or global value. To this end, the EU welcomes and supports India's election as a non-permanent member of the UN Security Council for 2021-2022 and the G20 presidency in 2022.¹⁷

Portugal will continue to maintain Germany's strategy of opening up as the EU's rotating presidency. HE José Augusto Duarte, Portuguese Ambassador to China, stressed that developing EU-Africa relations will be the core of EU foreign policy. The strategic dialogue between the EU and Africa must be pragmatic, such as security issues in Africa and European trade with Africa, migration from Africa to Europe, illegal immigration and public health crises. Vigorously expanding transatlantic cooperation will also be on the agenda. The strategic importance of transatlantic relations to the EU cannot be overstated. After President Biden takes office, the EU hopes to strengthen dialogue with the United States, develop a "comprehensive strategic partnership", promote the EU's economic recovery, consolidate existing trade and investment achievements, carry out more cooperation in military and security, and deal with climate change. More consensus on change.¹⁸

The above publicly stated views reflect that Portugal will adhere to the global and openness of the EU's foreign policy during its rotation period, and further strengthen the multilateralist stance and the concept of inclusive and open international cooperation advocated by Portugal. The EU-Africa High-Level Forum on Green Investment, held in Lisbon on 23 April 2021, is one of the practical results of Portugal's active promotion of EU-Africa green cooperation.

How much role can Portugal play during this rotation? Portugal is a small European country (in terms of population size and land area) located at the most southwestern tip of the European continent. It has great expectations to enhance its influence in the EU during its

¹⁷ European Union external action, Josep Borrell Fontelle, "EUROPEAN FOREIGN POLICY IN TIMES OF COVID-19" https://eeas.europa.eu/sites/default/files/eeas_2020.6338_european_foreign_policy_in_times_of_covid19_web_new.pdf, p.273-274.

¹⁸ On March 9, 2021, Portuguese Ambassador to China HE José Augusto Duarte was invited to give a keynote speech on the role of Portugal's rotating presidency and China-Europe (Portugal) relations " at the European Institute of the Chinese Academy of Social Sciences.

rotating presidency. Looking back on the previous rotations, Portugal, as a “small country” in the EU, has played a unique role in each rotation: “expanding its special influence in the EU by taking the presidency of the EU”¹⁹ in 2000. During his second rotating presidency in half a year, he urged the EU to launch the “Lisbon Strategy” and put forward the EU’s future development strategy. During the third rotating country in the second half of 2007, he promoted the first EU-Brazil summit to be held in Portugal. The meeting finally announced the establishment of a strategic partnership between the EU and Brazil, giving play to Portugal’s irreplaceable special value among EU member states. and bridge function. To this end, Professor Monica Dias of Lisbon’s Catholic University of Portugal believes: “Like all small EU countries, Portugal will use the status of the rotating presidency to establish a favorable image for itself, Increase its international influence. ...Portugal may be better at exerting influence during these 6 months, as smaller countries and less influential member states tend to make up for it by flexing or exercising their diplomatic prowess its own shortcomings”.²⁰

Therefore, this rotation is also expected to achieve a goal that some major EU countries cannot reach: the hosting of the EU Social Summit in Porto will further promote the development of relations between Europe and India and deepen the strategic partnership between the EU and Africa. By enhancing social cohesion within the EU, accelerating vaccination, and consolidating the effectiveness of anti- epidemic efforts, we will try our best to push EU countries towards a green recovery.

As this rotating presidency is about to expire, on June 30, 2021, Portugal will hold the EU Recovery Summit at the Belém Cultural Center in Lisbon to fully debate how to enhance Europe’s growth potential and promote investment, and strive to ensure that the EU Leadership in climate and digital transformation. The “Recovery Summit” will focus on green recovery and digital growth, echoing the slogan of Portugal’s current rotation, and drawing an end to this rotation.

¹⁹ Zhang Min: “Contemporary Spanish Economy and Politics”, Social Science Literature Publishing House, 2015 edition, pp. 238-239.

²⁰ “Portugal’s EU presidency to focus on social justice”, <https://www.dw.com/en/portugal-eu-presidency-to-focus-on-social-justice/a-56087882>.



RELAÇÕES ECONÓMICAS PORTUGAL-CHINA: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO PORTO DE SINES E DA REDE FERROVIÁRIA DE BITOLA EUROPEIA

MÁRIO LOPES (PROF DR, MÁRIO LOPES. PROF. DO DEPT. DE ENGª CIVIL DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO (EX-PRESIDENTE DA ADFERSIT)

A importância estratégica do Porto de Sines e da rede ferroviária de bitola europeia pode ser analisada do ponto de vista dos interesses chineses e portugueses. Há factores de análise comuns, neste texto referem-se ambos, mas privilegia-se o que pode ser a perspectiva chinesa e a identificação de interesses comuns entre Portugal e a China.

1.

INTRODUÇÃO

Embora no imaginário dos portugueses se associe a China à loja dos trezentos e a produtos pouco sofisticados e de baixa qualidade, a verdade é que China já ultrapassou essa fase. A China tem massa crítica e capacidade industrial, agora quer entrar nos mercados com produtos próprios, com investigação e desenvolvimento feitos na China, e não apenas produzir para companhias estrangeiras. A China aposta cada vez mais na subida dos seus produtos na cadeia de valor, por via do desenvolvimento tecnológico e do design, não só para o mercado interno como para o resto do mundo. Assim, para colocar os seus produtos nos grandes mercados mundiais, a China tem também interesse em incorporar valor gerado nesses mesmos mercados, por exemplo vender produtos com forte incorporação chinesa na Europa e no resto do mundo, como “made in EU”.

2.

PORTO DE SINES, TRANSPORTES E ZILS

2.1.

POTENCIAL DE SINES

Neste contexto, para fazer investimentos como, por exemplo, indústrias integradoras que produzem o produto final a partir de componentes fabricadas em diversos locais do mundo, neste

caso, com forte incorporação chinesa, interessam locais com boas ligações para mercadorias ao mundo inteiro. Assim, diminuem-se custos de logística e ganha-se flexibilidade para ajustar a cadeia logística a variações geográficas na procura. Um dos locais na Europa e no mundo com condições privilegiadas para poder servir este objectivo é Sines, por três razões:

1. A localização geográfica e o porto: situa-se junto ao cruzamento das principais rotas marítimas mundiais e tem um porto de águas profundas que pode receber qualquer tipo de navio, de qualquer dimensão, sem limitações horárias;
2. As ligações terrestres: podem vir a ser competitivas para o todo o Continente europeu e Grã-Bretanha;
3. O espaço ilimitado: dispõe de área para instalações industriais e logísticas na vizinhança do porto. Não existe outra localização alternativa na Europa que reúna em simultâneo estas 3 condições, o que é uma vantagem competitiva tremenda para atracção de investimento industrial e logístico.

2.2.

FACTORES DE COMPETITIVIDADE

Analisam-se e comentam-se de seguida os três pontos anteriores.

Ponto 1: porto de Sines

A figura 1 mostra um mapa das rotas marítimas mundiais. É visível a concentração junto a Sines. Aqui passam as rotas marítimas do Oriente para os portos do norte da Europa que abastecem todo o continente europeu, e está perto das rotas atlânticas das Américas para a Europa.

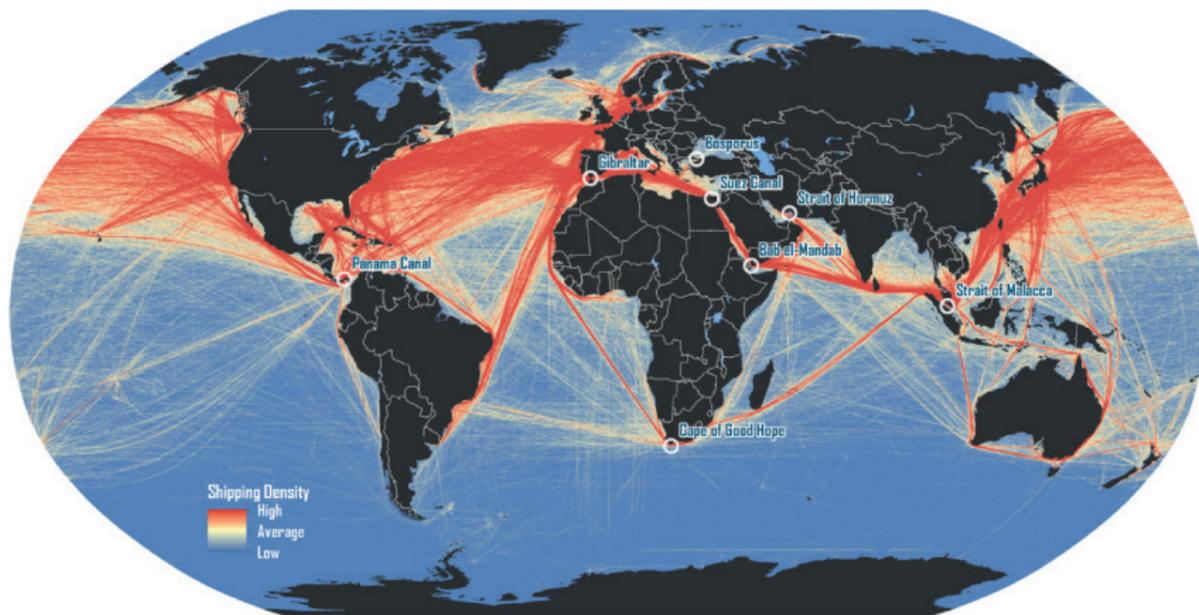


Figura 1 – Rotas marítimas mundiais

As condições naturais, em particular o aumento da profundidade junto à costa, oferece condições naturais para um porto de águas profundas, razão da localização do porto naquele local. É assim uma localização óptima para um porto de transshipment: por exemplo, o transporte de contentores do Oriente para o Atlântico sul pode ser feito de forma competitiva, em termos de preço e frequência, se os navios de grande porte da rota Oriente-Europa descarregarem os produtos destinados a países do Atlântico sul em Sines para aí serem transferidos para navios menores que os levariam aos seus destinos finais em África ou América do sul. Também o transporte da América do Norte para destinos no Mediterrâneo pode ser feito através do transshipment em Sines, pois o desvio de rota entre a América do Norte e os portos do norte da Europa é mínimo, sendo os contentores depois transportados em navios menores entre Sines e os portos do Mediterrâneo. O aumento significativo da capacidade do Canal do Panamá tenderá a fomentar o comércio da China para a costa este (atlântica) dos Estados Unidos por esta via, em alternativa à ligação da China à costa oeste Americana e restante percurso por ferrovia até à costa este. Nesta situação poderá tornar-se rentável o transporte da China para a Europa pelo Canal do Panamá, pois permite juntar estas cargas com cargas da China para os Estados Unidos no percurso no Pacífico e dos Estados Unidos para a Europa no percurso no Atlântico. Poderá mesmo originar rotas de circunavegação, pois os navios poderão continuar para a China pelo Mediterrâneo com cargas da Europa para o Oriente, o que aumentaria o potencial de Sines como porto hub de distribuição para todo o Atlântico. Na competição por estes mercados, os principais concorrentes de Sines são os portos de águas profundas da mesma zona geográfica, que são os portos de Algeciras (Espanha) e de Tanger Med (Marrocos), e até mesmo de Valência (Espanha), cuja localização se mostra na figura 2.

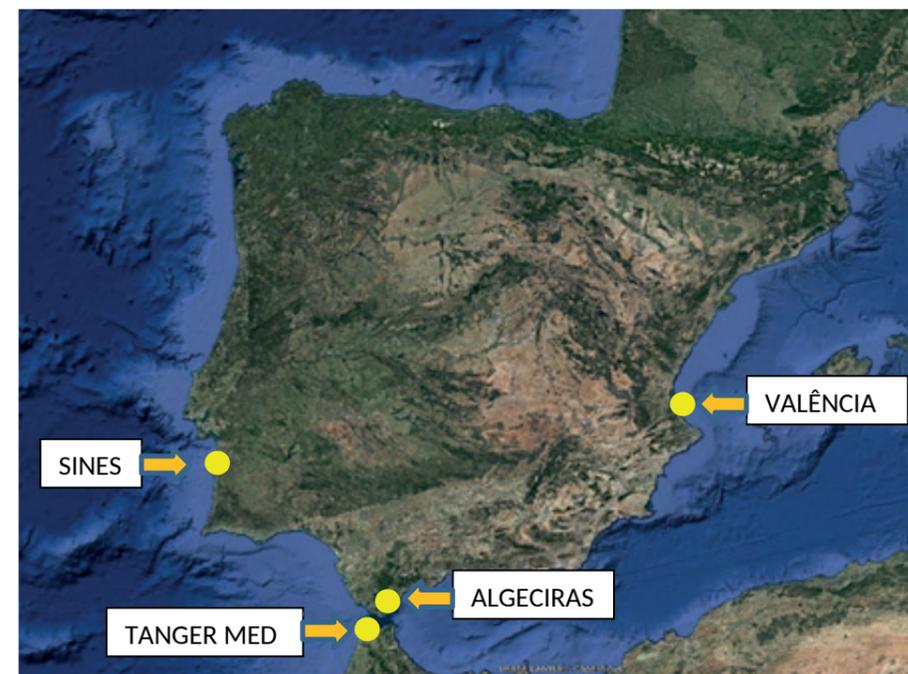


Figura 2 – Localização dos portos de Sines, Algeciras, Tanger Med e Valência

4. INFRAESTRUTURAS NECESSÁRIAS

4.1. PORTOS

Põe-se assim a questão de que infraestruturas Portugal precisa para tirar partido do potencial de atracção de investimento para Sines. Do ponto de vista dos terminais de contentores, Sines está ainda muito longe dos limites da sua capacidade física. A figura 4 mostra um plano possível para expansão dos Terminais de contentores de Sines, que pode estar limitada a um máximo de capacidade para movimentar 8 a 10 milhões de TEU's anuais (TEU, Twenty Foot-equivalent Unit, é a medida standard do contentor de 20 pés), mas cuja capacidade actual está perto dos 2 milhões de TEU, ou seja, cerca de 20% a 25% do seu potencial.



Figura 4 – Expansão dos Terminais de contentores de Sines

Assim é necessário expandir os terminais de contentores até ao limite da capacidade (num processo sujeito apenas à existência de procura), pois, assim, maximizar-se-ia o número e frequência de destinos servidos a partir de Sines, e, desta forma, a qualidade das ligações para mercadorias aos mercados mundiais. A excepção seriam as ligações aos mercados europeus, em particular do centro da Europa, de alguns sectores de actividade pouco dependentes da rapidez e fiabilidade para as suas trocas comerciais com estes mercados. Acresce que muito perto, à escala do transporte marítimo, Portugal pode construir outro(s) terminal de águas profundas para carga contentorizada, na zona entre a Cova do Vapor e o Bugio, na margem sul

da foz do Tejo. Estes terminais, do porto de Lisboa, poderiam ter capacidade para manusear cerca de 5 milhões de TEU por ano. Dado que os terminais de Sines e de Lisboa estariam a uma distância inferior a 100 km, poderiam funcionar de forma coordenada, quase como se fossem um porto de 13 a 15 milhões de TEU. Nestas condições seria um dos maiores portos de contentores da Europa. Por razões económicas e estratégicas, Portugal deve evitar dependências excessivas por colocar os ovos todos no mesmo cesto, pois tem interesse em que haja concorrência e diversidade das ligações de mercadorias ao mundo inteiro a partir de Portugal, para que as empresas aqui instaladas disponham de condições competitivas no acesso aos mercados mundiais. Assim, não é razoável concessionar toda ou a maior parte da capacidade portuária de Sines+Lisboa a um único parceiro económico, seja uma empresa chinesa ou de qualquer outro país. No entanto dada i) a grande capacidade em causa, ii) o facto de Terminais de contentores com capacidade para 2 milhões de TEU por ano já terem massa crítica suficiente para serem investimentos interessantes, a concessão de um terminal de 2 milhões de TEU anuais ou ligeiramente superior a empresas chinesas ou com grande interesse no comércio com a China, por si só não criaria uma dependência excessiva nem poria em causa interesses estratégicos de Portugal, e, por isso, poderia ser vantajosa para ambos os países.

4.2. FERROVIA

Além do porto, outra infraestrutura determinante para a capacidade de atracção de investimento qualificado (industrial e logístico) para Sines é a ferrovia. A competitividade das ligações ferroviárias internacionais para mercadorias de que Portugal dispõe é tal que a quota de mercado da ferrovia no transporte terrestre de mercadorias de Portugal para a Europa além-Pirinéus é zero ou quase zero. É assim importante analisar as causas desta situação, para com base nesse diagnóstico vencer os problemas existentes e criar ligações ferroviárias competitivas para o transporte internacional de mercadorias para o centro da Europa a partir de Sines e de Portugal em geral. A rede ferroviária portuguesa, salvo algumas excepções, é pouco competitiva, dada que foi construída quase toda no século XIX com características técnicas actualmente obsoletas. No caso do transporte de mercadorias as principais limitações são as rampas de inclinações excessivas que limitam o peso da carga rebocada, e o comprimento das linhas de resguardo e cruzamento, que só permitem comboios de 400m ou pouco mais quando o standard europeu é de 750m. A falta de electrificação de algumas linhas também influencia a competitividade dos serviços de transporte de mercadorias e passageiros que é possível prestar. Nas ligações internacionais acrescem os problemas de falta de interoperabilidade. Uma rede é interoperável quando não existem no seu interior obstáculos técnicos à circulação de comboios. Os principais problemas de interoperabilidade da rede portuguesa são as diferenças de bitola e sistema de sinalização e controle de velocidade relativamente aos standards europeus. A bitola é a distância entre carris, que na rede portuguesa e na rede convencional espanhola é a bitola ibérica de 1668mm, e em todas as redes da Europa ocidental e na rede de Alta Velocidade espanhola é a bitola europeia de 1435mm. Dos problemas de interoperabilidade,

o problema da bitola é o de mais difícil resolução, pois impede que comboios de eixos fixos (todos os comboios portugueses são de eixos fixos) cruzem a fronteira franco-espanhola. Na prática a península Ibérica é uma ilha ferroviária na Europa, e no futuro será só Portugal porque desde 1988 que a Espanha investe fortemente na construção de uma nova rede de bitola europeia, projectada para tráfego misto (passageiros e mercadorias) desde 2013. Em Portugal a política é a manutenção da exclusividade da bitola ibérica, baseada no argumento de que há soluções técnicas para o problema da bitola, que são os eixos variáveis, que se ilustram na figura 5.

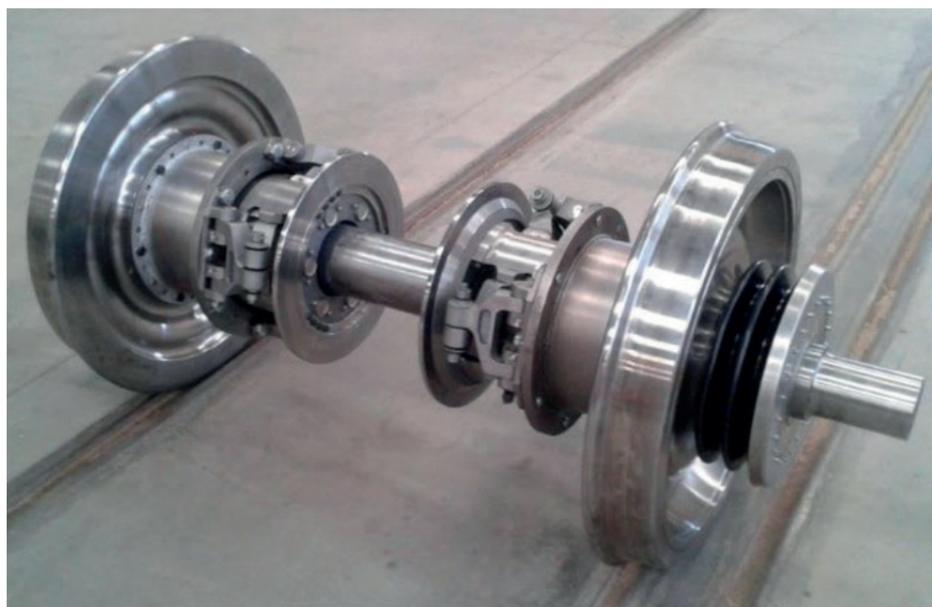


Figura 5– Eixos variáveis

Estes eixos permitem mudar a distância entre as rodas de qualquer eixo, podendo as locomotivas, carragens e vagões equipados com estes eixos circular tanto em linhas de bitola ibérica como de bitola europeia. Mas o problema não é se estas soluções existem, mas a sua competitividade. A Espanha usa estas soluções há mais de 50 anos nos tráfegos de passageiros para França e mesmo assim investe todos os anos cerca de 3000 milhões de euros só do Orçamento de Estado (mais os Fundos Europeus) na nova rede de bitola europeia para se ver livre destas soluções. Aliás são os próprios fabricantes espanhóis de eixos variáveis para mercadorias, de desenvolvimento recente, que dizem que estes eixos são uma tecnologia de transição que se destina a facilitar o tráfego ferroviário de mercadorias em Espanha durante o período de transição entre as duas bitolas, em que ambas co-existirão, e a alternativa são os transbordos ou a rodovia. Como estes eixos são uma tecnologia não standard, têm custos escondidos que tiram competitividade ao sistema e que nenhum operador poderá suportar se a alternativa forem comboios de eixos fixos: além do custo e peso superior dos eixos variáveis, i) os custos de manutenção seriam superiores aos de vagões de eixos fixos, pois há muito menos fabricantes, e ii) a reparação fora da península Ibérica seria muito mais cara, pois

exigiria instalações próprias só para vagões com este tipo de eixos ou o seu reboque para as instalações do fabricante em Espanha. Com vagões standard de eixos fixos, qualquer vagão pode ser reparado em qualquer local da Europa onde ocorra uma avaria. Assim as actuais políticas portuguesas estão mal fundamentadas do ponto de vista técnico-económico. A solução de eixos variáveis provavelmente seria ainda menos competitiva do que usar plataformas logísticas espanholas de Badajoz, Salamanca e Vigo para as exportações portuguesas para o centro da Europa, levando os contentores a essas plataformas por via rodoviária ou ferroviária para aí serem embarcadas em comboios de bitola europeia para toda a Europa. Obviamente os custos acrescidos destas soluções isolariam Portugal dos mercados europeus, afastando o investimento qualificado, industrial e logístico. Assim a alteração da política ferroviária no sentido da construção das linhas portuguesas da Rede Core da União Europeia, cujo traçado se mostra na figura 6, ser feita em bitola europeia de acordo com os Regulamentos da União Europeia, é fundamental para que Portugal disponha de ligações ferroviárias competitivas aos mercados europeus e tenha capacidade de atracção de investimento industrial e logístico. E em itinerários de grande tráfego, construir linhas novas em bitola europeia é a forma mais barata e eficiente de resolver simultaneamente todos os factores que actualmente limitam a competitividade do transporte ferroviário de mercadorias e aumentar a capacidade para servir as necessidades futuras, pois o custo é independente da bitola a adoptar.



Figura 6– Rede Core da União Europeia

5.

FIABILIDADE DA ROTA DA SEDA

Do ponto de vista da China, a ferrovia de bitola europeia entre Sines e o centro da Europa, serviria não só para viabilizar potenciais investimentos industriais e logísticos em Sines, mas também teria o efeito positivo de aumentar a fiabilidade da Rota da Seda, grande desígnio chinês para se ligar aos mercados europeus, de que se apresenta um mapa na figura 7.



Figura 7– Rota da Seda

O mapa indica que as ligações da China aos mercados europeus se podem fazer i) pelas vias marítimas pelo canal do Suez e ligando ao porto de Veneza (rota principal) ou, como alternativa, continuar até aos portos do norte da Europa (actualmente dominante devido à grande capacidade dos portos e qualidade da cadeia de distribuição para o interior da Europa) percorrendo o Mediterrâneo e passando em frente a Sines, ou ii) pelas vias ferroviárias através da Ásia e Europa. Mas o mapa mostra um aspecto estranho e contra-intuitivo: as vias terrestres terminam em Madrid. Seria aparentemente fácil estendê-las a Lisboa e Sines, completando o anel na parte ocidental. No entanto, isso é verdade hoje mas, se as políticas ferroviárias portuguesas não se alterarem, deixará de o ser no futuro: quando a Espanha dispuser da ferrovia de bitola europeia para mercadorias nos seus principais portos e plataformas logísticas, o que poderá acontecer dentro de 10 a 20 anos, dificilmente se poderá pensar em ligações a Portugal, porque não se poderão usar os mesmos comboios que atravessarão toda a União Europeia, por duas razões: a diferença das bitolas entre Portugal e a União Europeia e porque provavelmente as distâncias e quantidade de carga só para Portugal não justificariam o transbordo que seria necessário. Aparentemente poder-se-ia pensar que isto pode ser importante para Portugal mas não para a China, que tem alternativas para as suas exportações acederem a qualquer ponto da Europa. Mas os governantes chineses têm em geral uma visão holística e de longo prazo destas questões, e por isso valorizam critérios pouco relevantes numa análise de curto

prazo, como por exemplo a fiabilidade da Rota da Seda no seu conjunto. Esta seria superior se houvessem várias alternativas para ligar quaisquer pares de pontos origem-destino na China e na Europa. O mundo hoje é multipolar, e crises locais que afectem ou bloqueiem itinerários da Rota da Seda podem ocorrer de forma imprevisível em pontos localizados ao longo do percurso. Por exemplo a via marítima pode ser fortemente afectada por uma crise que pare o tráfego marítimo no canal do Suez, e as vias terrestres também o podem ser por crises políticas, revoluções, guerras, etc. nos países por onde passam. Assim a fiabilidade da Rota da Seda ganharia com o aumento de redundância que o fecho do anel entre as vias marítimas e terrestres prolongando a via ferroviária de Madrid a Sines e Lisboa proporcionaria, pois melhoraria a complementaridade entre as vias terrestres e marítimas e acrescentava soluções alternativas para o caso de outras vias serem interrompidas.

6.

RESUMO

A China aposta cada vez mais na subida na cadeia de valor dos produtos feitos na China, através de tecnologia e design próprio. Para a sua colocação nos mercados mundiais, em particular europeu e americano, tem interesse em incorporar valor gerado nesses mesmos mercados, por exemplo vender produtos com forte incorporação chinesa, na Europa e no resto do mundo, como “made in EU”. Para este efeito Sines pode apresentar condições ideais para investimentos industriais e logísticos chineses (e não só) devido a três factores: i) pode ter um porto de águas profundas de grandes dimensões junto às principais rotas marítimas mundiais, ii) pode ter uma ligação ferroviária competitiva aos mercados do centro da Europa, e iii) dispõe de espaço ilimitado para instalação de actividades logísticas e industriais junto ao porto. Com os 2 primeiros factores Sines disporia de óptimas ligações de mercadorias ao mundo inteiro. Com o terceiro factor seria um excelente local para investimentos industriais e logísticos, pois além de custos de transporte e logística competitivos, permitiria às empresas que aí se instalassem gerir facilmente variações geográficas da procura à escala mundial. Nenhum outro local na Europa reúne simultaneamente as três condições de que Sines pode dispor. Para materializar as condições anteriores, Sines precisa de novas e melhores infraestruturas: expandir os Terminais de contentores até ao limite das suas capacidades físicas e uma ferrovia nova, de bitola europeia e grande capacidade, nas ligações aos mercados do centro da Europa. Se Portugal construir estas infraestruturas, tem muito mais condições para atrair investimento qualificado chinês, no âmbito de uma política de cooperação económica de interesse mútuo.

Mário Lopes

Email: mariolopes@tecnico.ulisboa.pt

Tel: 966485262



II PAINEL

O FUTURO DA EUROPA, À LUZ DE CRISE CIVILIZACIONAL E AMBIENTAL E DO CONCEITO CHINÊS DE UMA NOVA ERA

PINTO RAMALHO (GENERAL PINTO RAMALHO, PRESIDENTE DA LIGA DA MULTISSECCULAR AMIZADE PORTUGAL- CHINA)

Muito boa tarde a todos, cumprimento em primeiro lugar todos os presentes e todos os componentes deste painel, incluído a Senhora Moderadora a Dra. Teresa Cid. Iremos assim iniciar o desenvolvimento desta mesa-redonda, olhando para os vários temas que estão atribuídos aos vários oradores, cabendo aos moderadores uma pequena intervenção inicial.

Começo por olhar para a concepção chinesa do poder, da defesa e da segurança e, também, das relações internacionais. É natural que me preocupe com estas questões, por força da minha formação profissional e, também, da atenção que tenho dado, na qualidade de Presidente da Liga da Associação Portugal-China, considerando que os temas que estão aqui indicados, passam pela perceção daquilo que é hoje a visão do Poder, da Liderança chinesa, que neste momento vai a caminho dos 10 anos, da Governança de Xi Jinping e que, por isso, importa também analisar a sua visão para a China.

Essa Visão tem sido explicitada em muitas ocasiões, há um documento escrito volumoso, dois Volumes, “a Política da Governança da China”; foi feita, inclusive, uma interpretação da mesma em Portugal, pelos leitores dessa obra e a sua visão, através daquilo que são as referências do presidente Xi Jinping, mas que tem sido também explicitada em múltiplas situações; foi em Davos, foi na conferência de Xangai e nas várias visitas que têm acontecido, também aqui em Portugal, em Espanha e em África.

Em todos os momentos é possível perceber o que Xi Jinping tem afirmado como Grandes Desígnios e Objetivos para a China e a afirmação do seu Poder, no contexto internacional. Se olharmos para a sequência dos grandes líderes chineses, há momentos cruciais e marcantes desta evolução do Poder: com o Mao Tsé Tung há o renascimento da nação chinesa, com Deng Xiao Ping, o grande arquiteto da reforma económica e da abertura - as quatro grandes modernizações e, com Xi Jinping, aquilo que se pode recolher, através da afirmação dos seus escritos, a concretização do momento de uma Nova Era para a China.

Uma Nova Era que certamente terá uma explicitação mais concreta no próximo ano, durante o próximo Congresso, em que a afirmação de uma China “rica e forte” prenuncia aquilo que são os desígnios para 2049, quando se festejarem os 100 anos do Partido Comunista Chinês. Esses desígnios são: ser a primeira potência económica do mundo e ter uma força militar “world class military force”, isto quer dizer que o desenvolvimento, nesse domínio, atinge paralelo com aquilo que são hoje as potências mais avançadas nesse âmbito. E para isto estão criados, três instrumentos fundamentais, a iniciativa “One Belt One Road”, com todo o desenvolvimento tecnológico que temos assistido e a todo o empenho, que tem sido posto naquilo que é a defesa militar que, para além das capacidades convencionais, temos visto mais dois aspetos que são realmente marcantes. Tem a ver com o desenvolvimento da capacidade de actuação no espaço e no domínio do nuclear.

Isto não é indiferente ao resto do mundo, assistimos a uma iniciativa americana, em três “fora” completamente distintos: um que foi recentemente constituído, o AUKUS, uma aliança entre a Austrália, o Reino Unido e os Estados Unidos, com a atribuição à Austrália, de uma nova capacidade, em termos de submarinos com propulsão nuclear, mas também simultaneamente, a uma atuação no chamado QUAD, onde as preocupações de segurança também existem e envolvem a Índia e o Japão. Igualmente tem estado presente em todo este processo uma outra organização, mais discreta, menos conhecida, designada pelos 5 EYES, que envolve o Canadá e a Nova Zelândia e que tem a ver com a aquisição e tratamento informação estratégica.

Se por um lado há uma afirmação do lado chinês, com desígnios de desenvolvimento e de afirmação global, como potência global, estamos a assistir também, especialmente do lado dos Estados Unidos a reações a esse tipo de desenvolvimento e à procura da sua contenção. É interessante ter isso em conta, porque a relação Estados Unidos-China marca fortemente todo o relacionamento internacional no mundo e, também, com tudo aquilo que tem a ver com a Paz e a Estabilidade Internacional.

Eu diria que há três temas que necessitam de ser mais bem debatidos e melhor entendidos. Um deles tem a ver com os direitos humanos e o que isso que tem vindo a causar de perturbação no relacionamento entre a Europa, a China e os Estados Unidos. O outro, tem a ver com as respostas às alterações climáticas e o terceiro tem a ver com a situação de Taiwan. São três temas para os quais é necessária uma grande atenção, uma grande contenção e um grande entendimento, parte a parte e, sobretudo, uma clarificação do discurso entre todos.

É interessante também referir que temos assistido a que a China entendeu perfeitamente que, durante o seu desenvolvimento tecnológico, há dois novos espaços da aplicação de poder, algo que se reflete no seu relacionamento internacional.

Esses novos espaços de aplicação de Poder tem a ver com o Espaço e o Cyber espaço e são domínios em que a china realmente apostou fortemente. No próximo ano, certamente ficará concluída, a estação espacial chinesa e já temos conhecimento daquilo que hoje é a capacidade chinesa no domínio daquele ambiente estratégico; colocou uma sonda em Marte e também outra sonda na face oculta da lua e procura que o objetivo de atingir a lua em 2035 e 2036, possa ser concluído. Existe inclusive um acordo, russo e chinês para a construção de uma estação espacial, uma futura base lunar. É claro que a corrida para o espaço pela parte

chinesa tem naturalmente a mesma resposta do lado americano e do lado russo e, também, de uma forma surpreendente por parte dos Emiratos Árabes Unidos e da parceria entre o Japão e a Agência Espacial Europeia.

Em relação ao Cyber espaço, as questões ainda são mais complexas. São mais complexas e exigentes, porque o avanço neste domínio pende para o lado da República Popular da China, quer no domínio da inteligência artificial, quer no domínio das redes 5G. Na última vez que estive na China, ainda antes da pandemia, assistindo ao equivalente à Web Summit em Portugal - a Conferência Internacional da Internet, já não se falava do 5G, falava-se sim do 6G, como um grande espaço, “social space of environment and communication” onde realmente tudo poderia acontecer, desde as cidades inteligentes à participação da robótica, da computação quântica, da maior velocidade, do maior número de dados e, também aí, um salto qualitativo e muito significativo.

Este é um aspeto extremamente importante, porque também a partir daí temos assistido a todo um diálogo, para não dizer, toda a uma competição, todo um debate emergente, entre os Estados Unidos, a Europa e a República Popular da China. Mas também é de referir que não é alheio a este processo, algumas questões que eu referi antes, aquilo que são os temas de alguma controvérsia neste debate, aquilo que o último relatório americano referiu relativamente à garantia das quatro grandes cadeias de abastecimento cruciais para os Estados Unidos. Essas cadeias são exatamente os semi condutores, as terras raras, designadamente o lítio e o cobalto, para as baterias e os elementos cruciais para a indústria farmacêutica.

O principal produtor desta cadeia está na China e na Formosa. No caso dos semicondutores, 80% dos semicondutores mais avançados estão em Taiwan, através da empresa TSMC, que detém de cerca de 80% dessa produção e, uma eventual paralisação ou destruição, equivaleria a um atraso de cerca de uma década em toda esta fileira industrial e na inovação. Se relacionarmos estes assuntos com o debate que se prende com os direitos humanos, 45% da produção do silicone necessário àquilo que tem a ver com a indústria transformadora associada à energia solar, é produzida na província de Zhejiang, são aspetos que não podem passar de despercebidos e que têm de ser tidos em linha de conta, em todos os diferendos que têm vindo a ser referidos.

Por outro lado, e para terminar, referir que no aspeto nuclear, está a ocorrer uma evolução do lado chinês, numa perspetiva daquilo que é a política de dissuasão chinesa, em que se afirma que uma maior capacidade chinesa naquele domínio, deverá levar a favorecer, por compensação de um determinado desequilíbrio, a uma maior e melhor “coexistência pacífica”. Se pensarmos que o número de ogivas nucleares existentes na Rússia e nos Estados Unidos está perto de seis mil em cada um e que neste momento, existem cerca de 290 de ogivas nucleares na China, semelhante ao que existe no Reino Unido ou na França, há um desequilíbrio flagrante, tendo em conta a dimensão estratégica dos actores considerados.

A China nos próximos 5 anos pretende produzir 1 milhar de ogivas nucleares. criando exatamente a mesma tríade que existe em termos ocidentais, capacidade de lançamento terrestre, capacidade de lançamento aéreo, capacidade de lançamento através de submarinos. Também no domínio naval, a evolução tem sido extremamente significativa, neste momento quando se olha para as capacidades oceânicas da China aponta-se para a ordem dos 350

navios de grande superfície, submarinos e navios e apoio; comparando com a marinha dos Estados Unidos, com cerca de 297 navios, entende-se a preocupação que os EUA tem na região Indo-Pacífico e o desequilíbrio que aí existe. Por outro lado, também na produção de navios, nos últimos 5 anos, foram construídos pela China, cerca de 150 navios; no âmbito dos aviões há uma produção de uma cerca de uma centena de aparelhos diversos, por ano; há um desenvolvimento tecnológico militar, em que as tecnologias se sobrepõem à corrida aos armamentos, mas que ao fim ao cabo acabam por constituir elementos de poder e de afirmação no âmbito da estratégia militar, que não pode ser ignorado.

Para finalizar, gostaria de realçar que considero haver duas grandes motivações estratégicas na China que hoje são significativas e que querem ter afirmação concreta em 2049: ser uma potência global e não ser desafiada em termos regionais; paralelamente, tem sido afirmado como um desígnio nacional, a reunificação de Taiwan com a grande Pátria, com tudo o que isso implica para a Paz e Estabilidade Internacional - se essa acção não for bem conduzida pelas duas partes ou se houver uma interferência externa, na perturbação desse processo, a Paz e a Estabilidade Internacional poderão estar em causa.



UMA HISTÓRIA DE COOPERAÇÃO BASEADA NA AMIZADE E RESPEITO MÚTUO, PARA O PROGRESSO COMUM

TERESA CID (PROF DRª TERESA CID, UNIVERSIDADE DE LISBOA)

Ora então muito boa tarde a todos e muito obrigada por esta iniciativa, aos organizadores desta iniciativa, aos membros desta mesa-redonda que aqui estão. Eu como sou de letras vou falar só de coisas certamente ligadas à questão da crítica da situação que vivemos agora e daquilo que podemos fazer. Começaria por referir uma coisa que é conhecimento de todos, numa carta de 1753 redigida pelo imperador da China, Qianlong da dinastia Qing, ao Rei de Portugal D. José I em que ele sublinha a amizade, o carinho e o respeito com que os seus antepassados foram tratados pelos portugueses, gestos que foram correspondidos por parte das entidades chinesas. E esta carta é a prova visível da empatia que se criou ao longo de cerca de um mês de convivência desenvolvida entre o emperador da China e a embaixada de Portugal. E é importante mencionar que esta embaixada foi enviada para saudar o Imperador em termos de soberania semelhante, ou seja, não simplesmente para apresentar credenciais à corte imperial. Esta carta também mostra um longo testemunho de contactos diplomáticos, que datam pelo menos início do séc. 16 durante a dinastia Ming, quando o 1º embaixador de um país europeu chegou à China foi português. Uma longa história que importa não esquecer, mas sobretudo honrar no presente, dando renovada continuidade.

Isto não significa que nunca tenha havido obstáculos ou pontos de vista divergentes como ainda existem neste momento, mas esses obstáculos foram sempre abordados no espírito de respeito mútuo entre as partes, juntamente com a vontade de superar as dificuldades e resolver os problemas existentes. O comércio de mercadorias mas também e talvez principalmente do conhecimento e do saber e do saber fazer, uma vez que China estava muito mais desenvolvida que a Europa no séc.16 e visões do mundo, sonhos nacionais e pessoais é o que teve maior impacto nas transações entre Portugal e os países orientes como a China.

E hoje, a respeito das dificuldades acrescidas, causadas pela pandemia com que ainda nos debatemos, os contornos da sempre crescente realidade global das últimas décadas, exigem que seja renovada e cuidada a tensão à dimensão Euroasiática ou ocidente-orientes, como um fator chave das interações e relações interculturais e internacionais. Como aqui já foi referido, o livro sobre a governança da China que foi escrito por Xi Jinping já alguns anos, ele chamou a atenção para a necessidade da China e do Mundo de se conhecerem melhor. E esse apelo não perdeu na atualidade, muito pelo contrário. Portugal e a China vão se conhecendo cada

dia melhor, sobretudo através dos investimentos e da cooperação, tudo o que já foi referido anteriormente, mas também na aposta da educação, nas áreas da língua, da cultura e da ciência. Ainda na semana passada, no encontro sobre a cooperação científica entre Portugal e a China organizada pelos amigos da associação da Nova Rota da Seda, se tornou clara a variedade das áreas científicas em que já existe cooperação, entre elas as ligadas ao mar que já foi referido aqui no tema deste encontro, incluindo a menos óbvia, a ligação entre o conhecimento, o mar e exploração espacial. E a promessa de desenvolvimento de interesses mútuos que contém e deverá ser acarinhada e devidamente apoiada, quando digo devidamente apoiada também estou a pensar em termos financeiros. Para tudo, isto é, necessária a confiança mútua e o entendimento das vantagens deste tipo de cooperação para todos os envolvidos, isso pode parecer óbvio mas nunca é fácil alcançá-lo. Num espírito ideal produtivo e num esforço de aproximação ainda conhecendo divergências culturais e até ideológicas, sem desrespeito de uma das partes pela outra, juntamente com o conhecimento e aceitação da especificidade de cada cultura e modo de pensar são vitais. Há que saber lidar com a desconfiança, inclusivamente me termos de segurança, para seguir em frente um projeto que possa de facto criar as condições para um tão necessário mundo de paz e investimento na obtenção de uma vida melhor. O progresso é possível mas não é fácil, há que fazer constantemente escolhas criteriosas, não nos deixando prender por visões utópicas ainda que estas possam ser inspiradoras, ou seja, um defendeu ontem mesmo, o filósofo e académico açoriano, há muitos anos a lecionar nos Estados Unidos, Onésimo Almeida, não nos impedindo para situar para diante e para o alto, uma perspetiva de maximização dos elementos positivos e de menorização dos negativos, lutando por objetivos alcançáveis. Uma perspetiva demasiado negativa, tendo a autoconcretizar-se porque também como referiu Onésimo Almeida, se acreditarmos que à nossa frente só encontraremos precipícios e poças de podridão, está visto que as nossas decisões nos deixaram antolhados, sem qualquer hipótese de sobrevivência. Importa usar bom senso e sabedoria, não prescindindo dos ideais sim mas pesar o pragmatismo e fazendo escolhas que permitam uma dialética de avanço no caminho do progresso e da melhoria da vida de todos.

Há que reconhecer os enormes avanços que foram alcançados pela China, tal como o Ocidental. Na educação, no nível de vida, no conhecimento ou na tecnologia, entre outros aspetos. Continuando sempre os esforços de ir mais além na construção de um mundo cooperante, capaz de atender interesses particulares, sem com isso colocar em risco o bem maior da comunidade humana. Em 2019, organizámos, em Lisboa, um encontro sobre a cooperação China-Portugal, tomando como modo o antigo ditado chinês que diz “nada pode separar povos com objetivos e ideais comuns, nem mesmo as montanhas ou os mares” esta é a cooperação e aproximação que todos devemos presar, explorando os modos como é que podemos fazer cada vez melhor, tornando realmente possível um futuro promissor da comunidade partilhada e resolvendo os problemas que fomos encontrando pelo caminho. Dou a palavra agora aos contestantes desta sessão, desta mesa-redonda. Sendo que o primeiro será o professor Zhang Yuhan da Academia Chinesa de Ciências Sociais, que tem mais outros enquadramentos institucionais e seguindo-se depois Prof. Dr. Heitor Romana, depois o Dr. João Amorim, depois o Prof. João Barreiros, depois o Prof. Carlos Morais que nos acompanhará online, e por fim a Dra. Manuela Pintado.



A COOPERAÇÃO DA CHINA COM PORTUGAL E OS RESTANTES PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

RUI LOURIDO (DOUTOR RUI LOURIDO, PRESIDENTE DO OBSERVATÓRIO DA CHINA E COORDENADOR CULTURAL DA UCCLA _UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS LUSO-AFRO-AMÉRICO-ASIÁTICAS.)

Muito boa tarde a todos, quero agradecer aqueles que estão connosco presencialmente, neste auditório da união das cidades capitais da língua portuguesa que é anfitriã deste evento, Conferência Intencional de Cooperação Portugal-China. E que estamos então nesta tarde após uma manhã de debates extremamente frutivos e que foram de grande ensinamento.

O meu nome é Rui D’avila Lourido, sou o presidente do Observatório da China e quero agradecer em nome das instituições que organizaram este evento, a união das associações da cooperação Portugal e china, o observatório da China e a Câmara de Comércio e Cooperação Portugal China. Agradeço a todos que nos acompanham online nesta sessão.

Gostaria enfim, o meu tema como sabem escolhi relações entre a China e Portugal e Países de Língua Portuguesa. Gostaria ainda anates de começar por agradecer o acompanhamento online e preminente da embaixada da China, do chefe da delegação da missão económica e comercial de Macau, que os têm acompanhado.

Bom, eu gostaria de começar por referir, 3 grandes desafios, que nos confrontam ser humanos os neste mundo globalizado. Eles são, como é patente para todos, a pandemia, as alterações climáticas e a desigual distribuição de riqueza. Esta última dá origem a grandes migrações que afetam quase todos os continentes. São temas e são grandes desafios que só com a colaboração de todos os países, essencialmente, dos grandes blocos geopolíticos, podem ser resolvidos. Este afrontamento de desafios que não são para as gerações futuras, mas que nos desafiam hoje em dia a nos próprios é uma situação que é antagónica à sua resolução com o atual clima de disputa e retórica contra anti China. Para desmistificar essa campanha, penso que é pertinente verificar que três anos após a entrada da China na Organização Mundial de Comércio, A China contribuiu com cerca de 30% para o crescimento mundial. Aliás, é curioso verificar que se não fosse o bom desempenho da China atualmente, mesmo neste período pandémico, o mundo segundo a FMI e o Banco Mundial, estariam em recessão. O mundo mudou e a estrutura do comércio multilateral, bem como a direção dos fluxos das trocas globais. Fez não só aumentar a visibilidade, mas a presença efetiva no cenário económico dos

países emergentes, bem como beneficiou milhões de pessoas em todos os continentes, esta globalização e esta presença, especialmente os países em desenvolvimento. Foi inclusivamente benéfico para os países já desenvolvidos.

Nesta minha apresentação, irei tratar das questões China em África e da China e os Países da Língua Portuguesa, no segundo momento. A questão da One Belt One Road, da Nova Rota da Seda, e o papel do Observatório da China como fonte de informação sobre a China, a história e civilização chinesa e a atualidade.

A China e a África é realmente, gostaria de contextualizar dos países da língua portuguesa. Naturalmente a China não esperou pela constituição do Fórum Macau em Macau para ser um ator privilegiado das relações da China com a Lusofonia e com África, ela tem naturalmente o fórum China Africa que reúne igualmente de 3 em 3 anos. O sucesso da China em África, o sucesso das suas relações políticas, económicas e sociais com o continente africano, reside não meu entendimento pessoal em que a China tem uma perspetiva que não é de hoje, mas ela foi um ator interveniente no próprio apoio aos movimentos de libertação que ocorreram em africa inclusivamente nos países da língua portuguesa. Ela investe em infraestruturas que são essenciais e deixam marca e servem para o desenvolvimento económico dos países onde entrevem e para a sua autonomia futura, cria condições e não uma dependência. Por outro lado, é um país que não tenta impor ao mundo a sua perspetiva de ver o mundo atual nem o seu modelo político e económico, de forma que isto difere bastante daquilo que estamos habituados a ver os estados Unidos a afirmarem e mesmo a União europeia. De 1995 a 2012, a União Europeia desceu de principal parceiro de África, de 45% de exportações para EU para 32%. De 1995 a 2012 as importações de Africa para EU desceram para 35%, eventualmente a China é um dos mais importantes parceiros comerciais e tendo ultrapassado os Estados Unidos desde 2009, é a principal parceira hoje em dia de Africa do Sul, na qua a China tem investido dois terços do seu capital. É um interesse não só em matérias-primas, mas na indústria, serviços e infraestruturas.

Gostaria de vos apresentar alguns dados para vos contextualizar, em relação á cooperação da China e com Africa. No seu desenvolvimento, temos que verificar que nos primeiros três quartos do ano de 2021, o volume do comércio China-Africa aumentou 38,2%. Por outro lado, o investimento chinês direto na indústria africana, também aumentou para 9,9% de 2020 a 2021. Os valores de novos contratos assinados por empresas chinesas em Africa, igualmente aumentaram 22%. Desde 2000 que as importações de Africa, pela China, foram extremamente significativas no valor de 1. Triliões de dólares, as exportações para Africa foram de 1.7 triliões de dólares. Portanto 1,27 mais do que as próprias importações. A china é o quarto investidor em Africa e mais de 3500 empresas chinesas investiram neste continente, representando estas empresas, as empresas privadas representam 70% no tecido comercial chinês dos quais 70% são privadas.

Muito bem, gostaria de avançar para vos referir que em 2020, o novo investimento direto chines em Africa foi 56 vezes superior que em 2003, em essencialmente infraestruturas. O que foi acrescentado foi que mais de 10 mil km de ferrovias, mais de 100 mil km de estradas, 120 milhões de kilovotes de capacidade foram instaladas. Por outro lado, 150km de redes centrais, mais de 400 instalações médicas, 1200 instituições educacionais e sistemas de tratamento de

águas foram instalados. Por outro lado, esta atividade económica da china em Africa permitiu que realmente mais de 4,5 milhões de pessoas tivessem emprego.

Gostava agora de então passar à questão da lusofonia e que é uma realmente um dos setores que também foca o interesse da china em Africa. De todos os presentes, é mais conhecida a nossa distribuição dos 8 países da LP, muitos outros países são observadores da CPLP, a Espanha acaba de entrar como observador na CPLP, há cerca de dois meses.

O desenvolvimento da china é muito importante para os países da língua portuguesa porque de 2014 a 2021, Portugal e todos os outros 8 países assinaram acordos económicos significativos com a China. Alguns dados indicam que até 2050, os países da EU não estarão nas 8 maiores economias, os chamados G8, como a Alemanha que passará de 5º para 9º lugar, a França de 8º para 10º. Mas o que é extramente importante para todos os que falam português, nesta estrutura dos 8 principais países de língua portuguesa, é que é significativo porque o único que terá uma língua europeia será o Brasil que terá a sua língua portuguesa.

Entrando agora nas trocas comerciais em relação e sondados de alfandega chinesa de agosto de 2021, as trocas comerciais entre a china e os PLP. Estes dados foram tratados neste quadro para simplificar e onde se pode verificar que o principal investidor e o principal país com trocas comerciais com a China, naturalmente é o gigante da LP, o Brasil. Segue-se Angola, em terceiro lugar Portugal mas temos Moçambique a seguir, temos Timor-Leste como 5º posição, a Guiné-Bissau, Cabo verde e por fim São Tomé e Príncipe. Não vos vou maçar com os dados concretos e específicos.

Queria de abordar uma questão que é pertinente para autonomia futura do território de Macau, autonomia do ponto de vista jogo, a seu principal rendimento económico vem do jogo como é conhecido de todos. Mas a sua integração por decisão do governo central, do partido comunista da china e por decisão e incentivo deste governo, foi decidida criar um projeto que trouxesse alternativas para os problemas sociais e económicos de Hong Kong e Macau e que potencializasse esta área da Grande Baía. Este é um projeto de futuro de uma repercussão ainda não muito bem refletida, ela está no seu início, mas vai ser seguramente todo o Sul da China, vai ser bastante diferente a partir da implementação deste projeto onde se encontram e onde estão reunidas 11 cidades e essas 11 cidades comerciam independentemente das condições de cada uma, em igualdade de circunstâncias do ponto de vista das nacionalidades dos empresários que estejam nessas áreas, por tanto os mercadores, os industriais de Macau podem investir tal e qual como qualquer outro chinês em cantão ou em qualquer uma das outras regiões. É uma das principais oportunidades para o desenvolvimento económico e social sustentável de Macau porque ele envolve os principais elementos para o progresso de cada uma das regiões porque tem a formação através do campus universitário que é imenso na ilha da, em português, da “Montanha”, uma ilha que os portugueses desde há séculos tentavam ter uma relação mais direta, mas só foi possível ter essa relação a partir do momento em que Macau se integrou por direito na China. Portanto, é onde nomeadamente problemas sociais como os jovens de Hong Kong que não têm casa digna, os jovens de Macau que tem dificuldades em encontrar casas a preços acessíveis onde realmente os empresários podem investir num parque habitacional que dê essas condições, arranjar casas a preços que sejam compatíveis com os seus rendimentos. A comunicação política entre o oriente e o ocidente,

em especial, o aprofundamento das relações entre a China e os 8 PLP tiveram no fórum Macau, um elemento importante para este seu desenvolvimento. A rápida expansão e ascensão económica da criação da RAEN é patente aos olhos de todos e esta integração na Grande Baía é um teste e uma oportunidade diversificar as suas atividades económicas do turismo à exportação, enfim é um mar de oportunidades, essencialmente do ponto de vista industrial, é preciso criar rendimentos paralelos aos do jogo. Macau após a integração na China, é sinal que nós fazemos 21 anos no dia 20 deste mês de dezembro, 21 anos da sua integração plena, o regresso à administração direta da China e das primeiras coisas que o partido comunista da China, o seu governo central se empenhou, que não foi possível a administração portuguesa por mais que tentasse anteriormente, passar a cidade de Macau a património da humanidade mas foi ponto de honra do governo central chinês, pela como prioridade nesse ano que Macau fosse realmente elevada a condição de património da humanidade na classificação a UNESCO, igualmente o governo central da China pôs em Macau esse relacionamento com os PLP numa estrutura a que nós simplificadamente dizemos fórum Macau, mas contudo ele se chama fórum para a cooperação económica e o comercial entre a China e os PLP e com a intervenção de Xi Jinping na sua visita precisamente a Macau, a anterior, ele insistiu para que o fórum Macau teria que passar também a ter uma participação no sector cultural e não só já económico e comercial. Macau é conhecido de todos da lusofonia, é um parceiro privilegiado, facilitador de negócios, mas todos que estamos na lusofonia também sabemos que Portugal, Brasil Angola e Moçambique não precisam propriamente de Macau para estabelecerem relações diretas com a China, eles fazem relações país a país, estado a estado. No entanto, este fórum dá uma visibilidade à LP e à capacidade de um todo que são estes 8 países, uma capacidade bastante diferente. Outra grande vantagem de Macau para os investidores é que Macau tem o mesmo sistema legal semelhante ao português o que facilita as relações económicas, enfim previne-se a taxa dupla, o que é uma grande vantagem além de outras.

Num mundo globalizado onde na própria área da Grande Baía existem cidades como a sede de () em Zene (Shenzhen? 25min), onde essa cidade tem 100% dos seus transportes públicos são elétricos, portanto são protetores do ambiente. Cantão tem 60 % dos seus transportes públicos já eletrificados, são cidades com uma capacidade imensa. Reserva-se a Macau, realmente um desafio impressionante de caminhar, bem como Hong Kong nesta senda. E portanto, intensificar o desenvolvimento científico através da formação e da formação universitária, me parece pessoalmente uma prioridade sem formação não há capacitação, sem capacitação não podemos criar uma mais-valia de chegar a um sistema de produção que tenha por si só, não seja salários baixos. A ligação entre as universidades de Macau e toda a área do sul da China são incentivadas e num campus universitário imenso.

Passava agora para a aquilo que liga todos os países da LP, um projeto iniciado pela China há bastante tempo, mais de 60 países são associados desta One Belt one Road, a Nova Rota da Seda, na sua vertente terrestre bem como na sua vertente marítima. Esta parceria que Portugal assinou, firmou entre o governo português de António Costa e Xi Jinping em dezembro de 2018 deve ser reforçada e deve ser um elemento que propicie o desenvolvimento económico e social de Portugal e de todos os intervenientes. Este relacionamento mais dinâmico de Portugal com a China, não se deve fazer naturalmente hostilizando os nossos

aliados políticos de longos séculos, como é a América. No entanto, não podemos ter nós portugueses o papel de defensores dos impérios dos outros, cabe-nos a nós a harmonização de interesses e defender os interesses como europeus que somos neste quintal plantado há beira-mar. Durante a visita de Xi Jinping foram assinados 17 protocolos que é importante dar incentivo. O Ministro da Ciência de Portugal juntamente com o Ministro da Ciência da China reuniram há uma semana numa conferência online, onde decidiram dar passos em frente e nomeadamente nas questões do espaço e do mar através do Star Lab, o laboratório com investimentos chineses e portugueses, e que tem capacidade de avançar nessa área. A abertura dos portos Portugal com a China é uma questão que permite a abertura por exemplo de Sines com a ferrovia como ouvimos de manhã por um dos principais especialistas dos estudos do Instituto Superior Técnico, sobre precisamente os transportes ferroviários e a necessidade urgente de adotarmos a bitola europeia e portanto conseguirmos colocar Sines como um grande porto Atlântico da Europa e conseguindo isso com a ligação ferroviária transeuropeia, que permite dessa maneira a que Portugal pudesse voltar a ter a centralidade que perdemos desde o século 16 e redistribuir o comércio marítimo, quer do chinês, quer europeu, quer africano e fazer esta plataforma em terras lusas. (30min)

Gostaria de vos referir que a intensificação destas relações são sempre pautadas pelos interesses mútuos, Portugal já foi o 5º recetor de investimento chinês da Europa, mas quando conseguimos, nessa altura tivemos a crítica acérrima hostil dos países europeus com quem competíamos porque éramos o 5º, mas o Reino Unido, a França e a Alemanha não deixaram de nos criticar publicamente por sermos sub-eficientes para com a China, portanto há que distinguir essas realidades.

Os sectores com maior capacidade em Portugal para atrair investimentos chineses, naturalmente que se tem destacado a energia, os seguros, as finanças, a tecnologia e as infraestruturas.

Nestas relações com a China é habitual o Ocidente tecer a crítica amargas à utilização e há falta de respeito pelas regras internacionais quando no esquecemos rapidamente dos roubos de tecnologia que o Ocidente fez para com a China, desde o papel à pólvora, à seda, a porcelana, enfim são tecnologias que usamos e nunca pagámos quaisquer royalties à China.

Hoje em dia a China é dos países que mais investe, quer do ponto de vista formal nas suas leis de proteção dos direitos intelectuais de propriedade. Como é um país que tenta inovar. Este projeto de nova Rota da Seda quer marítimo quer terrestre, é um projeto consistente e que permite dialogar entre todos os países com base nos interesses comuns, é uma coisa que se vê pouco, mas esse é o princípio básico porque não são acordos comerciais feitos sob ameaça militar ou sob qualquer tipo de ameaça. É uma rede de conectividade entre todos os países que nele queiram participar e está aberto, Xavier Suovelandia foi um dos grandes defensores da entrada dos europeus nesta rede. Portugal é assinante fundador do Banco de infraestruturas asiático, onde estão todos os principais países europeus fazemos parte, contra a opinião e chantagem na altura sofridas nomeadamente vindos da América. De forma que na minha perspetiva devemos incentivar estas potencialidades. Se virem, Portugal e o Brasil têm realmente participado ativamente, agora com o governo de Bolsonaro, tornou-se mais difícil e há bastante ruído de fundo nas relações, mas o que é um facto é que economia fala mais alto

e o Brasil tem continuado a desenvolver os seus negócios com a china e é muito importante que todos os países em igualdade de circunstância possam participar nessa estrutura.

Gostaria de vos referir agora que o Observatório da China, esta associação para investigação multidisciplinar em estudos chineses, tem como finalidade a divulgação da civilização chinesa e estimular a troca de experiências e debates de opiniões e a cooperação entre entidades publicas e privadas a vários níveis do quais esta conferencia é um dos seus exemplos e através do site e do Facebook do Observatório da China podem aceder a informação atualizada sobre múltiplos assuntos e naturalmente China e PLP é um dos temas que nas noticias dentro do site, todos oestes sectores, há uma série de áreas onde podem explorar no site: China e Estados Unidos, China Brasil, Economia chinesa, politica chinesa. Enfim um mundo de possibilidades.

Uma das áreas em que temos investido é nesta, a formação e divulgação da história da civilização chinesa e no papel fundamental que os países com contacto com Portugal tiveram com a China. Criámos assim com o apoio da biblioteca nacional de Portugal e com parceria da fundação Macau, uma coisa extraordinária, que é a primeira vez que temos. Todos os volumes e todos os livros publicado so séc. 16 ao 19 estão inseridos nesta biblioteca. São livros de se fazer esse download com esta interface bastante apelativa. Esta biblioteca tem esses livros mas tem também documentação quer manuscrita quer não, basta meter a palavra China ou Macau. Portanto as crónicas portuguesas do séc. 16 ao séc. 19 estão online, espalhadas e acessíveis no mundo inteiro através de um clique. Portanto a China e Macau estão há distância de um clique. Nesta Biblioteca pode-se entrar por datas, por autores, por títulos ou então as novidades são as últimas obras a ser digitalizadas. Nestas obras, ultimamente, estamos a digitalizar toda cartografia portuguesa e europeia. Na biblioteca nacional, na biblioteca da Ajuda, Biblioteca de Évora que tenham, que retrata em Macau ou China. Foi um estudo antigo e longo que fiz, mais de 10 anos levou esta investigação, mas está agora online os juízos na sua plenitude, ou seja, não são citações, está desde a capa à contracapa, está todo o volume ainda que por exemplo uma obra em 50 volumes, só um dos volumes tem a palavra Macau ou China. Mas estão os 50 volumes o que permite por exemplo às universidades americanas, neste momento, que os estudantes de doutoramento de mestrado, utilizem como fonte para os seus trabalhos. Numas aulas que dei em Queens ou Filadelfia, diziam-me os mestres, os professores que tinham passado em vez de trazerem os alunos, mandarem-nos para a biblioteca em Portugal, estavam a usar diretamente esta biblioteca online. E eu disse-lhes mas isso é lamentável, agradeço imenso essa deferência e divulgação do nosso trabalho mas nada se substitui ao envio dos vossos alunos para virem a Portugal conviver com os outros investigadores portugueses e portanto isso era fundamental. Mas estra obra é extraordinária, tem várias potencialidades, ela pode-se ver a sua obra total, como se viu anteriormente, ou então a nível de folhear como se fosse um autêntico livro, pode-se navegar por capítulos e pode-se aumentar as imagens como vemos aqui. É uma biblioteca para investigadores ou para o publico em geral ter o prazer de ler. Eu aqui digitei a palavra China e como veem, nesta obra aparece, ele abre a página na primeira referência que tem China, aqui nesta obra tinha 12 referências, esta era a primeira. De forma que é uma biblioteca que aconselho vivamente. Porquê? Porque realmente sem memória não é possível construir um futuro pacífico e sustentável. Portugal e a Europa necessitam de rejeitar qualquer espírito de hostilidade com a China. Rejeitar o espírito de Guerra Fria

parece-me fundamental, porque ninguém esquece os maus que deixaram as cruzadas, ou as guerras do Iraque ou as invasões da Síria e do Líbano ou da Líbia, que devo dizer, onde a maioria dos refugiados têm de fugir aos confrontos. De forma que, é o papel destes países, no meu entendimento, como Portugal, rejeitar este confronto entre democracias ou NÓS somos os bons e os outros é que são os MAUS e, portanto, é preciso reforçar o espírito de confiança entre os diferentes países. A paz e a partilha voluntária de custo e benefícios deste mundo global, esta casa em comum em que habitamos, em que não só com a pandemia, mas também as alterações climáticas, necessitam desse apoio.

Eu e o Observatório da China queremos contribuir pare este espírito e por isso agradeço a vossa atenção.

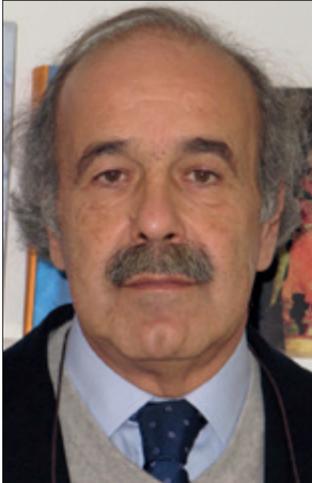


O PAPEL ESTRATÉGICO DE MACAU NO PROJETO DA GRANDE BAIÁ

HEITOR ALBERTO COELHO BARRAS ROMANA (PROF. DR. HEITOR ALBERTO COELHO BARRAS ROMANA, INVESTIGADOR DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS E DO INSTITUTO DO ORIENTE (ISCSP-U. LISBOA).

Muito boa tarde, quero agradecer ao Prof. Rui Lourido a organização e o convite que foi feito, cumprimentar o painel e os moderadores, a Prof. Teresa Cid. Permitam-me também um cumprimento muito particular, à presença do Dr. Júlio Pereira que há muito tempo eu não via. Eu tive a honra de ter sido seu colaborador, permita-me que diga a si e também gostaria de o cumprimentar na qualidade de um grande sinólogo que diríamos de mão cheia e que os contributos para o estudo das relações entre Portugal e China têm sido muito importantes, ao longo de pelo menos duas décadas. Ora, o convite que me foi feito, eu diria que foi de oralidade aberta e o Dr. Lourido queria-me no caleidoscópico de temas que iriam ser debatidos, deu-me a possibilidade de escolher mesmo. Um exercício de síntese que eu não consigo fazer, eu diria que todos eles são óbvios, à uma escolha racional nas temáticas, todos eles se interligam. Mas eu aqui gostaria na minha condição de investigador e de professor universitário, de sublinhar aquilo que eu ando há uns anos a dizer e que não é nenhuma novidade, eu procuro sempre, nós professores procuramos sempre fazermos exercícios de síntese, e que tem a ver com o papel de Macau no quadro das relações entre Portugal e a República Popular da China. Naquilo que eu designo, e que existem outras conceções a nível interno, as funcionalidades de Macau. E parte do presente ou de um futuro próximo para o passado, queria fazer o exercício ao contrário. Parte do presente e do futuro próximo porque no quadro do projeto da Grande Baía em Cantão é atribuído em alguns dos documentos a que eu tive acesso, é atribuído uma funcionalidade a Macau que eu acho que não invidência as potencialidades de Macau no quadro deste grande projeto. Ao sublinhar que é a designação que eu tenho, é na funcionalidade de Macau é sobretudo no campo das indústrias do turismo e do laser. Obviamente que essa dimensão económica e cultural que é impossível duvidar. Grande parte do desenvolvimento económico e da sustentabilidade económica da região especial de Macau resulta dessa atividade económica. Mas no âmbito da grande Baía eu julgo que Macau pode e deve ter também uma outra funcionalidade focada no domínio da ciência e da tecnologia e daquilo que agora se chama do fluxo de talentos. Fluxo de talentos esses que naturalmente esses devem estar enquadrados no âmbito das relações diplomáticas entre Portugal e China, e sobretudo, neste caso, no campo de uma diplomacia

científica, de uma diplomacia académica e tecnológica que é complementar ou até mais importante e determinadas circunstâncias do que a própria diplomacia económica (...)



A FUNDAÇÃO ORIENTE E AS RELAÇÕES COM A CHINA

JOÃO AMORIM (DR. JOÃO AMORIM, VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO ORIENTE).

Em primeiro lugar desejo, em nome da Fundação Oriente (FO) agradecer o convite dirigido à Fundação na pessoa do seu Presidente, Dr. Carlos Monjardino, para participar nesta louvável e oportuna iniciativa. Na impossibilidade da sua presença a sua representação foi em mim delegada.

A presença da FO neste painel faz sentido, no âmbito da cooperação cultural, um dos tópicos em análise e debate. Todos os temas são atuais e pertinentes mas é sobretudo na área da cooperação cultural que a FO trabalha desde 1988, data da sua criação e da instalação da sua delegação em Macau.

Depois da mudança na Administração que ocorreu em Macau em 20 de dezembro de 1999 e da criação da RAEM a cooperação cultural da FO com a República Popular da China tem-se desenvolvido com base em Protocolos de Cooperação sucessivamente renovados com o Ministério da Cultura da RPC (atualmente designado Ministério do Turismo e Cultura) através da CICA (China International Cultural Association), a qual, por sua vez, faz a ligação a com outras agências culturais chinesas, especializadas, por exemplo, no domínio das artes visuais.

Devo notar que a cooperação da FO com a RPC se iniciou no início dos anos 90 do século passado, pouco tempo após a criação da FO, sendo inúmeros os exemplos da sua concretização em projetos de colaboração com múltiplas e variadas instituições de âmbito cultural, académico e até filantrópico. Vale isto por dizer que a mudança ocorrida em Macau em 1999 deu apenas um enquadramento diferente a esta cooperação tendo em conta a nova realidade e o reconhecimento, por parte da RPC, do papel desempenhado pela FO neste âmbito.

De salientar que a assinatura do primeiro protocolo assinado com a CICA/Ministério da Cultura ocorreu em 1998, durante a visita a Portugal de uma delegação oficial daquela instituição.

Desde então contam-se por dezenas as atividades realizadas quer em Portugal quer na RPC, sobretudo na área das exposições de artes visuais mas também na área das artes performativas e até, mais recentemente, na realização de conferências.

A criação do Museu do Oriente, em 2008, veio dar maior visibilidade à atividade da FO no âmbito cultural e à apresentação ao público português de aspetos da cultura chinesa.

Em Portugal, os pontos altos desta cooperação foram, nos anos 90, a exposição de 15

artistas contemporâneos da China que teve lugar na Sociedade Nacional de Belas Artes e, já na primeira década do século XXI, a exposição de Bronzes do Museu de Xangai que foi apresentada numa das galerias do Centro Cultural de Belém. Após a abertura do MO foram organizadas várias exposições de artistas chineses (a mais recente ocorreu no final de 2019). De referir ainda os espetáculos da Ópera de Pequim que repetiu na década passada o êxito obtido nos anos 90 numa memorável apresentação que teve como pano de fundo a Torre de Belém.

Na China, serão de salientar as exposições de José de Guimarães e de Máscaras da Ásia e, mais recentemente, a exposição de 5 artistas plásticos portugueses que teve lugar em 2017.

Além destas o MO apresenta, há já vários anos, a exposição dedicada à Ópera Chinesa, com base em peças do próprio acervo da FO que já foi visitada por muitas dezenas de milhar de pessoas.

Gostaria ainda de referir a exposição temporária Embaixadas Europeias á China, realizada em 2018, que abordou os primeiros contatos diplomáticos de dignatários portugueses e da Santa Sé com o império chinês, entre os séculos XIII e XVIII, na qual a peça mais simbólica foi a carta do Imperador da China, Qianlong, para o Rei de Portugal, D. José I, documento datado de 1753 em versão trilingue (manchu, chinês e português), um grande rolo amarelo, a cor do Imperador, gentilmente cedida pela Biblioteca da Ajuda.

A propósito de embaixadas, gostaria de mencionar as excelentes relações de cooperação que, desde sempre, a FO tem mantido com a Embaixada da RPC em Lisboa, cujos embaixadores e conselheiros/as culturais nos auxiliam a manter a ponte com Pequim sempre que necessário.

De referir ainda o vasto número de outras atividades culturais que integram os programas de atividades do MO, nomeadamente por via do Serviço Educativo, que quotidianamente oferece ao nosso público oficinas e visitas guiadas que versam os mais variados aspetos da cultura e tradições dos países asiáticos com os quais Portugal mantém relações desde o século XV, nos quais a China tem, obviamente, um papel central. Também a exposição Histórias de um Império (coleção Távora Sequeira Pinto) que está em curso até outubro é bem merecedora de ser visitada.

Enquanto isto, em Macau, a delegação da FO mantém-se ativa na promoção da língua e cultura e portuguesa bem como na organização e acolhimento de muitas iniciativas culturais em ligação com as instituições culturais da RAEM, públicas e privadas. A formalização de um protocolo de colaboração com o Instituto Cultural, em 2019, reforçou a ligação existente desde a sua criação em 1988.

Um destaque particular deve ser dado ao IPOR, instituto criado em 1989 para o ensino do Português a estrangeiros e nos quais os chineses de Macau constituem a grande maioria. Trata-se de uma parceria entre a FO e o MNE através do Instituto Camões e tem conseguido, ao longo de já mais de três décadas, constituir-se como escola de referência, com forte relação com o Governo da RAEM e outras instituições locais, ajudando também a difundir o ensino da língua em universidades chinesas e de outros países da região através dos leitorados.

Nos últimos dois anos, o evento da pandemia covid-19 em muito tem prejudicado o natural desenvolvimento da cooperação cultural que exige, naturalmente, o intercâmbio entre pessoas, muito dificultado, para não dizer impossibilitado. Em fevereiro de 2020 esteve agendada uma

visita a Pequim para assinatura da renovação do protocolo de cooperação entre a FO e a nossa contraparte chinesa, a qual teve de ser cancelada quase sobre a data prevista. Pelo que, em 2020 e 2021, a cooperação tem estado em stand by, na sua componente mais significativa.

A terminar gostaria de prestar uma singela homenagem ao Embaixador João de Deus Ramos, que infelizmente nos deixou nas vésperas da pandemia e que foi meu companheiro de trabalho e viagem em várias deslocações à China. Com ele partilhei as horas boas e menos boas das relações entre Portugal e a China desde que nos anos 90 desenvolvemos contatos e diligências no âmbito do Grupo de Ligação Luso-Chinês, quando do diálogo sobre o futuro da FO após 1999.

Faço votos para que a cooperação entre Portugal e a República Popular da China se continue a reforçar em todas as áreas e para que o Acordo sobre o Futuro de Macau que presidiu à criação da RAEM seja integralmente cumprido nos termos nele definidos.



O INSTITUTO CONFÚCIO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA E A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

JOÃO BARREIROS (PROF. DR. JOÃO BARREIROS, DIRETOR DO INSTITUTO CONFÚCIO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA)

Boa tarde a todos. Agradeço em primeiro lugar aos organizadores deste evento e para não vos fazer perder muito tempo e sabendo que a popularidade cresce na razão inversa da utilização do tempo vou socorre-me aqui da minha máquina para ajudar a sintetizar aquilo que queria dizer-vos. Se lermos a documentação reunida em torno de dois momentos, o primeiro que situa em 2005, o estabelecimento da parceria estratégica global com Portugal China e o segundo em redor de 2018/19, ou seja, por ocasião do quadragésimo aniversário das relações diplomáticas Portugal-China e da celebração da parceria China Portugal em ciência e tecnologia para 2030. É claro que há uma evidenciação progressiva da cooperação em ciência tecnologia e inovação em diversas áreas, a documentação destas duas épocas centra-se e aponta a colaboração na área das ciências da terra e os oceanos, no espaço, nas neociências, nos materiais avançados, a energia, as ciências da vida, a bioengenharia, a saúde e com especial destaque a medicina tradicional chinesa e também outras áreas como turismo, o desporto, etc.

Fiz a revisão dos documentos, das análises, dos comentários em torno destes momentos para tentar perceber o que seria na altura, sobretudo de 2005 o futuro, a perspetiva de desenvolvimento e Cooperação científica entre estes dois países os memorandos e programas designadamente e vou usar as palavras que foram usadas cobriam as seguintes áreas ciências da vida, a biotecnologia, biologia celular e molecular, bioengenharia e neociência, ciências dos materiais no aspeto particularmente importante, ciências do Espaço, Ciências da Saúde, incluindo a medicina tradicional chinesa e o desporto, ciências da agricultura, química, Engenharia Informática, Ciências da computação, energia, mobilidade elétrica, ecologia e ambiente. Estas foram os enunciados específicos que contornaram estes dois momentos 2005 e 2018/19 para apontar caminhos de cooperação científica. Para além destes pontos o tempo veio a mostrar que outras áreas de cooperação científica foram surgindo não enunciadas explicitamente, abertas implicitamente no articulado dos diversos protocolos e sistemas de regulação dessa Cooperação e que vou indicar de seguida: O primeiro é talvez o nome??? (1h41) o cluster da economia, gestão e marketing, o segundo a questão do direito comparado e as especificidades do direito português dos países de língua portuguesa e do Direito Chinês, aqui

extensível também ao direito da União Europeia, à área da administração pública em Portugal e nos países de língua portuguesa, o estudo da geopolítica global, a questão de educação, em particular com a ênfase no ensino e aprendizagem quer da língua portuguesa quer da língua chinesa enunciado muito importante que vem corresponder mais tarde a uma prioridade atribuída à plataforma móvel na relação entre Portugal e a China no desenvolvimento das competências de língua e de todos os setores associado a língua. 1:41:56

Os asiáticos que têm do ponto de vista português um crescimento muitíssimo interessante, mais à frente tocarei nisso, as ciências agrárias e engenharia florestal, o turismo e o desporto como um cluster também e este é particularmente importante por causa dos recentes desenvolvimentos da província de Hainan como todos sabem vão suscitar uma crescente interferência nestes domínios e Portugal também poderá desempenhar um papel muito importante e depois dois aspectos que são muito decisivos nos momentos que correm que são urbanismo e a questão da mobilidade Urbana Nomeadamente a sustentabilidade da mobilidade em ambiente urbano. Para não incomodar muito eu passava agora uma coisa que é um pouco mais especializada que é a maneira como podemos olhar a cooperação entre países e o interesse estratégico dos dois países um no outro através de uma ferramenta que é um dos rankings internacionais de seriação, digamos de pacificação das universidades com maior interesse, é o ranking conhecido em Portugal com ARO? ou ranking de Xangai para ser mais simples e que é abreviando para aqueles que não estão dentro do assunto talvez a ferramenta mais técnica mais séria que permite olhar para a posição relativa das universidades e das áreas de conhecimento dentro das universidades e com isso estabelecer paralelismos. No ranking de Xangai, a meu ver, é o mais importante todos aqueles que têm maior Credibilidade Se quisermos contar as iniciativas mercantis de rankings ingleses nomeadamente, mas enfim a China tem nas primeiras 1000 posições 180 universidades, Portugal tem seis, a situação não era esta em 2005, em 2005 a China teria pouco mais de 20 universidades nas primeiras 1000 Universidades do mundo, a China tem hoje 28 universidades nos primeiros 200 lugares e utiliza o critério dos 200 lugares como uma referência para a celebração ou para a opção de parceria estratégica com universidades estrangeiras, o que é um aspeto importantíssimo que Portugal tem uma universidade, eu aqui sou atenciosos não posso deixar de ser, eu fui durante 8 anos vice-reitor da Universidade de Lisboa nos domínios do planeamento e finanças e neste momento sou o sucessor da professora Teresa Sid no Instituto Confúcio, um pobre sucessor que o trabalho importante foi feito por ela. Não é mau a posição portuguesa por comparação com a posição chinesa, atenção, a população chinesa é 136 vezes a população portuguesa e a China tem neste momento cerca, talvez um pouco mais, de 40 milhões de estudantes universitários incluindo os sistemas universitários de ciclo curto que nós não temos e Portugal tem cerca de 420 mil muito provavelmente, a China tem cerca de 3% da sua população nas universidades Portugal tem a roda de 4% da sua população nas universidades, mas há uma diferença entre os países, é que a progressão da população chinesa a frequentar ensino superior universitário é muito maior do que a forma como nós estamos a crescer, ou seja, dizendo isso não fale um pouco mais matemática a derivada nos dois países não é exatamente a mesma, isto é importantíssimo porque isto aponta para o caminho de uma pressão sobre os sistemas universitários e sobre oferta universitária na China que levará

Inevitavelmente a uma exploração de alternativas exteriores à própria China para a formação dos seus quadros superiores e é aí que estrategicamente me parece que há dois aspetos muito importantes que vale a pena salientar de uma forma muito breve, a possibilidade das melhores universidades portuguesas se oferecerem como alternativas e a possibilidade neste momento da universidade de Macau que professor Heitor Romano? acabou de referir a pouco atrás de ser também considerada como uma alternativa entre a China e Portugal como sempre esteve numa posição privilegiada, é importante dizer que a universidade de Macau já entrou nas 400 Melhores Universidades do mundo no ranking de Xangai e que tem neste momento competências técnicas e científicas em áreas onde se aproximará muito rapidamente de ser o topo na república popular da China tanto considerando essa progressão das universidades chinesas mas a progressão maior ainda da pressão de população a frequentar ensino superior e a procura de áreas de competência muito mais diversificadas pergunta se vale a pena perguntar se Portugal pode mesmo ser uma alternativa, então para responder esta pergunta o que eu fui ver e aqui também sou outra vez muito parcial, fui ver o que é que se passa na minha universidade, a minha universidade representa cerca de 20% do sistema universitário português que já é uma representação com algum peso, não é o sistema total do que nós temos aí qualquer coisa como hoje inscritos neste ano nós temos exatamente 314 estudantes chineses, não é muito, mas tínhamos em 2013\2014 quando comecei a trabalhar nisto, primeiro ano da fusão das Universidades em Lisboa tinha 70 estudantes, nos últimos 10 anos na Universidade de Lisboa tivemos 1500 estudantes chineses, e aqui o número já começa a tomar um certo interesse, os estudantes chineses são hoje 0,7 por cento da nossa população estudantil, isto não é muito mas é qualquer coisa aproxima-se do um por cento, parece pouco mas são quatro vezes e meia mais do que há 8 anos atrás quando se iniciou o processo de fusão, e o número de chineses em Portugal a estudar na Universidade de Lisboa duplicou nos últimos 4 anos, isto dava uma boa ideia do coloco? da rampa e agora de progressão desta procura, e agora aqui um aspeto curioso e quando todos os tratados acordos e mecanismos de regulação da cooperação científica apontam para a Ciência e Tecnologia, a análise mais fina de onde estão os estudantes chineses é extremamente curiosa, os estudantes chineses em maioria estão na Universidade de Lisboa, que é o caso que eu conheço com detalhe e segurança, estão na Faculdade de Letras, a seguir na faculdade no Instituto Politécnico de cursos da área de engenharia depois na faculdade de ciências que inclui aquilo que falámos a pouco e que ouvimos falar das questões das Ciências do Mar e da Atmosfera as questões da era espacial, etc. Estão contemplados neste cluster que em Portugal é representado na Universidade de Lisboa pela Faculdade de Ciências e Instituto Politécnico e em direito 55 estudantes em direito não é nada mau para uma área que aparentemente não é suscitadora do maior interesse, em ciências sociais e políticas outros 50, em arquitetura 43, uma área interessantíssima, do ponto de vista da promoção da oferta portuguesa por uma razão simples é que a nossa arquitetura de facto muito boa e muito reconhecida na China, há três áreas importantes dividimos agora não por faculdades mas por áreas, as artes e humanidades têm 377 estudantes, as engenharia e as indústrias transformadoras e Construção basicamente todo o cluster das engenharias, 352 e as ciências empresariais administração e direito, onde se inclui a economia, marketing, direito etc, 255. Essas são as três áreas mais importantes, daqui ressalta uma coisa muito

interessante embora os tratados e as recomendações apontem para a Ciência tecnologia e se aponta a atmosfera, a mobilidade, a energia, os computadores, os condutores etc, como as áreas focais mais importantes, as áreas das ciências da humanidade têm dois terços dos estudantes na Universidade de Lisboa e a ciência tecnologia e saúde tem apenas um terço. Eu penso que isto é matéria para nos dar a pensar como é que se deve organizar um nível coletivo nacional a estratégia de cooperação com a China que salvo melhor opinião não existe, ou seja, existe distribuída pelas universidades todas as cidades tem a sua agenda própria em algumas Universidades como é o caso da minha infelizmente temos uma estrutura muito diluída com uma forte autonomização de cada uma das unidades e portanto é como se fossem 18 universidades. Como acompanhei com a professora Teresa Sid durante estes 8 anos no planeamento a ligação com a China através dos protocolos posso dizer que temos hoje ativos mais de 100 protocolos na Universidade de Lisboa com universidades chinesas e inclui-se aqui todas as universidades, todos os níveis de excelência da universidade. Eu gostava de realçar aqui uma iniciativa conjunta que me vai servir depois para apontar Pontos fortes e pontos fracos desta cooperação, essa iniciativa é a iniciativa de cooperação entre a universidade de Lisboa de Lisboa e a universidade de Xangai que conduziu à celebração do, agora sim, aprovado e pronto a funcionar assim as viagens e não sem confinamentos a seguir nas áreas de Engenharia eletrotécnica e de computadores, na área de engenharia civil e numa área mais interessante que para mim é a área de engenharia do ambiente que me parece ser uma aposta muito interessante para uma cooperação mais frutuosa com a China. Esta iniciativa começou a ser preparada há 4 anos atrás, isto dá boa ideia do que é dificuldade de operacionalizar até ao extremo até ao momento de aceitar alunos e começar o ensino aquilo que é a celebração de parecerias ao nível de universidades na China. A universidade de Xangai quando começamos estava nas 400 melhores do mundo, hoje a próxima dos 200 melhores do mundo e não temos dúvidas nenhuma que a previsão estatística de evolução da universidade de Xangai no ranking de Xangai aponta para a passagem para as 150 melhores do mundo nos próximos 3 anos isto deve-se a apostas próprios do sistema mas ganha também e é para nós um ponto muito interessante que é a colaboração não com Universidades de qualidade baixa ou do Topo da tabela do ranking chinês mas com universidades de topo na China. O que é que temos de positivo para terminar, um clima de abertura e confiança são duas palavras que figuram repetidamente se fizéssemos uma análise do léxico da governança da China, abertura e a confiança, o conhecimento cada vez mais aprofundado de oportunidades de cooperação e aqui muito incentivado e muito ajudado por colegas, amigos, parceiros sobretudo em Macau onde têm feito um excelente trabalho mas também nas universidades parceiras das universidades portuguesas na organização dos institutos Confúcio. E aqui é muito importante ressaltar que essas parcerias sendo feitas com universidades muito diversas muito diferentes e quase todas vazias no domínio da língua levaram a condução para outros planos de cooperação que são muito importantes do ponto de vista diplomático, não só a China escolheu bem a estratégia de divulgação e criação dos institutos Confúcio, como Portugal aproveitou isso bem e portanto poderia dizer que isso é um aspeto muitíssimo positivo, temos portanto uma identificação de Parceiros para a cooperação, os rankings são úteis, o ranking de Xangai é uma ferramenta importantíssima e temos um poderoso sistema de apoio à internacionalização sobretudo do

lado chinês, o lado português não beneficia do mesmo sistema de apoio, nomeadamente, a poderosa iniciativa de concessão de bolsas de estudo que a República Popular da China oferece a quem pretender no exterior e que não é acompanhado em Portugal por exemplo estando aqui um membro do governo a aproveitar para dizer que em Portugal somos obrigados a cobrar propinas aos estudantes chineses. É evidente que se Inglaterra não cobra propinas ao estudante chinês, a situação de preferência que já é de si muito mais evidente para o lado do Reino Unido ainda mais se acentua e temos também um enquadramento muitíssimo favorável do lado chinês que é um enquadramento proporcionado pela Belt and Road que enquadra a cooperação científica em vários planos nomeadamente o plano da Cooperação entre universidades. O que é que temos de negativo, uma dificuldade por parte dos sistemas de regulação da atividade científica de formação universitária, nós não temos a atenção devida em devido tempo a este problema e, portanto, os partidos um pouco mais atrás, uma fortíssima rigidez de sistema de acreditação e validação de formações, essas formações são necessariamente diferentes, é preciso olhar para a acreditação de formações partindo do princípio que estamos uns num sítio outros no outro sítio, falamos línguas diferentes, pensamos de modo diferente, temos visões diferentes nos organizamos necessariamente modo diferente. Uma reduzida capacidade portuguesa de enviar a estudantes para a China por comparação o fluxo da China/Portugal é muito superior ao fluxo Portugal/China mesmo corrigido pelo fator demográfico e finalmente a questão do domínio das línguas ao nível necessário para o ensino universitário, o inglês Infelizmente ainda não é alternativa nem do lado português para estudar na China, nem do lado chinês para estudar em Portugal, esta situação tem vindo a ser colmatada um pouco por intervenção dos institutos Confúcio e de outras estruturas que fazem formação da língua chinesa em Portugal e é absolutamente essencial, eu peço desculpa pela extensão desta apresentação mas penso que era a forma mais interessante vos trazer alguma polémica para a situação, obrigado.



O INSTITUTO CONFÚCIO NA UNIVERSIDADE DE AVEIRO NO ENSINO DA LÍNGUA E CULTURA CHINESA EM PORTUGAL, NA COOPERAÇÃO E INVESTIGAÇÃO SINO-PORTUGUESAS

CARLOS MORAIS (PROF. DR. CARLOS MORAIS, DIRETOR DO INSTITUTO CONFÚCIO DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO).

Boa tarde, muito obrigado. Quero começar por agradecer o convite que me foi dirigido para estar presente nesta terceira conferência internacional de cooperação Portugal-China e também a oportunidade que me deram de poder falar à distância, já começa a ser um pouco normal esta situação, nomeadamente para quem se tem de precaver por motivos de saúde. Ainda na semana passada estive em França a partir de casa no congresso internacional, hoje estou em Lisboa a partir de casa e espero que a sessão corra normalmente e que me possam ouvir.

Dando sequência ao que disse há pouco, o prof. João Barreiros, eu posso confirmar na qualidade de diretor do mestrado português de língua estrangeira / língua segunda, que tem quase 100% de alunos chineses, que a situação na universidade de Aveiro é a mesma, ou seja, a grande maioria dos alunos chineses está no departamento de línguas e culturas e a grande maioria a estudar português. Resultado desta nova vaga de ensino do português na China, que tem crescido exponencialmente. Mas não vou falar disso, vou falar sobretudo na minha qualidade de diretor do Instituto Confúcio e vou focar mais a minha intervenção na cooperação cultural, científica e tecnológica, o papel da UA (uni. Aveiro) e do liceu UA.

E começaria por lembrar dois pontos da declaração conjunta entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre o reforço da parceria de estratégica global assinado em 5 de dezembro de 2018, em Lisboa, aquando da visita do presidente Xi Jinping, nomeadamente os seus pontos 9 e 12. No ponto 9 diz-se que “As duas Partes atribuíram grande importância ao papel relevante do intercâmbio cultural entre os povos para reforçar o desenvolvimento de longo prazo das relações bilaterais, nomeadamente a cooperação nas áreas da cultura, educação, turismo, desporto, entre outras. As duas partes reconheceram ainda o papel importante do Instituto Camões, do Instituto Português do Oriente e dos Institutos e aulas Confúcio na promoção da divulgação cultural entre os dois povos, bem como das respetivas línguas. As duas partes estão dispostas a intensificar a cooperação em matéria de educação, designadamente no que se refere ao ensino das línguas, formação de docentes e de quadros bilingues, a incrementar projetos de mobilidade docente e de alunos e

a incentivar a cooperação no domínio da juventude, incluindo o fomento do contacto entre os jovens de ambas as Partes.” É evidente que os projetos de mobilidade, também como foi dito há pouco, resultam mais da China para Portugal do que de Portugal para a China, mas este papel importante que é atribuído aos Institutos e salas Confúcio no reforço ou na cooperação no âmbito da cultura e do ensino da língua é algo que eu vou então explorar aqui.

No ponto 12, diz-se que as duas partes concordaram é aprofundar a cooperação em ciência, tecnologia e inovação, incluindo a economia digital. E saudaram a assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre a parceria “Ciência e Tecnologia China-Portugal 2030”, visando reforçar a cooperação nas áreas da observação da terra e dos oceanos, do espaço, nano ciências e materiais avançados, energia, ciências da vida, bioengenharia, medicina tradicional chinesa, entre outras. As duas partes atribuíram importância à cooperação entre empresas, instituições de ensino superior e instituições de investigação e desenvolvimento e de inovação, e à intensificação do intercâmbio entre agentes públicos e privados, instrumentais ao desenvolvimento socioeconómico sustentável. As duas partes manifestam interesse em fomentar a cooperação empresarial e a geração de clusters inovadores que agreguem universidades, investidores e empresas de diferentes dimensões em projetos comuns.

Bom, esta parte não desenvolverei tanto, também não é a minha área de especialidade, mas vou também focar, vou referir algo a propósito da universidade de Aveiro na parte final da minha intervenção.

A universidade de Aveiro iniciou o frutuoso relacionamento com a República Popular da China ainda nos anos 80 quando o departamento de engenharia cerâmica e do vidro, hoje departamento de engenharia de materiais e cerâmica, abriu as suas portas a vários investigadores chineses. Três décadas depois, os laços que unem a universidade de Aveiro e a China estão mais fortes do que naquela altura, como é óbvio. A interação entre a universidade de Aveiro e a China alargou-se a áreas tão diversas como o ambiente, o mar, a eletrónica, as geociências, as línguas, as ciências sociais e o turismo através de relações recíprocas consolidadas ao nível da investigação e do ensino. Depois de ter sido pioneira na oferta de formação na área de estudos chineses, com a criação em 1997 do centro de estudos asiáticos e em 1998 do mestrado de estudo chineses, a universidade de Aveiro viria a criar um departamento de línguas e culturas, no curso de línguas e relações empresariais, em 2001, com o percurso de língua chinesa, muito procurado pelos alunos e em 2015 viria a acolher o Instituto Confúcio, merecia também neste seu trabalho na área dos estudos chineses.

O Instituto Confúcio na Universidade de Aveiro tem como principais missões apoiar e promover o ensino da língua e cultura da língua chinesa em Portugal, reforçar a cooperação no domínio educativo entre a China e Portugal e desenvolver atividades de investigação no âmbito das relações sino-portuguesas que contribuam para melhorar a compreensão mútua e a amizade entre estes dois países tão distantes, mas unidos por seculares relações históricas. Ao longo destes 6 anos, o Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro foi responsável pelo ensino de mandarim, a cerca de 10 mil alunos e desenvolveu um largo plano de atividades culturais e de investigação. Assinalou a efemérides, celebrou as principais festividades chinesas, realizou exposições, conferências, concertos musicais, espetáculos de danças, de teatro e de artes marciais e ainda uma amostra de cinema. Publicou livros e revistas e proporcionou

visitas culturais a alunos e docentes da universidade de Aveiro, criando, em 2017, a chamada associação de amigos do Instituto Confúcio da universidade de Aveiro, que falarei mais à frente.

Muitas destas atividades estão reunidas neste livro que publicámos este ano, a propósito da celebração do sexto aniversário a 23 de abril. Digamos que a pandemia como nos retirou a possibilidade de fazermos muitas outras atividades, desviou-nos para a publicação de instrumentos de trabalho de que falarei também mais para a frente.

Começando então pelas atividades de ensino, que permitem reforçar o desenvolvimento a longo prazo das relações bilaterais entre os dois povos, eu destaco sobretudo, além do ensino de mandarim no departamento de línguas e culturas no curso de línguas e relações empresariais e no mestrado de estudos chineses, que pertence ao departamento de ciências sociais, políticas e do território, eu destaco sobretudo o ensino que temos vindo a desenvolver fora da universidade de Aveiro em escolas do ensino básico de três municípios e em estabelecimentos de ensino particular também da região de Aveiro. Em 2021/2022, temos 2268 alunos, distribuídos por 126 turmas, em 6 municípios da região centro, portanto a região de Aveiro. E temos 7 projetos em curso, 4 de ensino curricular, destaco em particular os que estão em curso nos municípios de São João da Madeira, Espinho, Estarreja. Nesses 3 municípios, nas turmas de terceiro e quarto ano, o ensino de mandarim é universal, ou seja, abrange todas crianças do município. É, portanto, uma disciplina curricular obrigatória no 3º e 4º ano e opcional entre o 5º e 9º ano, em São João da Madeira. Em Estarreja também já temos no 5º ano e em Espinho temos apenas no 3º e 4º ano. As orientações curriculares que foram estabelecidas são adequadas às idades e à carga letiva e os conteúdos básicos são os que são usados na comunicação quotidiana. Há uma particular incidência também na cultura e em todas as aulas onde os docentes procuram articular de forma coerente o ensino da língua com o ensino da cultura, ou seja, para deste modo sensibilizar as crianças para o conhecimento de um povo diferente, um povo oriente, no qual eles pouco conhecem. Através de atividades diversificadas os alunos podem recriar alguns momentos marcantes da cultura chinesa, comparar a cultura chinesa e portuguesa, identificando semelhanças e diferenças e aprender a ver o mundo sobre diferentes perspetivas e assim desenvolver um sentido de cidadania global e de respeito pelo outro.

Há também uma preocupação em levar a estes municípios algumas atividades que possam complementar o ensino da língua e da cultura. Eu destaco apenas quatro: este teatro que levamos, em 2017, aos municípios que têm ensino de mandarim e que permitiu estabelecer pontes entre as navegações dos chineses e as navegações dos portugueses. Do lado direito podem ver uma exposição que foi feita sobre a literatura infantojuvenil chinesa, que permitiu o desenvolvimento de outras atividades, nomeadamente a leitura de contos, que foram traduzidos e também teatro de sombras, que foi também realizado por esta altura. E temos aqui o teatro de sombras no lado direito, o espetáculo que organizamos em várias localidades, inclusive também no Instituto Confúcio do Minho. E no lado esquerdo, um espetáculo de kung-fu, realizado por um grupo que veio da China.

Para estes cursos criámos, e a pandemia também nos permitiu isto, desenvolvemos manuais adequados para o ensino de chinês a crianças portuguesas e especificamente para estes projetos. Já temos 2 livros lançados, os livros intitulam-se “chinês 1 2 3”. O livro 1 para o terceiro ano e o livro 2 para o quarto ano. Estes livros para além de unidades didáticas de

língua, também tem 6 unidades temáticas de cultura. Devo dizer que toda a ilustração é feita também por um ilustrador português, o design e o layout do livro foi todo feito cá em Portugal. E temos também síntese de regras gramaticais, um vocabulário final, jogos didáticos que ficam na badana da contracapa e músicas que foram feitas especificamente para o manual. E houve sempre a preocupação de estabelecer pontes com outras componentes do ensino básico, nomeadamente o português, a matemática, o estudo do meio e as expressões artísticas. E no meio temos a gramática de língua chinesa para falantes de português, que é já um manual, não para crianças, mas para adultos. Mas na qual também tiramos conteúdos para estes manuais.

Ao fim de vários anos, decidimos fazer um inquérito e este inquérito reporta-se ao ano transato sobre a importância do mandarim e o gosto pela sua aprendizagem. E, portanto, é um inquérito a que responderam estas crianças destes 3 municípios e à pergunta se “É importante aprender mandarim?”, responderam 92% das crianças, - lembramos que o ensino é universal, portanto, eles não escolhem, ele faz parte da estrutura curricular – 92% responderam que sim, que era importante. À pergunta se “Gostam de aprender mandarim?”, 90% dizem que sim também, portanto uma percentagem idêntica. “Aconselhavas um amigo a aprender mandarim?”, 80% diz que sim. “Aprender mandarim contribui para melhorar as aprendizagens noutras disciplinas?”, aqui só 77% é que dizem que sim, mas fizemos um esforço para articular alguns dos conteúdos dos manuais às diferentes disciplinas do ensino básico. “As aulas de mandarim ajudaram a conhecer melhor a China?” 74% dizem que sim, que concordam em pleno e 20% diz que mais ou menos. Portanto, digamos que há aqui cerca de 90% que concordará. “Gostavas de continuar a aprender mandarim?” esta pergunta faz-se aos alunos do 4º ano e 77% das crianças diz que sim. Portanto aqui é já quando passam para um nível de ensino onde o mandarim é opcional. Isto acontece só em São João da Madeira e agora este ano em Estarreja. Por último, em perguntas de resposta aberta, “Porque é que achas importante continuar a aprender Mandarim?”, destaquei estas 6: porque mandarim é uma das línguas mais faladas no mundo; porque acho importante aprender mais línguas e porque as aulas me ajudam a conhecer um pouco mais sobre a China; porque é engraçado e divertido e também porque gosto de aprender; porque, se um dia for visitar a China, posso desembaraçar-me com mais facilidade; porque acho sempre importante aprender línguas novas; e por último, como a língua chinesa é cada vez mais utilizada em todo o mundo, as possibilidades de trabalho são maiores.

Ora, em tempo de pandemia também reagimos a esta situação e criámos logo em abril de 2020, um curso a que chamamos “Mandarim em casa”, um curso gratuito e aberto a toda a comunidade. Hoje de manhã quando estava a organizar este PowerPoint, reparei que uma das pessoas que está ali registada num dos cursos é um deputado da nossa assembleia da república, deputado do distrito de Aveiro e que também participou nestas aulas de mandarim em casa. Havia aqui a recomendação “Fica em casa, ocupa bem o teu tempo”, portanto, aquela recomendação inicial para que as pessoas ficassem em casa.

Relativamente as atividades culturais e de investigação. Aqui vou falar do Instituto Confúcio e depois passarei à universidade de Aveiro. Procurámos sempre realizar as principais festividades ou recriar as principais festividades chinesas, mas sempre numa perspetiva intercultural, daí eu ter intitulado estes slides como “(inter)cultura(lidade) na cidade”, portanto fora do

instituto. Temos aqui o ano novo chinês, o festival das lanternas, o festival do barco-dragão, neste particular, nos temos os canais da ria que nos permitem fazer este festival com alguma atração, porque as pessoas estão perto. Fizemos duas seções, a terceira já não fizemos porque entramos em pandemia. Na primeira, utilizamos os barcos moliceiros e colocamos na proa uma cabeça de dragão feita de esferovite. E fizemos então este cruzamento intercultural, entre a cultura Aveirense e a cultura chinesa. E no segundo ano equipamos uma bateira, envolvida por esferovite, devidamente decorada, e serviu também para fazer uma pequena regata de barco-dragão. Como não temos os barcos-dragão, inovamos, recriamos e a partir de embarcações nossas. Assim como também temos aqui o sal, fizemos um tapete de sal com motivos chineses, numa das artérias de Aveiro.

Também houve a festa da Lua. Temos um grupo de artes marciais. O dragão já andou por vários sítios, incluindo Lisboa. Alias essas duas imagens que aqui estão são em Lisboa. E este ano começamos também já com a dança do leão e temos o grupo de artes marciais que também fazem as exibições em muitas das nossas atividades, no lado superior esquerdo tem uma atividade feita para crianças.

Houve espetáculos e outras artes, música, exposições de instrumentos musicais. Esta exposição que foi feita em colaboração com o Instituto Confúcio de Madrid (a que está do lado direito) que cruza os caminhos de Santiago com os caminhos da rota da seda, era uma exposição muito interessante, que esteve no centro da cidade de Aveiro, no edifício onde esta instalado a assembleia municipal.

Fizemos uma exposição sobre a iniciativa “Uma faixa, uma rota”, caligrafia na universidade de Aveiro. Exposições que também evidenciam esta interculturalidade, uma sobre retratos Luso-Asiáticos de Macau e outra sobre retratos da China e de chineses.

E em tempo de pandemia também recriámos e fizemos as celebrações do ano no chinês, das lanternas... tudo através de zoom e pudemos aceder a muitas pessoas do país, por exemplo tivemos pessoas do Algarve a participar nestas atividades. Só meti aqui uma que é sobre caligrafia e pintura que decorreu em março deste ano.

Organizámos dois congressos internacionais, a que demos o nome de “Diálogos Interculturais Portugal-China”. Também organizámos, conferências, “rotas a oriente”. As publicações que resultaram destas diferentes conferências.

Este ano lançamos duas revistas, “rotas a oriente” é uma revista científica de estudos sino-portugueses e fénix, que vai sair amanhã, é uma revista mais de divulgação cultural para um público mais geral e alargado.

Passando à universidade, só trouxe 3 slides sobre a universidade, a cooperação científica com instituições de ensino superior chinesas. Portanto este primeiro quadro destaca a cooperação com as diferentes e aqui estão quantificadas 241, no segundo quadro temos as 15 principais instituições chinesas que têm colaboração com a universidade de Aveiro. E neste último slide, temos as áreas científicas em que a universidade tem trabalhado mais com as instituições chinesas. Ciências materiais, química, física e astronomia, engenharia, matemática, ciências do computador, ciências da terra, ciências do ambiente, energia, agricultura, ciências biológicas, e bioquímica.

Por último, a propósito da questão tecnológica, no dia 16 de novembro deste ano, foi

inaugurado na universidade de Aveiro um laboratório dedicado ao 5G e à inteligência artificial, que resulta numa parceria entre a universidade de Aveiro, a Huawei e o instituto de telecomunicações. O laboratório procura apoiar a indústria na criação de soluções fiáveis para diferentes setores que permitam assegurar uma transição bem sucedida para a sociedade digital em Portugal, permitindo à universidade de Aveiro assumir um posicionamento de liderança nas áreas da tecnologia digital e das comunicações. A infraestrutura laboratorial que a Huawei instalou na universidade de Aveiro tem um valor inestimável para o avanço da investigação, para o enriquecimento da formação pós-graduada e para a afirmação internacional da Universidade de Aveiro e do Instituto de Telecomunicações numa área tão dinâmica das telecomunicações como são as tecnologias da nova geração, com benefícios para a Região de Aveiro, para a inovação da nossa indústria e para a transição digital da nossa sociedade e termino, muito obrigado.



A COOPERAÇÃO CULTURAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

MANUELA PINTADO (MPINTADO@UCP.PT/CENTRO DE BIOTECNOLOGIA E QUÍMICA FINA.

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DE BIOTECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA

PORTUGUESA)

O Centro de Biotecnologia e Química Fina (CBQF) foi criado em 1990 no seio da Universidade Católica Portuguesa (UCP), com a missão de desenvolver e divulgar, no âmbito económico e social, conhecimento e inovação em Biotecnologia nas áreas da Alimentação e Nutrição, Meio Ambiente e Saúde. Na mais recente avaliação nacional, o CBQF foi reconhecido como excelente enquanto Laboratório Associado, destacando-se entre as suas forças as colaborações com parceiros nacionais, internacionais e com empresas. O CBQF construiu um excelente histórico de produção científica em áreas “core” dos sistemas agroalimentares, incluindo ciência do solo e nutrição de plantas, biotecnologia dos recursos marinhos (como fonte de novas moléculas e alimentos), soluções ambientais, processamento e engenharia de alimentos, sistemas de embalagem, qualidade e segurança de alimentos, valorização de subprodutos, nutrição humana e saúde pública.

O CBQF tem estabelecido pontes de ligação com a China, destacando-se o Programa de Investigação Portugal-Macau desde 2017. Este programa estabelece como principal ligação a parceria entre o CBQF-UCP e a Universidade de São José em Macau. As principais áreas de colaboração são a de Biotecnologia Ambiental e Marinha e Sustentabilidade. Vários trabalhos têm decorrido nestas áreas com o envolvimento de alunos de mestrado e doutoramento e com a promoção de mobilidade. Destacam-se os trabalhos de Alexandre Lebel, “Ocorrência, distribuição e biorremediação de Disruptores Endócrinos em Sedimentos Costeiros da RAE de Macau, China”; o trabalho de Muhammad Bashir Saidu, “Isolamento de bactérias convencionais degradantes de plástico (Tereftalato de Polietileno) e Polihidroxialcanoatos (PHAs) a partir de amostras de sedimentos e água em Macau”; o trabalho de Sara Justino, “Aplicando o conceito de economia circular à gestão de águas residuais usando zonas húmidas construídas como soluções descentralizadas baseadas na natureza: Um estudo de caso na indústria hoteleira de Macau” e o trabalho de Marta Cunha, “Propriedades bioactivas de muco externo isolado de peixes costeiros de Portugal e Macau”. Foram ainda aprovados projetos de investigação em programas de financiamento que são cruciais para suportar e dinamizar esta colaboração. Um dos projetos de investigação colaborativa integra o DISRUPT - Desreguladores Endócrinos Ambientais: Situação Atual em Macau, Efeitos Neurocomportamentais e Estratégias de

Biorremediação. Este projeto assegurou forte colaboração na área da Biotecnologia Ambiental e Biodiversidade, envolvendo mobilidade entre investigadores, para além de um doutoramento e publicações científicas conjuntas.

Destacamos outro projeto mais recente, o projeto financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia - FISHMUC - Propriedades bioativas do muco externo isolado de peixes costeiros de Macau e Portugal. Este projeto visa explorar as propriedades bioativas de moléculas isoladas do muco de peixes costeiros de Macau e de Portugal. O projeto combina o conhecimento em fisiologia e ecologia de peixes das equipas da Universidade de São José (Macau) e ISPA-MARE (Portugal), com a experiência na extração, isolamento e teste de bioatividades de compostos naturais da equipe do CBQF. Estão em estudo as seguintes espécies em Portugal - *Salapia pavo*, *Halobatrachus didactylus*, e de Macau, o *Boleophthalmus pectinirostris* e *Periophthalmus modestus*. Este estudo abrangerá ainda diferentes regiões geográficas e habitats, bem como testará várias propriedades bioativas com o objetivo de aumentar o potencial de identificação de moléculas de interesse.

As colaborações na área de Biomateriais do CBQF têm sido principalmente estabelecidas com a Universidade Donghua, Campus Songjiang, Xangai, com quem foi recentemente assinado um protocolo de colaboração de investigação. Ao abrigo dessa parceria têm decorrido várias colaborações no âmbito de organização/participação de conferências, nomeadamente, a Conferência Internacional sobre Materiais Têxteis Biomédicos, na Universidade Donghua, Xangai (17-19 de maio de 2017), o 6º Simpósio China-Europa sobre biomateriais em medicina regenerativa no Porto (21 de maio - 24 de outubro de 2017) e a Conferência Internacional sobre Fibras Avançadas e Materiais Poliméricos na Universidade de Donghua, Xangai (8 a 10 de outubro de 2017).

De uma forma geral a cooperação Cultural Científica e Tecnológica entre Portugal e China tem-se desenvolvido de forma incremental ao longo dos anos, com um crescimento de publicações conjuntas desde os anos 80, posicionando-se na atualidade perto das 1300 publicações/ano, com áreas de maior impacto focadas na Física de Partículas e Engenharia Electrónica (Fonte: Manuel Mira Godinho, Portugal – China Scientific Research Cooperation). Refere-se que a área de Biotecnologia e Biomateriais, embora com elevado potencial, ocupa ainda uma posição de baixo destaque.

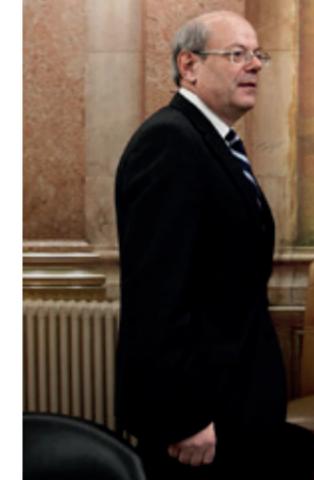
Foram estabelecidos ao longo dos anos, 295 protocolos de cooperação bilateral entre Portugal e China e projetos conjuntos de investigação, em áreas como ciência e ambiente, arte e design, direito, química, gestão e administração, língua portuguesa e língua chinesa, bem como humanidades (Fonte: Fundação Jorge Álvares em Portugal).

No Programa de Cooperação Científica e Tecnológica estabelecido na parceria “China-Portugal Ciência e Tecnologia 2030”, assinado em 2018, destacam-se como áreas “core” a biologia celular e molecular e biotecnologia, ciência dos materiais, incluindo nanotecnologia, ciências da saúde, agricultura, química, engenharia, ciência da computação, energia, ecologia e meio ambiente.

Como podemos maximizar a colaboração entre Portugal e China nos pilares da Investigação, Educação e Formação, bem como nas Parcerias com a indústria? Na nossa visão poderá ser através: (i) do desenvolvimento de projetos de investigação conjuntos em áreas-chave, (ii) da

mobilidade de cientistas, professores e estudantes, (iii) o uso compartilhado de instalações e equipamentos de investigação, (iv) o intercâmbio de materiais e dados científicos, (v) a colaboração em publicações e apresentações em conferências, (vi) a organização de reuniões e conferências de investigação e (vii) o desenvolvimento de outras formas de cooperação para responder às necessidades da indústria e da comunidade. No futuro, será importante o reforço da colaboração na área da ciência e tecnologia, com inspiração nos mais de 500 anos de ligação entre Portugal e a China, com o objetivo final de fazer Mais e Melhor!

Assim, devemos reafirmar a importância da cooperação na área da investigação e inovação como motor do desenvolvimento económico e social e elemento-chave das relações Portugal-China. É fundamental reforçar as ligações entre as comunidades científicas e os atores da inovação, aumentando o impacto económico e social, bem como promover mais investigação em áreas estratégicas prioritárias e maior mobilidade dos investigadores. É importante assegurar melhor acesso e gestão de recursos e programas de investigação, para além de criar condições mais favoráveis à cooperação a longo prazo, nomeadamente através da criação de mecanismo de cofinanciamento relevantes e de uma maior reciprocidade no acesso aos respetivos programas de financiamento.



A CHINA E A NOVA ORDEM MUNDIAL

JÚLIO PEREIRA (DOUTOR JÚLIO PEREIRA. UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE AMIZADE E COOPERAÇÃO COM A CHINA. PRESIDENTE DO ICODEPO)

Após a instauração da República Popular da China a política externa deste país pautou-se por um alinhamento com o campo socialista, em correspondência com a geopolítica subsequente ao fim da II guerra, marcada por uma forte componente ideológica. O compromisso formal deste alinhamento traduziu-se no tratado de amizade, aliança e assistência mútua com a União Soviética, em fevereiro de 1950.

Excluída do sistema internacional baseado nas Nações Unidas, em cujo seio não foi inicialmente admitida, teve a R. P. da China nesta fase uma reduzida ação externa, se bem que nunca tenha hesitado em o fazer sempre que estiveram em risco os seus próprios interesses, nomeadamente em matéria de soberania e defesa nacional. Nesse contexto de relativo isolamento, enveredou a China pela aproximação aos países vizinhos, que se iam libertando do domínio colonial, propondo regras de relacionamento baseadas em cinco princípios: respeito pela soberania e integridade territorial, não agressão, não ingerência nos assuntos internos, igualdade e vantagens recíprocas e coexistência pacífica, princípios estes que constituem ainda o cerne da política externa chinesa.

Foi com base em tais princípios que a China foi estendendo o mapa das suas relações externas, designadamente a partir da conferência de Bandung, em 1955, privilegiando os países que, nos anos 70, viriam a ser considerados como integrantes do chamado terceiro mundo.

Esse rumo decorreu em boa parte da tensão crescente que se foi gerado entre a China e a União Soviética, por razões ideológicas mas também em resultado de disputas territoriais e que geraram a evolução da política externa chinesa de um período designado de revolucionário para um período dito de triangulação estratégica, que situava num mesmo plano as duas superpotências que constituíam o primeiro mundo, e em cujo relacionamento predominava o antagonismo ou mesmo o conflito, um segundo em que pontificavam os países industrializados e com os quais, prevalecendo o antagonismo, eram todavia vistos como potenciais aliados para a construção de um ordem multipolar e finalmente os países pobres, muitos deles saídos do domínio colonial, integrantes do terceiro mundo, com os quais a China construía uma relação privilegiada.

A aproximação da China à ordem internacional centrada nas Nações Unidas começa a desenhar-se com conflito sino-soviético e progressiva aproximação aos Estados Unidos, tendo

o seu momento mais significativo no reconhecimento pela ONU, em outubro de 1971, da República Popular da China como único representante legítimo da China nas Nações Unidas.

A partir de então passou a RPC, também neste importante fórum internacional, a afirmar os seus princípios e políticas em matéria de política externa que, de forma detalhada foram expostos no discurso de Deng Xiaoping, de 10 de abril de 1974, em sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas. Numa linguagem consonante com o momento de radicalismo político que então se vivia na RPC (e será aqui de recordar que o próprio Deng Xiaoping havia recentemente sido reabilitado após seis anos de limbo político), nela se descobrem todavia as linhas mestras do pensamento da RPC no plano da política internacional, que no essencial passava por uma firme condenação da ambição hegemónica das superpotências, das novas formas de interferência neo-colonial e do conceito de soberania limitada, de apoio às ambições de autonomia estratégica dos países industrializados e afirmação de firme apoio aos países do terceiro mundo contra a exploração e o empobrecimento a que estavam sujeitos, bem como numa aposta no seu desenvolvimento económico. Terminou DXP a sua intervenção com o compromisso da China em nunca enveredar por uma estratégia internacional de coacção, agressão e exploração.

Um novo ciclo inicia-se no período pós Mao, sob a liderança de Deng Xiaoping. Dotado de uma extraordinária visão estratégica que fez dele porventura o maior líder político da segunda metade do século XX, Deng Xiaoping transpôs para o plano internacional o essencial da sua política no plano interno, dando o primado à economia em detrimento da política, salvaguardando embora, no plano doméstico, a vigência dos quatro princípios cardeais por ele formulados em 1979 (via socialista, ditadura democrática do povo, liderança do partido comunista, marxismo leninismo e pensamento de Mao Zedong) e no plano externo o apoio aos países do terceiro mundo.

A política externa chinesa foi neste período muito marcada pelo pragmatismo, que era aliás o sentido da política de reforma e abertura, buscando no relacionamento externo, nomeadamente com os países ocidentais, a colaboração nos planos económico e tecnológico e refreando a componente político-ideológica, tendo mesmo feito cessar as acções de apoio e propaganda de partidos comunistas de países vizinhos, o que constituía uma fonte de atrito nomeadamente com a Tailândia, Malásia, Indonésia e Singapura. E se bem que a nível interno se não descurassem os perigos do chamado liberalismo burguês e se suscitasse campanhas contra a designada poluição espiritual vinda do ocidente, a verdade é que o movimento de abertura e reforma não foi travado.

A política chinesa de alguma contenção na frente externa face à prioridade de reconstrução económica que estava a ser levada a cabo no interior da China começa a evoluir no início dos anos 90, em resultado de diversos factores com destaque para o isolamento diplomático por parte dos países ocidentais, na sequência dos acontecimentos de Tiananmen, da primeira guerra do Golfo, da intensificação da acção militar externa no mar do sul da China, do ruir da União Soviética mas também da percepção da grande estratégia dos Estados Unidos, corporizada na chamada doutrina Wolfowitz.

A primeira guerra do Golfo demonstrou o enorme poder militar americano e sua determinação e capacidade de projecção de força em cenários distantes, que se manifestou

mais tarde em outras geografias como nos Balcãs, para além do que ocorreu, num diferente contexto, após os ataques terroristas de 11 de Setembro, no Afeganistão e no Iraque. A intensificação das acções de espionagem no mar do sul da China e o aumento impressionante da venda de armamento, entre 1992 e 1994 a Taiwan, em circunstâncias que segundo a China violariam o ponto 6 do comunicado conjunto China- Estados Unidos, de 18 de agosto de 1982, levaram a China a enveredar por dar maior ênfase à modernização militar, uma das quatro modernizações propostas em 1973 por Zhou Enlai, visando criar menor exército e melhores tropas, com forte aposta na vertente tecnológica.

Ainda antes da revelação pelo New York Times, na sua edição de 7 de março de 1992, das orientações do planeamento de defesa para os anos de 1994-1999, elaboradas sob a supervisão do então subsecretário para a defesa Paul Wolfowitz, que não obstante a datação dele constante constituem ainda o essencial da grande estratégia dos Estados Unidos, já Deng Xiaoping, observador atento dos factores que levaram ao desabamento da União Soviética e receoso de que se pudessem repercutir na política chinesa, tinha formulado a estratégia dos 24 caracteres, que no essencial recomendava prudência e empenhamento discreto na construção das capacidades. Esta estratégia prudente tornou-se mais imperativa com a divulgação do documento Wolfowitz que, na sua primeira versão, apontava como primeiro objectivo da política americana de defesa impedir a emergência de um novo rival que representasse ameaça semelhante à da antiga União Soviética e impedir qualquer potência rival de dominar uma região cujos recursos, sob o seu controlo, fossem suficientes para gerar um poder global.

Para além disso, reafirmando o papel de liderança dos Estados Unidos na nova ordem global, assinalava a necessidade da manutenção de mecanismos para dissuadirem potenciais competidores de sequer aspirarem ao desempenho de um papel de maior relevo na ordem regional ou global.

A China estava na mira. E não se discutindo a lógica do posicionamento americano sob o ponto de vista da defesa dos seus interesses, igual indulgência terá que ser concedida à China, que à semelhança de qualquer outra potência teria que precaver-se contra eventuais ameaças e procuraria naturalmente ampliar o seu estatuto e influência.

Em face do mencionado contexto o desenvolvimento da política externa e modernização da defesa seguiram caminhos paralelos e dinâmicas semelhantes. A China apostou na consolidação do seu relacionamento externo no entorno regional para sobre essa base promover o multilateralismo e o equilíbrio de poderes entre os maiores atores. Envolveu-se ainda mais no sistema internacional aderindo a uma série de tratados e organizações, com destaque para o tratado de não proliferação de armas nucleares e adesão à Organização Mundial do Comércio.

Apesar do clima politicamente adverso subsequente aos eventos de Tiananmen, foram desde então impressionantes os sucessos alcançados pela China em resultado da política de reforma e abertura. Descolando de uma pobreza extrema, que no fim da revolução cultural se abatia sobre 90% da sua população, erradicou a miséria do país e é hoje a segunda maior economia do mundo, prevendo-se que no prazo de uma década possa ultrapassar os Estados Unidos. Tem uma classe média que se conta por centenas de milhões, os quatro maiores bancos do mundo são chineses e 19 bancos chineses integram o ranking das 100 maiores instituições financeiras à escala global. Têm a maior rede de alta velocidade do mundo (29.000km), que

chega a todas as principais cidades do país, tanto do litoral como do interior. Apostou fortemente na educação, enviando todos os anos milhares de alunos para as melhores universidades do mundo e hoje a China é uma potência global em ciência, tecnologia e inovação, aumentando todos os anos o número de universidades chinesas em lugares de destaque dos rankings mundiais. Para além disso tornou-se a China o mais importante promotor do investimento nos países mais pobres principalmente da Ásia e de África.

O aspeto de maior relevo na sua ação externa prende-se com o apoio ao desenvolvimento que tem no programa faixa e rota (*Belt and Road Initiative*- BRI) o emblema mais marcante e que hoje representa a espinha dorsal da política externa chinesa. A China está a demonstrar que o futuro passa pelo desenvolvimento económico e participação de todos nos benefícios desse desenvolvimento. E sendo certo que a BRI é uma iniciativa sinocêntrica, certo é também que é de natureza aberta e inclusiva.

Depois da tentativa fracassada de denegrir esse projecto com o argumento da “debt trap diplomacy”, estão agora, tanto os Estados Unidos como a União Europeia a enveredar por estratégia semelhante, nos Estados Unidos com o programa “Build Back Better World” e na União Europeia com a estratégia “Global Gateway”, lamentavelmente apontados como programas rivais da BRI, ao invés de com esta tentarem construir uma relação de complementaridade. Vai daqui uma sugestão: apostem na dinamização de um eixo atlântico, que conjugue os recursos naturais e humanos de África e *América Central e do Sul* com os recursos financeiros, tecnológicos e científicos da Europa e Estados Unidos.

Assim se construiria um mundo melhor, um novo polo de desenvolvimento e se atenuariam alguns dos problemas dos Estados Unidos e da Europa que têm origem nos países do sul, dos quais o norte sempre importou riqueza e para onde exportou pobreza e relativamente aos quais, particularmente aos países africanos, em geral se remetiam a um apoio meramente assistencial, disfarçando a aversão ao risco no investimento com a violação dos direitos humanos em muitos desses países por parte dos seus dirigentes e assim castigando duplamente as respetivas populações.

Por tudo isto tem a China procurado assumir um papel de maior participação e relevo na ordem internacional, em conformidade com o seu estatuto nos planos regional e global, decorrente do seu poder económico, tecnológico e militar mas também enquanto contribuinte para o funcionamento do sistema internacional, já que é o segundo maior contribuinte para o orçamento das Nações Unidas e tem assumido importantes responsabilidades em missões de paz no quadro da mesma organização, com elevado contributo tanto em recursos materiais como em recursos humanos. Reivindica por isso, não uma revisão da ordem internacional para a colocar em conjugação com os seus interesses, mas uma adaptação do sistema por forma a que reflecta as mudanças ocorridas nas últimas décadas, nomeadamente desde finais dos anos 80. A ordem internacional só é prestável se captar as dinâmicas da geopolítica e a elas se ajustar. Se as instituições que incorporam o respectivo sistema forem capturadas para se obstar a esse ajustamento, é a própria ordem que entra em disrupção, abrindo caminho para a sua falência e para o conflito.

Na resolução do comité central do partido comunista chinês sobre as maiores realizações e experiência do partido ao longo do século passado, aprovada na sessão do passado dia 11 de

novembro, assinala-se como um dos objectivos para o período de 2037 até meados do século, tornar a China líder global em termos de capacidades nacionais e influência internacional.

Simultaneamente aponta a necessidade de desenvolvimento de um novo tipo de relações internacionais e da construção de uma comunidade humana com futuro partilhado, conceitos suficientemente vagos para permitirem diferentes interpretações.

A par desses objectivos adverte a mesma resolução contra o perigo de influências nefastas do ocidente, mencionando-se especificamente o constitucionalismo, alternância de poder entre partidos políticos e divisão de poderes, reafirma o compromisso de defesa dos direitos humanos mas priorizando os direitos à subsistência e ao desenvolvimento e reitera o compromisso firme de manter por longo período a governação do partido comunista. Soma-se a tudo isto o objectivo de construção, no mesmo período, de umas forças armadas de classe mundial, sob a liderança do partido.

Face à firmeza da RPC na defesa dos fundamentos político ideológicos do regime, ao seu crescimento económico, aumento das capacidades militares e sucesso diplomático, tem-se acentuado o cerco à China, não apenas em termos militares, de que o último exemplo é o pacto trilateral AUKUS, mas também nos planos diplomático, comercial e tecnológico, acentuando-se a ideia de que a China se está a tornar uma potência revisionista, buscando poder e influência que lhe confira poder dominante na ordem mundial, ao mesmo tempo que procurará constituir-se como modelo político alternativo ao das democracias liberais, entrando com estas em rivalidade sistémica.

Para abordar o papel da China na ordem internacional sem incorrer no erro de o avaliar em função das nossas próprias percepções, teremos que aludir a diversos factores, nomeadamente o seu legado histórico e cultural e o relacionamento com as potências ocidentais, cuja compreensão é indispensável para se entenderem os vectores essenciais da política externa chinesa.

No ocidente gerou-se a convicção de que o processo de reformas e desenvolvimento da economia chinesa conduziria a um processo de progressiva aproximação aos modelos de democracia liberal. Convicção ingénua decorrente da falsa ideia de que a democracia liberal seria o último apeadeiro do processo histórico e que ignora especificidades próprias da cultura e da história chinesas cujo olvido conduz inevitavelmente ao equívoco. Se é certo que a China não tem sido impermeável a influências do ocidente, envolvida como está no processo de globalização, com milhões dos seus cidadãos vivendo, trabalhando ou viajando pelo mundo ou com ele interagindo pelas redes sociais, ignora-se que esse país tem atrás de si um modelo político e civilizacional que foi dominante até à primeira metade do século XIX. E apesar de militarmente subjugada pelas potências ocidentais, durante cerca de um século, nunca essas potências conseguiram erradicar da população chinesa a convicção de superioridade do seu legado civilizacional. Impõe-se antes de mais lembrar a forte influência confuciana. Combatida por alguns sectores dos movimentos reformadores de finais do século XIX e princípios do século XX bem como durante largo período pelo partido comunista, que imputavam à cultura tradicional o declínio da China, a verdade é que ela nunca deixou de ser marcante no seio da sociedade chinesa, mesmo nos anos mais recentes, até pela centralidade que o PCC sempre deu à hierarquia e à boa governação como fonte de legitimidade, a ponto de o grande sinólogo americano Lucian Pye designar o modelo político chinês por “leninismo confuciano”.

Na cultura política ocidental predomina a afirmação dos direitos do cidadão face ao poder, em qualquer das formas em que ele foi sendo exercido ao longo da história. Dão disso testemunho, entre outros marcos civilizacionais, a lei das XII tábuas, a magna carta, o Bill of Rights ou a declaração dos direitos do homem e do cidadão.

A tradição política confuciana não dá primazia aos direitos do cidadão em relação ao Estado. O que nela se acentua são os deveres do Estado em relação aos cidadãos. De acordo com o ensinamento de Mêncio, cujo livro é um dos quatro grandes clássicos do confucionismo, os três pilares do estado são o soberano, a economia (que Mêncio designava por terra e cereal) e o povo. Ensinava ainda esse mestre confuciano que o mais importante desses pilares era o povo, de seguida a economia e por último o soberano. Só na medida em que o soberano cuidasse do povo, como um pai cuidava dos seus filhos é que ele desempenharia rectamente a sua função, aí residindo a base da sua legitimidade, que em caso de incumprimento se erodiria conduzindo à perda do mandato do céu. É nesta tradição que assenta a distinção básica entre ocidente e China: o primado dos direitos do cidadão face ao Estado versus primado dos deveres do Estado perante o cidadão.

Na cultura política chinesa o que mais releva é a qualidade da governação, os seus resultados na melhoria das condições de vida do povo, daí decorrendo a preocupação com o mérito. A China é exemplo único na introdução, ainda antes da nossa era, de um sistema de selecção burocrática baseado no mérito, que iniciado na dinastia Han, se manteve, nem sempre no mesmo formato, até ao início do século passado e que em molde bem diferentes foi em boa medida retomado após o processo de reforma e abertura iniciado em 1978.

Quem não compreender esta particularidade da cultura política chinesa, jamais compreenderá a razão pela qual, não obstante a matriz fortemente autoritária do regime chinês, o governo do país merece, segundo organismos internacionais independentes, um elevadíssimo apoio por parte dos seus cidadãos.

Esta questão não se prende directamente com o problema dos direitos humanos, cujo registo na China não é brilhante, mas com a relevância dos mecanismos de legitimação do poder político típicos da democracia liberal. Isto não significa também que a tradição cultural seja impeditiva da evolução do modelo político até porque, outros países ou regiões que partilham idêntica ou semelhante tradição, já demonstraram o contrário. Acontece é que foi o modelo político vigente na RPC que trouxe desenvolvimento, prosperidade e prestígio ao país. Enquanto esse saldo da governação se mantiver, serão reduzidas as franjas da dissidência política.

O mencionado apego da China ao seu legado civilizacional, de cuja superioridade nunca duvidou, reconhecendo embora que o país se deixou ficar para trás por não ter acompanhado a transição para o período industrial, mais acentuou o sentimento de humilhação a que a China esteve sujeita durante um século (desde a guerra do ópio até à proclamação da Nova China) em que foi submetida a ocupação e pilhagem por parte das potências ocidentais. Quem não tiver isto presente nunca compreenderá quão real é o significado que a China atribui às chamadas “linhas vermelhas”, designadamente no que se refere às questões envolvendo riscos para a integridade territorial e soberania nacional. Só isso explica que logo após a instauração da República Popular da China, com o país ainda exausto em resultado da guerra com o Japão

e da guerra civil que se seguiu ao termo da II guerra mundial, tenha ainda assim avançado sem hesitação para a Coreia para aí defrontar o poderoso exército da coligação internacional, liderado pelas forças armadas do EUA.

O mesmo sentimento de humilhação decorrente da ocupação pelas potências ocidentais levou a que a China, aqui contrariando a tradição da política imperial relativamente a terceiros estados, se tenha tornado estrénuo defensora da soberania estadual, com exclusiva responsabilidade de cada estado pelos seus assuntos internos e com igualdade entre estados, condenando qualquer interferência externa nos assuntos internos e rejeitando firmemente os novos conceitos de pós-soberania ou de soberania popular que advogam por exemplo a superioridade dos direitos humanos relativamente aos direitos do estado.

Do exposto resulta que para a China a integridade territorial é inegociável e o Estado tem exclusiva e absoluta autoridade nas questões internas.

Finalmente não permite a China, nem interna nem externamente, que a liderança do partido comunista seja posta em causa, cuja legitimidade originária lhe advirá por ter restituído a dignidade ao país, com a implantação da Nova China. O Partido Comunista, após uma crise profunda que afetou o seu prestígio durante o período da chamada revolução cultural, reivindica agora a proeza de ter transformado a República Popular da China num ator global e considera ser a única instituição capaz de levar a cabo o rejuvenescimento da nação chinesa e manter a unidade nacional. Considera superior o seu sistema político que entende satisfazer as exigências da democracia por via da ampla participação popular nas organizações de base, pelo escrutínio popular da condução política do país e pela possibilidade de acesso, com base no mérito, à aristocracia política, centrada no partido comunista.

Todo este conjunto de factores, com destaque para a vertente ideológica, crescimento económico, aumento das capacidades militares, intransigência nas designadas linhas vermelhas de independência, integridade territorial e soberania, sucesso do soft power chinês muito associado ao BRI, têm suscitado receio por parte nomeadamente dos Estados Unidos e alguns dos seus aliados na Europa e na Ásia.

Tem-se por isso montado um cerco à China, essencialmente no campo tecnológico, acusando-se a tecnologia chinesa, nomeadamente a gigantesca Huawei de ser um instrumento da espionagem chinesa e pressionando-se a China com a presença naval de potências ocidentais, face a uma suposta necessidade de manter a liberdade das rotas marítimas no mar do sul da China, onde a RPC tem vindo a erigir infra-estruturas militares, em territórios cuja soberania é reclamada também por estados vizinhos, territórios esses inseridos no interior da chamada “nine-dash line”. Com isso, a RPC estaria a, usando o poder de que dispõe, coagir os estados vizinhos.

Quanto às acusações de espionagem, que sustentam o bullying diplomático que tem sido exercido sobre diversos países, entre os quais Portugal para não aceitarem o envolvimento de empresas chinesas na nova geração de telecomunicações, importa dizer que o fundamento de tais acusações nunca foi demonstrado.

Quanto à liberdade de navegação no mar do sul da China, nenhum país precisa tanto de a manter como a RPC, que seria seguramente o país mais afectado com o seu condicionamento já que 70% das mercadorias que passam pelo estreito de Malaca têm por origem ou como destino a RPC.

Por outro lado, ao contrário do que se tem pretendido fazer crer, a “nine-dash line” não é uma reivindicação surgida com o governo do PCC. Ela foi apresentada pela primeira vez em 1930, pelo governo nacionalista, baseada em direitos históricos, à semelhança das reivindicações apresentadas pelos outros estados da região. Refira-se aliás que se a RPC e Taiwan estão em divergência em muitas questões, mantêm quanto a esta o mesmo ponto de vista, que só difere quanto à legitimidade para defender tal reivindicação.

Em qualquer caso, é certo que o aumento da presença militar ocidental na região do Indo-Pacífico, o crescimento militar da China e um conjunto de acções mais assertivas na afirmação de soberania em território disputado por estados vizinhos tem gerado intranquilidade quer no que respeita às intenções da RPC quer quanto a um eventual conflito na região.

Há que reconhecer que a presença dos Estados Unidos na região, face ao crescimento do poder económico e militar da RPC é percebida pelos governos de outros estados (mas nem sempre pelas respetivas populações) como benévola, considerando-se que tal presença contribui para o equilíbrio de poder na região. Todavia não tem sido bem vista a postura mais aguerrida por parte dos Estados Unidos e da Austrália, durante a administração Trump e que se manteve, até com maior vigor, na administração actual, pressionando a China em domínios em que se sabe que a China não cederá e abrindo a possibilidade de emergência de um conflito que obrigue os mesmos países ao alinhamento com uma das partes.

Foi por isso com manifesto desconforto que os países da região reagiram à criação do pacto AUKUS, que só mereceu aplauso por parte das Filipinas e também Taiwan.

Com efeito, a prosperidade da China tem contribuído largamente para a prosperidade de toda a região, onde se receia que um conflito ganhe amplitude regional, que necessariamente teria repercussão global, com dramáticas consequências nos planos político, económico e social. Acresce que os países da região estão disponíveis para uma colaboração que tenha em vista os seus próprios interesses mas não para participar em disputas entre um poder ascendente e outro que o pretende conter.

Para além disso esta disputa ocorre e acentua-se no momento mais inconveniente em que se impunha a mais vasta união na comunidade internacional. Estranha-se a aparente acalmia como se têm analisado os riscos de uma pandemia que ninguém sabe como e quando acabará e que pode trazer consigo um tsunami económico e financeiro.

As imagens que vimos no passado dia 12 da cidade de Mayfield, nos Estados Unidos, são o que se viu de mais parecido com Hiroshima, após o ataque nuclear e alertam-nos para o que aí vem, com o aquecimento global. A inevitável transição energética provocará uma reavaliação dos perigos e das vantagens da energia nuclear, que seguramente ganhará terreno, com os inerentes riscos de proliferação. As pandemias irão continuar, porventura com maior frequência e intensidade. As vagas migratórias desreguladas não pararão de aumentar. A computação quântica abrirá uma imensidão de capacidades, não apenas para governos mas também para organizações e mesmo cidadãos, com os consequentes riscos de conflitualidade assimétrica. As ciberameaças e os ciberataques irão intensificar-se e corremos o risco de assistir a uma escalada de militarização do espaço.

Estas são as grandes questões do nosso tempo. E não terão solução em tempo útil se não ganharem proeminência sobre as disputas de poder, que podem mesmo terminar com uma nova geopolítica, mas ... num planeta moribundo.



A BRI E AS NOVAS ROTAS DA SEDA

JORGE COSTA OLIVEIRA (MEMBRO DO CONSELHO ESTRATÉGICO DA CÂMARA DE COMÉRCIO PORTUGAL-CHINA PARA AS PMES, PORTUGAL | <https://www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira/>)

DR. JORGE COSTA OLIVEIRA, JURISTA (EX SECRETÁRIO DE ESTADO DA INTERNACIONALIZAÇÃO E EX CONSULTOR DO GOVERNO DE MACAU)

1.

EVOLUÇÃO DA BRI DO INÍCIO ATÉ À ATUALIDADE

Do ponto de vista da China, a ferrovia Em 2013, o Presidente da R. P. da China lançou o projeto das novas Rotas da Seda – inicialmente denominado “Cintura Económica da Rota da Seda”, que incluía seis corredores económicos principais – ligando a China a: Mongólia e Rússia; países da Eurásia; países da Ásia Central; Paquistão; outros países do subcontinente asiático; e países do Sudeste Asiático. No mesmo ano foi anunciada o projeto de uma rota marítima (a “Rota da Seda Marítima do Século XXI”) que compreendia as rotas marítimas do Indo-Pacífico de ligação à China através do Sudeste Asiático ao Sul da Ásia, Médio-Oriente, África e Europa do Sul. Em conjunto, estes projetos foram denominados “Uma Rota, Um Cinturão” (一帶一路) (OBOR) e, mais recentemente, “*Belt and Road Initiative*” (BRI) em língua inglesa.

O projeto inspira-se nas antigas rotas de comércio que ligavam a China ao Oeste, as rotas de Marco Polo e Ibn Batuta no norte e as rotas de expedição marítima do almirante da dinastia Ming, Zheng He, a sul, no oceano Índico, e dos navegadores portugueses nos séculos XV e XVI. Mas a BRI cobre áreas geográficas maiores que as históricas rotas comerciais denominadas “Rota da Seda” na antiguidade.

Os *corredores terrestres* da BRI incluem:

- A nova ponte terrestre da Eurásia, que vai da China Ocidental à Rússia Ocidental, passando pelo Cazaquistão, e inclui a ferrovia da Rota da Seda através da Região Autónoma de Xinjiang, Cazaquistão, Rússia, Bielorrússia, Polónia e Alemanha.
- Outro corredor vai do norte da China, passando pela Mongólia, até ao Extremo-Oriente russo. O Fundo de Investimento Direto Russo, estabelecido pelo governo russo, e a China Investment Corporation, uma agência de investimento do governo chinês, formaram uma parceria em 2012 para criar o Fundo de Investimento Rússia-China,

que se concentra nas oportunidades de integração bilateral.

- O corredor China-Ásia Central-Ásia Ocidental, que vai da China Ocidental à Turquia.
- O corredor económico China-Península da Indochina, que vai do sul da China a Singapura.
- A Rede de Conectividade Multidimensional Trans-Himalaia, que transformará o Nepal de um país encravado sem acesso a mar num país interligado por terra.
- O Corredor Económico China-Paquistão (CPEC), um conjunto de projetos de infraestrutura em todo o Paquistão que visa modernizar rapidamente as redes de transporte, a infraestrutura de energia e a economia do Paquistão e que, através do Porto de Gwadar, cria um canal de importação e exportação da China às portas do Médio Oriente.

Na Rota da Seda Marítima inicial, que já é a rota com mais de metade dos contentores do mundo, há portos de águas profundas a ser ampliados, novos pólos logísticos a ser construídos e novas rotas de tráfego e acesso ao interior dos países. A rota marítima da seda inicial vai do Mar do Sul da China à costa vietnamita e a Jacarta, Singapura, Estreito de Malaca, Sri Lanka, Maldivas, Mombaça, Djibouti, Mar Vermelho, Canal do Suez, Mar Mediterrâneo, Haifa, Istambul, Atenas-Pireu e Trieste.

De acordo com um estudo da Universidade de Antuérpia, a rota marítima via Trieste reduz drasticamente os custos de transporte. Tomando como destino Munique, o estudo mostra que o transporte de Xangai via Trieste leva 33 dias, enquanto a rota do norte, via Roterdão ou Hamburgo, demora 43 dias. De Hong Kong, a rota sul reduz o transporte para Munique de 37 para 28 dias. A redução do tempo de transporte, encurtando-o, significa não apenas maior eficiência da relação custo-benefício do transporte marítimo, mas também vantagens ecológicas consideráveis, atenta a redução das emissões de CO₂, uma vez que o transporte marítimo é uma grande e crescente fonte de emissões de gases com efeito de estufa.

A partir de 2017 as rotas marítimas, e não só, da China para a *América Central e do Sul* passaram a ser também incluídas na BRI.

Além da Rota da Seda Marítima, a Rússia e a China concordaram em construir em conjunto uma “*Rota da Seda Polar*”, também denominada Rota do Mar do Norte (NSR), ao longo das águas territoriais russas no Ártico. Uma vantagem da NSR é que ela pode reduzir significativamente o tempo de viagem entre o Extremo Oriente e a Europa. A distância de navegação pela NSR de um porto do Noroeste Europeu ao Extremo Oriente é aproximadamente 40% menor em comparação com a rota pelo Canal de Suez. Um navio porta-contentores da China ou da Coreia do Sul pode levar cerca de 34-40 dias para chegar a Roterdão, o principal porto europeu. Em contraste, na NSR os navios podem levar em torno de 23 dias. A China COSCO Shipping Corp. e a Maersk completaram já várias viagens testando estas rotas marítimas do Ártico, onde o degelo gradual deverá permitir dentro de alguns anos a operação desta rota, pelo menos durante uma parte do ano. As autoridades russas acreditam que a rota pode ser viável em 2035. Em bom rigor, as Rotas do Ártico (há também a Passagem do Noroeste do Canadá) serão viáveis tanto mais cedo quanto mais rapidamente ocorrer o degelo do Oceano Ártico provocado pelo aquecimento global.

Em 2015 a China impulsionou as *Rotas da Seda Digitais*. Estas Rotas da Seda Digitais visam melhorar a conectividade digital nos países participantes, sendo a China o principal promotor do processo. A nível macro, as Rotas da Seda Digitais tratam do desenvolvimento e interoperabilidade de infraestrutura digital crítica, como cabos de dados terrestres e submarinos, redes celulares 5G, centros de armazenamento de dados e sistemas globais de navegação por satélite. Numa das evoluções mais recentes, a China concluiu o lançamento de seu sistema de satélite global, *BeiDou* que, em algumas regiões, é mais preciso do que o sistema de posicionamento global (GPS) criado nos Estados Unidos.

Mais recentemente, um conjunto de iniciativas relativas ao controle, mitigação e combate à pandemia de Covid-19 levou à criação de uma *Rota da Seda da Saúde*.

2.

FINALIDADES DA BRI

A iniciativa define formalmente cinco prioridades principais: (i) coordenação de políticas; (ii) conectividade de infraestrutura; (iii) comércio desimpedido; (iv) integração financeira; e (v) conectar pessoas.

Para além destas finalidades expressas oficialmente, é claro também que a BRI facilita o *acesso de produtos* de outros países ao mercado chinês, ao mesmo tempo que ajuda os produtos chineses a entrar ou crescer nos mercados desses países, facilitando ainda a *internacionalização de empresas* chinesas, a deslocalização de parte da sua capacidade industrial e uma integração mais estreita com os países ricos em recursos naturais e *commodities*. Daí a referência ao benefício mútuo (“*win - win*”) como uma característica da BRI.

Por outro lado, parece também claro que a China deseja *assegurar* a manutenção, alargamento e reforço da segurança das *rotas de comércio internacional da China*, por via terrestre e marítima.

Na vertente financeira, a evolução da BRI permitirá certamente um desenvolvimento do *renminbi* como divisa com aceitação internacional.

Por fim, a BRI contribui para um fortalecimento das relações diplomáticas entre a China e os países parceiros da Iniciativa.

A Iniciativa mereceu o apoio da larga maioria dos países em desenvolvimento e muitos dos países desenvolvidos – a 9 de dezembro de 2021, a China tinha celebrado mais de 200 documentos de cooperação para a construção conjunta do BRI com 145 países e 32 organizações internacionais.

A *coordenação de políticas* inclui desde logo a coordenação de estratégias e políticas de desenvolvimento económico entre os países envolvidos; para o efeito têm tido efetuadas cimeiras de alto nível de Estado, entre líderes da China e de vários dos países envolvidos na BRI; houve cimeiras em Maio de 2017, Abril de 2019 e Junho de 2021. Há ainda planos relativos à cooperação regional e por corredor, com as inerentes negociações entre países envolvidos, nos primeiros anos com foco na implementação de projetos de grande escala, mais recentemente com projetos mais variados incluindo muitos de média dimensão.

A coordenação de políticas tem levado à programação conjunta de grandes investimentos

em infraestruturas e logística em países associados à BRI, em especial na Ásia. Um relatório do World Pensions Council (WPC) estima que a Ásia, excluindo a China, requer até \$ 900 milhares de milhões de dólares anualmente em investimentos em infraestrutura nesta década, financiados principalmente através de instrumentos de dívida, o que corresponde a 50% acima das taxas atuais de gastos em infraestrutura.

De acordo com um relatório de 2017 do Banco Asiático para o Desenvolvimento (ADB), a Ásia precisa de c. 1.700 milhões de dólares anualmente em investimentos em infraestrutura até 2030.

A *conectividade de infraestrutura*, sobretudo ao nível de transportes, facilitará tremendamente o comércio internacional. E contribuirá decisivamente para catalisar o crescimento em países em desenvolvimento, que têm tradicionalmente défices de infraestruturas essenciais.

Merece também especial menção o projeto de interconexão de redes elétricas de vários países (“*Asian Super Grid*”) que visa desenvolver e interligar seis redes elétricas de ultra alta tensão em toda a China, Nordeste da Ásia, Sudeste Asiático, Ásia do Sul, Ásia Central e Oeste da Ásia.

Paralelamente à BRI, mas em articulação com a iniciativa, a China tem vindo a promover alguns acordos de livre comércio. Por outro lado, vários países asiáticos promoveram iniciativas visando facilitar o comércio internacional entre si; merecem especial destaque o “Acordo Global e Progressivo para uma Parceria Trans-Pacífico” (CPTPP) e a “Parceria Económica Regional Abrangente” (RCEP). A China faz parte da RCEP mas não do CPTPP, tendo solicitado a adesão a este relevante acordo, em boa medida dentro da lógica de reforço do multilateralismo comercial internacional e do *comércio desimpedido*.

A *integração financeira* é um fator fundamental para a BRI. A cooperação financeira e o estabelecimento de um sistema mútuo de informação de crédito são os aspetos mais importantes para assegurar a integração financeira e a internacionalização das respetivas moedas. Os atores financeiros internacionais, como investidores institucionais e firmas de *private equity*, passarão a poder explorar promissoras oportunidades de investimento sem dificuldades acrescidas. Além disso, o governo chinês construiu veículos específicos, como o Fundo da Rota da Seda para auxiliar projetos e iniciativas. A expansão de *swap* bilateral de divisas e meios de pagamento com outros países na BRI, bem como o desenvolvimento de mercados financeiros na Ásia onde se transacionem *securities* e outros títulos, irão acelerar a *integração financeira*. Esta integração financeira facilitará a entrada de capital nos países associados a esta Iniciativa, com a consequente aceleração do crescimento do PIB dos países envolvidos.

Sobre esta vertente da integração financeira debruçar-nos-emos um pouco mais quando abordarmos o ponto relativo ao financiamento da BRI.

3.

PORTUGAL E A BRI

O governo de Portugal manifestou o apoio à BRI desde pelo menos 2015. Tem havido

contactos frequentes entre o governo de Portugal e o governo da China e participação em iniciativas destinadas a discutir e programar a evolução da BRI.

Existiam pelo menos dois projetos que o governo de Portugal via com interesse a sua inclusão na BRI.

Um desses projetos consiste no “*Corredor [ferroviário] Internacional Sul*”, que permite a extensão até Sines do Corredor Ferroviário Euro-Asiático desde a China e que presentemente vai até Madrid. Este projeto não foi incluído na BRI mas está a ser executado devendo ser completado durante esta década, embora o ritmo de execução dependa de recursos judiciais em adjudicações de partes relevantes do Corredor.

O outro projeto consiste na transformação do *novo terminal de mercadorias no Porto de Sines – o Terminal Vasco da Gama*. Uma das áreas em que o Porto de Sines – o maior porto de Portugal e o 15º porto europeu – pode crescer é enquanto porto de contentores. Para além de poder beneficiar do aumento do tráfego transatlântico quando a maioria dos portos europeus com águas profundas estão quase saturados (embora vários portos europeus – Roterdão, Antuérpia, Felixstowe, Liverpool e Hamburgo – estejam a criar condições para acolher navios com capacidade ≥ 14.000 TEU), Sines é um dos mais importantes portos europeus com potencial para atrair comércio nas rotas entre o Extremo-Oriente e a Europa. Com o alargamento do canal do Panamá, em 2016, passou a ser possível a navios porta-contentores *Neopanamax* transportar até 14000 TEU (anteriormente, os cargueiros *Panamax* estavam limitados a 5000 TEU), o que está a levar alguns armadores de navios a equacionar uma rota entre o Extremo-Oriente e a Europa via canal do Panamá através de navios *Neopanamax* ou *post-Panamax Plus*. E já está previsto um novo alargamento do canal que permita a passagem de porta-contentores com capacidade até 20.000 TEU.

Sines dispõe ainda de uma das maiores zonas industriais e logísticas com espaço disponível na UE – a ZILS – com 2.375 ha e possibilidade de expansão até 4.000 ha. O espaço disponível na ZILS permite que o crescimento e transformação de um novo *hub* portuário na UE ocorra a par e passo com a criação de um grande *hub* logístico para o transporte multimodal de mercadorias por via ferroviária para a Europa Ocidental. Para que tal seja possível, é necessário completar o “*Corredor [ferroviário] Internacional Sul*” que permitirá ligar diretamente Sines à fronteira do Caia e “trará um aumento de capacidade diária na saída de Sines dos atuais 36 comboios de 400m para 51 de 750m”.

Em relação ao projeto de criação de um novo terminal de mercadorias no Porto de Sines que funcione como um grande *hub* logístico para o transporte multimodal de mercadorias por via ferroviária para a Europa Ocidental, existe um grande interesse de empresas chinesas, em especial da Ningbo Zhoushan Port Co Ltd, empresa estatal que gere o Porto de Ningbo - Zhoushan, precisamente por acreditar no potencial decorrente do alargamento do Canal do Panamá.

Mas a verdade é que durante vários anos o Governo Português arrastou os pés e só em 2019 foi lançado um concurso público internacional para a concessão da construção e exploração de um segundo terminal de mercadorias – o Terminal Vasco da Gama – no Porto de Sines; mas este concurso foi efetuado sem rasgo nem visão. Não se preparou um concurso para selecionar como concessionária uma entidade interessada em desenvolver o potencial

aumento de comércio marítimo resultante do alargamento do Canal do Panamá, apostada em trazer consigo um forte contingente de empresas associadas operadores da parte logística empenhados em criar um novo porto de entrada de produtos na UE para transporte multimodal de mercadorias, por via ferroviária, para a Europa Ocidental, com preços competitivos. Ao invés, tomou-se como principal critério de adjudicação o preço da construção do terminal, numa perspetiva de merceeiro das contas públicas, sem qualquer visão estratégica.

Sem grande surpresa, o concurso público ficou deserto. As notícias de que o Governo Português mantém a intenção de relançar este concurso são importantes mas pouco relevantes se o concurso for feito da mesma forma, isto é, sem um claro rumo estratégico.

4.

FINANCIAMENTO DA BRI

O custo global estimado da BRI é, por natureza, indefinido uma vez que ainda existem projetos a ser discutidos e vários dos acordados poderão não ser concretizados pelas mais diversas razões. Não há números oficiais sobre o valor total de empréstimos e investimentos em projetos da BRI, mas de acordo com o provedor de dados Refinitiv e Infrastructure 360 BRI Database, no final de 2020, o valor do total dos projetos da BRI atingiu c. \$ 4,3 biliões de dólares. Entre eles, 2.193 projetos – avaliados em \$ 2,5 biliões de dólares – são projetos da BRI, enquanto 2.100 outros projetos com um valor combinado de \$ 1,8 biliões de dólares foram classificados como “projetos com envolvimento chinês”.

De acordo com Bruce-Lockart, em 2017 os projetos em curso na BRI, incluindo projetos de infraestrutura significativos na Ásia Central, Sudeste Asiático e em África, importavam num total de c. um bilião de dólares.

A BRI é financiada de diversas formas. A principal fonte de financiamento dos projetos inseridos na BRI são mútuos concedidos por bancos estatais chineses, em especial pelo China Development Bank (CDB) e pelo Export-Import Bank of China (EIBC). E o governo chinês emitiu diretrizes para que os maiores bancos estatais comerciais – o Banco da China, o Banco Industrial e Comercial da China e o Banco de Construção da China – também apoiem projetos inseridos na BRI e isso tem sucedido.

Outra fonte de financiamento dos projetos na BRI são empréstimos concedidos pela banca multilateral – do Banco Mundial (IBRD) ao Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) ao novel Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (AIIB) e ao Novo Banco para o Desenvolvimento (NDB).

Para reforçar os fundos disponíveis para os projetos inseridos na BRI, o governo chinês criou ainda o Fundo da Rota da Seda dotado com uma alocação inicial de 40 mil milhões de dólares.

Dependendo de cada projeto ou conjunto de projetos inseridos numa rota ou num corredor, existe ainda financiamento proveniente de bancos e instituições financeiras locais, seja na parte relativa à dívida, seja na parte de equity.

Após 2016, o CDB e o EIBC começaram a reduzir novos empréstimos para projetos na BRI. Em parte, isso deve-se ao facto de o enorme gasto com infraestruturas iniciais estar agora a

chegar à conclusão dos projetos, com o financiamento e a construção concluídos ou quase. Para além disso, a crise pandémica levou a uma quebra global de 42% nos investimentos no estrangeiro em 2020 (UNCTAD); nos projetos inseridos na BRI essa quebra também se verificou, num total de -52% relativamente a 2019.

Mas no caso do CDB isso decorre ainda de dois outros fatores: (i) por um lado, uma menor vontade para continuar com uma forte exposição em projetos no estrangeiro uma vez que enfrenta uma situação dilemática entre o apoio à diplomacia comercial global da China e o apoio ao crescimento da economia chinesa com novos empréstimos domésticos; (ii) por outro lado, a necessidade de melhorar a análise de risco de crédito e de acompanhamento da execução dos projetos, por imposição de novas políticas das autoridades chinesas de aumento da eficiência na afetação de crédito e dinheiros públicos e de combate à corrupção.

5.

CRÍTICAS À BRI

A BRI tem sido objeto de várias críticas.

Uma dessas críticas é a de que assenta numa *visão sino-cêntrica do mundo*.

Outra crítica é que a BRI tem promovido o apoio a projetos que nem sempre são os mais necessários nos países em causa.

É ainda criticada a BRI por ser fonte de criação de dívidas avultadas por parte dos países associados, podendo mesmo levar a casos de “armadilhas de dívida”.

A crítica relativa à BRI assentar numa *visão sino-cêntrica do mundo* parte de uma asserção correta. Com efeito, a BRI é lançada e promovida pela China, concebida como corredores e rotas de e para a China. Mas é também claro que há enorme potencial para os outros países em estarem ligados a esta iniciativa. Desde um acesso facilitado ao mercado chinês – em breve o maior mercado do mundo – até à captação de investimento chinês, sobretudo em infraestrutura e logística. Em qualquer caso, a larga maioria dos países do mundo já assumiu a realidade de um mundo multipolar, com várias potências com visões diferentes do mundo e com capacidade para ajudar a moldar uma nova ordem económica internacional que está a ser gradualmente construída como resultado da transformação da ordem atual. A BRI assenta numa visão sino-cêntrica do mundo, como a iniciativa “*Global Gateway*”, da UE, será euro-cêntrica e a iniciativa “*Build Back Better World*” assentará nos interesses dos países do G7. O que não significa que não se revistam de interesse também para outros países, nomeadamente para países em desenvolvimento que têm défice de infraestrutura em vários domínios.

Já no que tange à crítica de que a BRI tem promovido o apoio a *projetos que nem sempre são os mais necessários* nos países em causa, mister é dizer que na generalidade isso não é correto. Cada país parceiro seleciona os projetos em que tem interesse e negocia a sua inclusão na BRI, nomeadamente para efeitos de financiamento. Em alguns casos, porém, o argumento é válido. Por exemplo, o desejo de fazer chegar até Singapura o comboio ultrarrápido de tecnologia chinesa parte do governo chinês. E se para um país como o Laos, isso é uma boa oportunidade de ultrapassar a situação de país encravado, para a Tailândia é discutível se o projeto tem uma relação qualidade-preço que justifique o investimento e

endividamento inerentes; e, efetivamente, ao longo dos últimos 7 anos a discussão no Reino do Sião tem sido grande porque essas dúvidas são pertinentes, sobretudo no segmento do transporte de passageiros.

Mas a mais forte crítica feita nos últimos anos à BRI prende-se com ser fonte de *criação de endividamento avultado* para a capacidade financeira de alguns países associados, considerando alguns autores e alguns governos ocidentais que em vários casos esse endividamento parece ser intencionalmente elevado para conduzir a casos de “*armadilhas de dívida*”.

Parte do argumentário nesse sentido provém da execução de cláusulas de garantia nos contratos de financiamento celebrados por bancos [estatais] chineses que elencam ativos específicos como colateral relativamente ao cumprimento das obrigações assumidas pelo país ou agência estatal do país parceiro. Grande parte desses empréstimos são negociados bilateralmente a nível governamental e sem publicitação, o que alimenta desconfianças e teorias da conspiração.

Todavia, a exigência de cláusulas de garantias reforçadas em empréstimos a países em vias de desenvolvimento não é uma prática exclusiva de bancos chineses.

É particularmente interessante ler um excelente artigo de Deborah Brautigam, professora de economia política internacional da Universidade Johns Hopkins, e Meg Rithmire, professora associada da Harvard Business School, no qual, em torno da criação do projeto, sua execução e financiamento da construção do porto de Hambantota, no Sri Lanka, as autoras contestam o “mito” da “armadilha de dívida” chinesa. As autoras concluem que “os bancos chineses estão dispostos a reestruturar os termos dos empréstimos existentes e nunca realmente apreenderam um ativo de nenhum país, muito menos do porto de Hambantota”.

O problema dos bancos estatais chineses nos empréstimos internacionais é que, para além de a capacidade de análise de risco de crédito nem sempre ser famosa – o que também tem sucedido no crédito doméstico que concedem... – têm gerido o risco político em países estrangeiros de forma nem sempre muito acertada.

O Grupo Rhodium refere que, em outubro de 2021, os pedidos de renegociação de reembolsos de empréstimos concedidos por bancos chineses haviam aumentado após o início da pandemia de Covid-19. Doze países estavam em negociações com Pequim no final de setembro, cobrindo 28 milhares de milhões de dólares em empréstimos chineses.

Uma investigação do Grupo Rhodium relembra ainda que renegociações de dívidas e dificuldades entre os países mutuários são comuns. Em qualquer caso, a apreensão de ativos é uma ocorrência rara; as renegociações de dívidas para com prestamistas chineses geralmente envolvem um resultado equilibrado entre credor e devedor, variando de extensões dos termos do empréstimo e prazos de reembolso ao refinanciamento explícito ou perdão parcial ou mesmo total da dívida (o resultado mais comum). Apesar do seu peso económico, a influência da China nas negociações é limitada, sobretudo quando os países mutuários têm acesso a fontes alternativas de financiamento.

Porém, em alguns casos, líderes de países parceiros têm criticado a BRI com base neste argumento. O ex-presidente da Tanzânia, John Magufuli, a respeito da concessão do porto de Bagamayo, teceu fortes críticas, dizendo que os acordos de empréstimo de projetos do BRI no seu país eram “exploradores e estranhos”. Não obstante, convém ter presente que a

Tanzânia continua a ter projetos em cooperação com a China sob a égide da BRI, em áreas como a agricultura, os transportes, as telecomunicações, o turismo e a energia.

Também o presidente da R. D. Do Congo, Felix Tshisekedi, em declarações em maio de 2021, pediu uma revisão de vários contratos de mineração assinados com empresas chinesas pelo seu predecessor Joseph Kabila, em particular o vultoso acordo de “minerais-por-infraestrutura” celebrado com a sociedade “Sino Congolaise des Mines” (Sicomines).

Em 2017, a China aderiu às Diretrizes Operacionais do G20 para Financiamento Sustentável e em 2019 aos Princípios do G20 para Investimento em Infraestrutura de Qualidade, dos quais constam disposições respeitantes ao cumprimento das políticas do Banco Mundial e do FMI para países onde a sustentabilidade da dívida já é uma preocupação.

A adesão da China ao G20 Framework pode ser um passo em direção a uma articulação com o Clube de Paris, uma vez que o alívio da dívida que o cumprimento das regras do G20 provavelmente conduzirá a um alinhamento ao alívio fornecido pelos membros do Clube de Paris em virtude do princípio de “tratamento comparável” incorporado no G20 Framework.

6.

INICIATIVAS COMPETINDO COM A BRI

Entretanto, os EUA e alguns países europeus e asiáticos que manifestaram reservas a esta iniciativa chinesa, lançaram iniciativas similares, visando diminuir a influência chinesa e aumentar o acesso a ou integração com mercados de vários países em desenvolvimento. Os EUA, o Japão e a Austrália lançaram em 2019 a *Blue Dot Network* (BDN). E em 2021 o G7 promoveu a *Build Back Better World* (B3W), através da qual, e com bases nos pressupostos da BDN, os países do G7 se comprometem a ajudar a mobilizar os mais de 40 biliões de dólares em infraestrutura necessária nos países em desenvolvimento até 2035. A iniciativa visa catalisar financiamento para infraestrutura de qualidade do setor privado e incentivará investimentos do setor privado que apoiem o “clima, saúde e segurança sanitária, tecnologia digital e equidade e igualdade de género”.

Por fim, a UE lançou no final de 2021 a *Global Gateway*, a “nova estratégia europeia para impulsionar links inteligentes, limpos e seguros em digital, energia e transporte e fortalecer os sistemas de saúde, educação e pesquisa em todo o mundo”. De acordo com a informação divulgada pela Comissão Europeia, esta iniciativa significa “conexões sustentáveis e confiáveis que funcionam para as pessoas e o planeta, para enfrentar os desafios globais mais urgentes, desde as mudanças climáticas e proteção do meio ambiente, até melhorar a segurança da saúde e aumentar a competitividade e as cadeias de abastecimento globais.” O *Global Gateway* baseia-se nos novos instrumentos financeiros do quadro financeiro plurianual da UE 2021-2027. Esta estratégia prevê a utilização de instrumentos financeiros recentes, em particular o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável + (FEDS +), embora com um envelope financeiro algo limitado – c. 300 milhares de milhões de euros. Particularmente interessante para as empresas portuguesas é a possibilidade de criação de uma Linha de Crédito de Exportação Europeia.

Existem ainda iniciativas similares lançadas por outros países, com maior ou menor

dimensão; é o caso da “Eurasia Initiative” (EAI) da Coreia do Sul. E alguns países vêm efetuando avultados investimentos em infraestruturas na Ásia e noutros continentes sem grande alarde mas com propósitos não muito díspares dos subjacentes às iniciativas das novas Rotas da Seda; é, nomeadamente, o caso do Japão.

7.

CONCLUSÃO

7.1. Perante necessidades tremendas de infraestruturas de todo o tipo em países em desenvolvimento a China lançou uma iniciativa que visa ajudar a colmatar essas necessidades, com forte investimento por parte de empresas chinesas, especialmente grandes empresas estatais, e financiamento por grandes bancos estatais chineses.

7.2. Esta iniciativa – a BRI – tem escopo amplo e permite acolher projetos de múltipla natureza.

7.3. Por razões compreensíveis, atinentes à necessidade de facilitar o comércio internacional, os setores privilegiados pela BRI são infraestruturas de transportes e de logística (44% do total).

7.4. A BRI facilita o acesso de produtos de outros países ao mercado chinês, ao mesmo tempo que ajuda os produtos chineses a entrar ou crescer nos mercados desses países, facilitando ainda a internacionalização de empresas chinesas, a deslocalização de parte da sua capacidade industrial e uma integração mais estreita com os países ricos em recursos naturais e commodities; daí a referência ao benefício mútuo (“*win - win*”) como uma característica da BRI.

7.5. A BRI enquadra e dá arrumação lógica e organizacional a um conjunto de investimentos de empresas chinesas, sobretudo estatais, num vasto número de países, e contribuiu para seleccionar melhor os projetos elegíveis e estabelecer prioridades.

7.6. A BRI ocorre num momento histórico de ascensão da China a grande potência mundial pelo que tem sido objeto de críticas adicionais por parte das potências que se sentem ameaçadas com essa ascensão, nomeadamente os EUA.

7.7. Esta rivalidade de outras potências em relação à BRI teve o condão, porém, de ter originado novas iniciativas rivais – como o *Build Back Better World* e a *Global Gateway* – contribuindo destarte, indiretamente, para que existam mais recursos disponíveis para a criação e o financiamento de infraestruturas em países em desenvolvimento.

7.8. A BRI tem evoluído desde a sua génese, incluindo hoje não apenas mais corredores terrestres e mais rotas marítimas, mas também novos tipos de Rotas da Seda – as Rotas da Seda Digitais, a Rota da Seda da Saúde, havendo ainda quem fale da Rota da Seda Verde.

7.9. A integração financeira da BRI vai provavelmente conduzir a novos mercados financeiros, catalisar *fintechs* em muitos países parceiros, acelerar a liberalização do processamento de pequenos pagamentos, facilitar o aparecimento de novas moedas digitais e contribuir para a internacionalização do *renmimbi* e outras divisas de países parceiros.

7.10. A BRI é tremendamente ambiciosa mas, do ponto de vista do seu financiamento, os bancos chineses, os bancos multilaterais para o desenvolvimento e a banca local ou regional têm capacidade financeira para o efeito. Não obstante, os bancos chineses estão nos últimos anos sob tremenda pressão regulatória e política para melhorarem a eficiência do crédito concedido e acompanharem de mais perto a execução dos projetos.

7.11. Alguns dos bancos chineses, maxime o CDB, enfrentam uma situação dilemática entre o apoio à diplomacia comercial global da China / BRI e o apoio ao crescimento da economia chinesa com novos empréstimos domésticos.

7.12. Embora existam críticas à BRI – inevitáveis numa iniciativa deste escopo e magnitude – algumas dessas críticas são injustas, nomeadamente em vários dos casos de acusação de “armadilhas de dívida”.

7.13. Portugal tem estado associado à BRI mas ainda não foi capaz de inserir um projeto na iniciativa; a mais simples de inserir seria a respeitante ao novo terminal de mercadorias do Porto de Sines mas o concurso tem que ter uma lógica.



III PAINEL

PORTUGAL-CHINA, O ROTEIRO DAS RELAÇÕES ENTRE OS DOIS PAÍSES AMIGOS

CHOI MAN HIN (SR. CHOI MAN HIN, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES E INDUSTRIAIS CHINESES)

Obrigado, bom dia a todos, em meu nome pessoal, em nome da associação de comerciantes industriais chinesas, quero desde já agradecer pela presença dos tão ilustres convidados nesta terceira edição da conferência internacional da cooperação Portugal-China que visa analisar o roteiro do estabelecimento das relações entre os dois países amigos, foi por isso mesmo que com enorme satisfação que aceitei o convite para refletir sobre os temas de cooperação política, económica e financeira, e a rota da ceda e o projeto futuro comum para a humanidade.

Em relação ao primeiro tema, cooperação política e económica e financeira, começo por sublinhar que apesar da pandemia, o comércio de bens entre a União Europeia e a China aumentou em 2020, pela primeira vez, a China substituiu os Estados Unidos como o mais parceiro comercial da União Europeia, no ano passado o pico da União Europeia foi de 15,28 trilhões de dólares americanos e o pico da China foi de 14,72 trilhões de dólares americanos. É muito gratificante constatar que Portugal e a China têm mantido nos últimos anos uma boa e estável relação de cooperação política e económica com interações frequentes entre os dois povos e intercâmbios económicos e culturais. Olhando para o futuro, sugiro que todos possam prestar atenção às seguintes áreas e continuar a aprofundar o intercâmbio e a cooperação nas áreas da economia, da cultura, da energia e o futuro comum da humanidade, em termos de negócio e de cooperação comercial devemos ter em consideração as novas tendências de consumo do mercado chinês.

De acordo com um relatório de pesquisa recente, a indústria de bens de consumo na China recuperou, após a pandemia e entrou num período de aceleração e em simultâneo, a pandemia acelerou as mudanças no comportamento da compra do consumo ídolo? Do ponto de vista do modelo as receitas do negócio offline, incluindo lojas especializadas e lojas de departamentos continuam a enfraquecer e a indústria de consumo precisa urgentemente de uma transformação digital. Com o rápido aumento na demanda verde, sofisticada e de qualidade dos residentes das empresas, a pandemia mudou as preferências, a frequência e os cenários de

compra dos consumidores, as várias faixas da indústria de bens de consumo estão a acelerar a diferenciação, como podemos ver acima, de momento é difícil de obter resultados apenas na forma de produção e produtos de venda em lojas offline na China. Os produtos portugueses devem ficar encruados no mercado consumidor chinês, por isso sugiro que devemos manter a sensibilidade ao mercado chinês, porque o mercado chinês muda mais rapidamente do que o mercado local português, as empresas devem fazer inovações oportunas para as mudanças do mercado, por exemplo, no contexto da transformação digital que acabámos de mencionar. Como as vendas das lojas offline estão diariamente a diminuir, as empresas devem inovar nos métodos de marketing e de usar novamente os métodos offline. Considerando agora o tema da rota da seda e o projeto comum futuro para a humanidade defendo que devemos concentrar os nossos esforços nos ramos das novas energias e comércio de carbono na cooperação de energia e nas finanças e planos humanos futuros. A mudança climática é um desafio global que exige que todos os países tomem medidas para confrontar em conjunto. Como um importante órgão económico do mundo, a China e a Europa enviaram sinais positivos sobre a cooperação do combate, as mudanças climáticas, o que unirá a humanidade a enfrentar os desafios climáticos e ambientais globais. E, em conjunto, construir um mundo mais limpo e saudável para o futuro da humanidade.

A China anunciou na Assembleia Geral das Nações Unidas em 22 de setembro de 2020 que irá empenhar-se para que as emissões de dióxido de carbono cheguem ao pico antes de 2030 e atinjam a neutralidade de carbono até 2060. O pico de carbono e a neutralidade de carbono têm sido os principais temas da economia doméstica da China este ano. Acelerar a redução de carbono e promover uma economia de energia verde tem sido uma das principais políticas do governo chinês dos últimos anos, o mercado de carbono pode fornecer incentivos para as empresas melhorarem a eficiência energética e reduzirem as emissões de carbono na perspectiva da?? Para o governo chinês que espera atingir o pico das emissões de carbono até 2030 e atingir a neutralidade de carbono até 2060, a abertura do mercado nacional de carbono nacional de carbono é fundamental para atingir esta meta, portanto, o mercado nacional de comércio de emissões de carbono na China iniciou oficialmente o comércio online em 16 de junho de 2021, comparado com o lançamento este ano do mercado de comércio da China, o mercado europeu de carbono foi lançado no início de 2005 e é atualmente o maior sistema de comércio de emissões de carbono do mundo. O mercado europeu de carbono incluí mais de 11 mil de instalações de emissões do setor de energia, industrial e aviação, em 2020, as emissões serão de cerca de 1,3 bilhões de toneladas e o volume de transições chegará a 8 bilhões de toneladas, representando 90% de 229 milhões de euros das transições do mercado global de carbono em 2020.

A China e a Europa também são muito complementares no campo de conservação de energia e proteção ambiental. A Europa possui vantagens tecnológicas enquanto a China possui um vasto mercado, mais importante ainda, tanto a China como a União Europeia reconhecem que o combate às alterações climáticas requer uma foto cooperação internacional, neste contexto, China e Portugal dispõem de amplo espaço para cooperação para o desenvolvimento em comércio de carbono, novas energias e finanças verdes, os dois casos têm muitas missões comuns e demonstraram determinação comum no combate às mudanças climáticas e na

redução de gases de efeito estufa.

China e Portugal levam as mudanças climáticas a sério dedicando os seus esforços para alcançar a neutralidade de carbono o que irá promover fortemente uma evolução global contra as mudanças climáticas. Numa análise sobre o passado, nomeadamente as trocas entre os dois povos em Portugal, os chineses que aqui chegam para investir e trabalhar, diversificam-se pelos cidadãos chineses com estudos académicos e com formação profissional quando incidem, estabelecem-se aqui são atraídos pelas numerosas vantagens que Portugal oferece, como por exemplo, o clima, a segurança, a simpatia e disponibilidade dos portugueses em acolher povos estrangeiros. Algumas organizações não governamentais de caridade da China estabelecem-se em Portugal com o aumento e custos generalizados das novas tecnologias, alguns chineses locais tornaram-se ancores de vídeos dos seus próprios projetos em Portugal, compartilhando a beleza da culinária portuguesa com pessoas distantes da China, acredito que os intercâmbios e a cooperação entre Portugal e a China serão mais diversificados e interessantes e as pessoas dos dois países irão certamente aprofundar os seus conhecimentos e alcançar uma situação ganho-ganho. Faço votos para que a cooperação e a amizade entre Portugal e a China dure para sempre, em nome da associação de comerciantes industriais chineses quero manifestar o meu desejo que esta conferência de cooperação económica e de comércio entre Portugal China faça mais edições e que se realizem nos próximos anos.

Obrigada.



INICIATIVAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA

Y PING CHOW (SR. Y PING CHOW, PRESIDENTE DA CCPC-PME, CÂMARA DE COMÉRCIO LUSO-CHINESA PME)

Muito obrigado. Eu não estudei, nem sei o que é que vou falar, mas vou falar aquilo que vem da cabeça, muito normal, que também vou apresentar aquilo que fizemos aquilo que vamos fazer aquilo que eu acho que pode beneficiar para comunidade chinesa e também ao mesmo tempo com o nosso trabalho pode beneficiar a comunidade portuguesa. Aquilo que eu posso dizer é a terceira conferência foi muito bem organizada, agradeço o esforço do Professor António Queiroz e também com o apoio e esforço Dr Rui Lourido, iniciativa primeira e segunda conferência de internacionalização foi feita pela câmara do comércio, a câmara de cooperação e desenvolvimento Portugal China que por acaso sou presidente também, mas sobretudo trabalho a partir do Professor António Queiroz que é a alma destas conferências.

Agora esta conferência teve um patamar muito maior e muito mais importante com muito mais a participação e tem uma dimensão muito maior tenho a certeza que também por um projeto de nós estamos lançamos agora porque criamos uma união das Associações de cooperação e amizade Portugal-China juntando 7 associações que estamos no iniciado porque vamos convidar mais 7 associações que gostam da China que gostam de Portugal e trabalham para cima e colaboram e trabalhamos tudo na mesma rede, portanto é deste projeto que neste momento estamos a tentar fazer juntando pequenas associações que trabalham com a China juntando tudo numa plataforma maior mas todos independentes todos têm a sua especialidade e todos têm a sua política autónoma. Posso dizer que certas associações que nós juntamos mais baseado do Norte porque neste momento ainda não avançamos aqui, gostaria depois de ter muito apoio dos?? muito apoio da missão da Macau E possivelmente vamos trabalhar com muita associação. E agora apresento o nosso presidente que é o dr. Júlio Pereira que é mesmo presidente do instituto para a cooperação e o desenvolvimento Portugal Oriente. Neste nosso agrupamento consta muitas pessoas importantes de várias áreas de ensinos, áreas da economia, áreas da banca, área da política, em todas as áreas, portanto acho que isto é um grande trabalho que nós fizemos e qual foi definido? porque não sou estudioso, nem sou profissional apenas sou trabalhador amador nas associações porque gosto de trabalhar, agora quem trabalha nas associações tenho a certeza que toda a gente aqui tem experiência, perder tempo, perder dinheiro e suporta ser criticado, portanto nós

oferecemo-nos, porque gostamos de trabalhar, aliás há uma coisa que eu também digo, há certas coisas que o estudioso até mesmo políticos não se sentem na minha posição porque sou um chinês nascente e vim para Portugal pequeno, conheço bem os portugueses e tenho um sentimento e relações com a China, portanto a maneira de fazer a maneira de pensar pode ser um pouco diferente do grande estudioso, especialmente políticas mas quando chegar ao ponto de trabalhar??

A Câmara do Comércio das Pequenas e Médias Empresas de Portugal e China foi criada há muito pouco tempo, há um ano e meio no meio porque nós sentimos a necessidade principalmente do Norte, pequenas empresas que querem desenvolver para cima e era este o nosso trabalho de como pode levar com os nossos conhecimentos com a China. Para isto nós criamos os protocolos de províncias temos a protocolo com a província de Hebei, uma entidade semioficial que é de empresários e financeiros, um protocolo com a província Henan, semelhante, e também criamos um protocolo com o Governo Central que é Centro de Desenvolvimento de pequenas e médias empresas, portanto tenho o vasto apoio das instituições da província e até mesmo no centro e nós próprios delegamos em 18 províncias chinesas, estas delegações são os empresários pequenos que têm relações com Portugal, gostam de Portugal e têm negócios com Portugal, portanto são as pessoas que nós trabalhamos, aqui realmente Portugal não é um mercado muito grande e muito atraente para as empresas chinesas, neste sentido nós criamos protocolos com Angola, com Moçambique e principalmente com Brasil para poder criar uma oferta meia, portanto é neste sentido que estamos a trabalhar automaticamente, dentro da nossa Câmara de Comércio temos muitos setores de atividades muito setores de empresários que participam porque todos precisam e gostariam através de nós criar mais uma oportunidade de negócios.

Posso dizer que os maiores parceiros associados que têm mais número são os advogados. Os advogados querem fazer negócios e sabem como é que vão fazer negócios mas neste campo também não me interessa que os advogados venham, o que interessa é que entram e nos possa ajudar a resolver algum problema, os maiores problemas que podem entrar os negócios e os empresários entre a China e Portugal e Portugal e a China são as divergências e as disputas quando tiver um desentendimento neste sentido nós criamos o centro de resolução de conflitos no Porto, em Lisboa que é um Agrupamento de nove advogados que vão receber os conferidos empresariais tentar resolver e cobram menos e depois no porto nós participamos o fazemos conjuntamente com a AEP e a associação dos autarcas no tribunal arbitral para poder resolver algum eventualmente aparecer processos de internacionalização entre Portugal e a China e por isso fizemos protocolos com o Centro Arbitral de Macau portanto para tentar resolver isto aí e isto é uma resolução de trabalho e depois para poder desenvolver o maior e posso dizer que ninguém fez a nenhuma associação fez, nem tem possibilidade de fazer porque isto exige um técnico especializado, por sorte a nossa câmara tem esta pessoa, tem estas pessoas que vêm trabalhar com a internacionalização da moeda chinesa remimibi através de Macau ou da China, vamos estudar neste momento a emissão de dívida das pequenas e médias empresas através de Macau porque tudo isto exige uma especialidade diferente que nem todas as associações têm.

Por nossa sorte temos o nosso Conselho Estratégico que é presidido pelo senhor Bian

Fang que vai falar de internacionalização da moeda e possivelmente na emissão das dívidas das pequenas e médias empresas em Macau que neste momento tem bastante apoio. Automaticamente neste momento também estamos a tentar fazer uma coisa que eu saiba nenhuma associação chinesa-europeus conseguiram fazer, é tentar criar um fundo de investimento, investindo na agricultura que neste momento Portugal bem precisa e tem bons apoios. Tenho a certeza que com esses apoios, com essas personalidades toda a nossa volta não só apenas membros da nossa câmara, não apenas membros do instituto de cooperação para desenvolvimento, não apenas do Centro estudo internacional ou outras associações, mas nós conseguimos juntar essas pessoas que gostam da China e que vão trabalhar com a China juntar a nós e automaticamente também estamos a pedir e a convidar outra personalidade que não faz sempre parte do nosso grupo para poder integrar o nosso grupo, é uma coisa que é certa quem trabalha nestas associações dependentes da comunidade chinesa é uma questão de ser, são as pessoas não profissionais, apenas sendo a sua responsabilidade e capacidade de trabalhar e utilizando o seu prestígio pessoal para ajudar a comunidade eu tenho certeza em Lisboa todas as associações estão a ser lideradas pelo Senhor Choi porque as pessoas mais conceituadas têm maiores apoios, portanto na comunidade chinesas aqui em Lisboa também está concentrado aqui nas pessoas mas a ligação entre as associações de comunidade chinesa e as associações de comunidade portuguesa é que ainda não está muito bem juntas porque tudo isto também é preciso de uma característica de trabalhadores voluntários que está disposto a fazer o seu trabalho, que ainda não estão bem juntos. Portanto eu acho que aquilo que posso dizer, também não quero perder mais tempo com isto, parece que ando a vender as minhas sardinhas, mas de qualquer maneira é para dar o conhecimento aquilo que estamos a dizer aquilo que o apoio da plateia nos pode ajudar. E depois qualquer dúvida qualquer pergunta, estarei disposto a responder.

Muito obrigado.



A COOPERAÇÃO, A ROTA DA SEDA, E O UM FUTURO COMUM PARA A HUMANIDADE

ILÍDIO SERÔDIO (ENG. ILÍDIO SERÔDIO, VICE-PRESIDENTE DA CCILC, CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-CHINESA)

No âmbito do tema atribuído à Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa (CCIL-C), nomeadamente a “A cooperação Política, Económica e Financeira. A cooperação Cultural Científica e Tecnológica. A Rota da Seda, e o projeto de um Futuro Comum para a Humanidade.”, importa em primeiro lugar destacar que o Estado português está ampla e institucionalmente representado na República Popular da China ao mais alto nível, demonstrando assim empenho sincero e dedicado para o sucesso da relação política, económica, financeira, cultural, científica e tecnológica, para citar as suprarreferidas vertentes de colaboração em análise.

Veja-se, portanto, a representatividade institucional de Portugal na China:

- Embaixada de Portugal em Pequim - Embaixador José Augusto Duarte;
- 3 Consulados: Xangai (Dr. Israel Saraiva), Guangzhou (Dra. Ana Menezes Cordeiro), Macau & Hong Kong (Dr. Paulo Cunha Alves);
- 1 Consulado Honorário: Hong Kong (Comendador Ambrose So);
- 4 delegações da AICEP (sob alçada do Secretário de Estado da Internacionalização, Dr. Eurico Brilhante Dias - MNE): Beijing (Dr. João Falardo - coordenador nacional), Xangai (Dr. Mário Potier Quina), Guangzhou (Dr. Mário Ferreira) e Macau & Hong Kong (Dra. Maria Carolina Lousinho);
- Representação no Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, em Macau (Dra. Maria João Bonifácio);
- Representação no Conselho de Administração do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, em Pequim (Dr. Enrique Martínez-Galán).

Mesmo estando nos dois extremos opostos da Eurásia, Portugal e China conhecem-se há mais de 500 anos, e como referido pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a relação de Portugal com a China é excepcional. Atualmente, Portugal e China vivem a melhor fase da relação bilateral e isso foi já amplamente referido tanto na parte portuguesa como chinesa. Exemplo disso foram as declarações do Presidente Chinês, Xi Jinping, na sua última visita a Lisboa em 2018, referindo que a relação com Portugal “está a entrar no seu melhor período”. Esta fase mais positiva é palpável com ações concretas nos últimos anos, como o

facto de Portugal ter-se tornado membro fundador do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (BAII). É também evidente o papel que a China teve no apoio a Portugal durante a crise da dívida soberana, quando as empresas chinesas, estatais e privadas, investiram nas empresas portuguesas, como foram os casos da EDP, REN ou Fidelidade. Mais recentemente, foi na referida visita do Presidente Xi Jinping a Portugal que foram assinados 19 acordos bilaterais entre várias empresas, agências públicas e outras entidades em diversas áreas da sociedade. Continua também bem presente o interesse em Portugal no que se refere ao Belt & Road Initiative, considerando a posição geográfica estratégica de Portugal, principalmente no Atlântico Norte e as suas ligações com África e a América Latina (nomeadamente os países da CPLP).

É no âmbito da promoção dessa importante relação bilateral que a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa (CCIL-C) compreende e apoia as iniciativas promotoras de “um futuro comum para a Humanidade”, oportunamente prosseguidas pela diplomacia chinesa. Trata-se efetivamente de uma visão multilateralista e multiculturalista, que privilegia a cooperação entre todas as nações do mundo, dentro das regras instituídas pelas organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio - é nesse quadro que a competição económica entre países deve acontecer, no sentido de preservar as boas relações entre todos, independentemente dos legítimos interesses de cada um, que em um momento ou outro poderão ter de ser negociados quando seja necessário respeitar e acomodar interesses contrários mas igualmente legítimos. A relação que interessa construir é a relação que se afirma pelo positivismo e pelo valor que acrescenta ao próximo, em linha com o suprarreferido “futuro comum para a humanidade”. Essa linha de pensamento é tão indispensável como o são as ações concretas já demonstradas e que a confirmam.

Neste particular, gostaríamos de referir não só o projeto Belt & Road Initiative, liderado pela China - de que Portugal faz parte e que tem contribuído principalmente nos países em vias de desenvolvimento, nomeadamente com a construção de infraestruturas essenciais para aliviar situações de pobreza relativa a milhões de seres humanos -, mas também outras ações concretas, como os mais de dois biliões de vacinas produzidos pela China e fornecidos a mais de 120 países. O mundo necessita de concertação, solidariedade e cooperação internacionais para construir uma comunidade global equilibrada e a CCIL-C acredita que a China está sinceramente empenhada em fazer parte deste processo, sem prejuízo de campanhas políticas e de comunicação que pretendem transmitir uma imagem inverídica. É importante prosseguir o caminho da estabilidade internacional e manter as portas abertas, ainda que num momento ou outro possam existir países que por motivos de política interna ou pressionados pelas indústrias domésticas, estejam ainda numa fase anterior à da construção de pontes.

Não é por acaso que a China irá organizar os Jogos Olímpicos de Inverno em 2022, ou que está a investir bastante em tecnologia de exploração espacial, tendo neste momento três astronautas no espaço, ou mesmo que trabalha com todos os seus recursos para desenvolver algumas das mais transformativas e disruptivas tecnologias a nível internacional, rivalizando cada vez mais em termos de registo de patentes e investigação científica com os Estados Unidos da América.

É neste aspecto fundamental que a CCIL-C procura ser um elemento dinamizador,

promovendo esta união, solidariedade e mentalidade win-win, procurando a compreensão mútua dos dois povos. Esses elementos estão presentes desde a fundação da CCIL-C em 1978, que precede em um ano o restabelecimento das relações entre Portugal e a China, onde desempenhou um papel instrumental na aproximação diplomática dos dois países e Povos.

Na atualidade, a CCIL-C está empenhada em incentivar a criação de mais pontes e ligações com a China, estando em curso a criação de uma nova delegação em Xangai (para além da que já possui em Macau), que será inaugurada no segundo semestre de 2022. No que toca ao futuro das relações entre os dois países, a CCIL-C continuará a defender a colaboração internacional, multilateralismo e multiculturalismo. Em momentos de menor estabilidade internacional, a relação pragmática, de canais abertos e de respeito mútuo entre Portugal e a China pode e deve funcionar como catalisador para outros países desenvolverem políticas promotoras da confiança entre as Nações, privilegiando-se o apaziguamento e a busca por melhores condições de vida para todas os Povos do mundo.



MISSÃO E OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESÁRIOS

PORTUGAL-CHINA

CAROLINA GUEDES (DRª CAROLINA GUEDES, DIRETORA GERAL DA AJEPC)

Muito bom dia, primeiro queria agradecer a organização pelo convite e por nos darem a oportunidade de estar neste painel com gente tão conceituada nas relações entre Portugal e China. Muitas das pessoas que aqui estão são pessoas com quem nós temos relações institucionais de longa data e portanto eu vou continuar na senda da apresentação pragmática do que esta relação entre o mercado Portugal China porque na realidade, acho que já foi feita uma análise bastante extensa pelas pessoas que me precederam de uma forma mais analítica e até dando uma visão do mercado e eu vou falar um bocadinho sobre o trabalho que nós fazemos no terreno acho que também é importante partilhar, eu tenho aqui uma pequena apresentação que vou partilhar se me derem oportunidade.

Eu faço parte da Associação de Jovens Empresários Portugal-china, nós somos uma associação pequena somos compostos essencialmente por voluntários, começámos com o movimento em 2009 de uma série de empresários que estavam a tentar ir para a China que se encontrando e que decidiram unir esforços para trabalharem juntos nessa aproximação ao mercado e, portanto, essa ideia da Cooperação é uma coisa que de facto está metida na nossa génese desde o início. Fomos formalmente constituídos em junho 2012 e como eu estava a dizer somos uma organização composta essencialmente por voluntários e portanto em todas as ações que desenvolvemos normalmente temos voluntários a colaborar connosco não só dos nossos Associados que fazem parte da associação Mas também gostamos muito desenvolver Jovens estudantes e pessoas que estejam ligadas ou que ainda estejam a estudar mas estão ligadas ou que tenham interesse no mercado China porque achamos que é daí que devemos constituir as relações, ainda antes das pessoas entrarem de facto no mercado de trabalho e damos também essa oportunidade de terem uma experiência do que é que é o contacto com o mercado e trabalhar com o mercado e todos os desafios que isso impõe. Acreditamos profundamente na Cooperação desde o início temos uma série de entidades na China com quem cooperamos regularmente, estão aqui mencionadas algumas neste slide, mas são só as maiores porque de facto a nossa rede é muito mais extensa do que esta. A pandemia lançou alguns desafios nesta questão da Cooperação com a China que nós tentamos através desta rede colmatar e mantermo-nos presentes e participar em eventos que estavam a ser organizados no mercado mesmo que só online e também organizar algumas atividades de

forma a que nós mantivéssemos este contacto porque ele é de fato muito importante. Aqui está um bocadinho um overview do que é que tem sido o trabalho desde 2012 quando fomos formalmente constituídos até agora, neste ano que passou estas sessões de esclarecimento que nós temos por hábito organizar exatamente por causa da pandemia e não só vendo a pandemia como um problema mas também com algum sentido de oportunidade fizemos estas sessões de esclarecimento em vez de serem só organizadas presencialmente em Portugal ou só presencialmente na China como ninguém podia estar presencialmente em lado nenhum acabámos por organizar sessões que juntavam os dois mercados e com o tema comum cada pessoa do seu lado dava a sua visão sobre o tema o que eu acho que é muito importante porque ainda há uma série de preconceitos ideias pré-concebidas sobre a China que vende que as pessoas às vezes não tem ideias tão diferentes sobre a mesma coisa ou entendendo as perspectivas diferentes e o porquê das perspectivas diferentes também enriquece a nossa visão da relação entre as duas partes. Nós normalmente quando levamos empresários para a China gostamos de lhes chamar a atenção não só para a dimensão do país porque às vezes as pessoas aqui acham que vão abordar o mercado da China como aqui, por exemplo, na europa se aborda qualquer outro mercado esquecendo-se que nós temos uma divergência tamanho abissal não é? A China, como se vê aqui nesta imagem, Portugal está ali parece uma migalha ali da China e portanto nós convidamos sempre os empresários a fazer uma auto-reflexão sobre o que é que tem para oferecer em que sentido é que acrescenta valor e onde é que podem ter facto estar de uma forma que seja interessante para eles, porque se calhar a escala do que tem para oferecer, uma cidade que tem as vezes mais habitantes do que Portugal inteiro já pode ser no mercado extremamente interessante para uma empresa portuguesa e isso faz com que não estejam a desperdiçar recursos nomeadamente recursos financeiros. Nós trabalhamos essencialmente com empresas de pequenas médias microempresas e portanto é muito importante entender onde é que vão investir o seu dinheiro e o seu tempo para que possam ter resultados. Também gostamos de lembrar as pessoas que há uma divergência de costura entre Ocidente e Oriente nós aqui queremos resultados agora, trabalhamos para o imediato queremos que as coisas sejam feitas neste momento, na China as relações pessoais criando fortes laços entre as pessoas antes dos negócios são muito importantes, o que significa que demora algum tempo até de facto se conseguir construir uma relação que depois permita ter frutos, o que dizemos sempre é que quando nós conseguimos construir uma relação de sucesso com em chinês como nós temos feito amizade institucional com as instituições com quem cooperamos, são relações para a vida e nós podemos sempre contar com a ajuda de quem está e com a colaboração e vão ter sempre, a perspetiva vai ser sempre no sentido nos ajudar a fazer o nosso melhor e portanto vale a pena este tempo que entre aspas, é desperdiçado, também nesta ideia da Cooperação nós em 2017 lançámos um projeto chamado três eventos três continentes em português nós acreditamos que a lusofonia é uma ferramenta importante podemos usar no mundo hoje em dia e nesta ligação também com a China por causa da nossa grande aproximação a Macau, uma vez que nós já participamos na feira internacional de Macau desde 2012 e desde 2017 em que foi inaugurado o pavilhão dos produtos e serviços dos países de língua portuguesa, que são os organizadores desse pavilhão e também nesta aproximação, neste trabalho que desenvolvemos com Macau, fizemos uma aproximação aos

países de língua portuguesa onde temos hoje em dia muito parceiros e muito associações com quem cooperamos localmente. Toda esta rede que foi sempre construída fez-nos começar este projeto que chama 3 eventos 3 continentes em português que tem um evento cá em Portugal que neste últimos 2 anos por causa da pandemia aconteceu em novembro e não em junho mas no próximo ano esperamos já poder fazer em junho, em seguida em outubro em Macau, a MIF- Feira Internacional de Macau e depois o feed business fórum? que acontecerá já 2022 entre os finais de março, início de Abril em Santa Catarina no Brasil através de um parceiro que temos lá porque nós fazemos também parte da rede das câmaras de comércio portuguesas no mundo e portanto também temos uma rede alargada fora desta rede nacional com a China. Este é o evento que nós fazemos cá em Portugal é um evento que é organizado pela AJEPC, que conta com a colaboração da ordem dos contabilistas certificados cá em Portugal porque nos cedem o espaço mas que conta principalmente e nesta ideia da Cooperação das associações e distribuições do mundo todo que nos ajudam não só promover este projeto que é um projeto networking em que a nossa ideia é ajudar as pessoas a conhecerem-se umas às outras, a fazerem negócio nós somos uma entidade sem fins lucrativos portanto nós estamos de facto aqui para trabalhar para os outros e para ajudar os outros a atingir os seus objectivos sem qualquer ganho financeiro para a associação e trabalhamos de facto nesse sentido de missão, com o sentido missão em que estamos aqui para trabalhar para os outros e para ajudar os outros. Estas fotografias que vêm aqui já são fotografias da edição deste ano, tivemos a honra de ter o senhor embaixador da República Popular da China em Portugal Doutor??? a fazer a abertura do evento e depois eu pus aqui umas outras fotografias tem a ver com essa ligação com a China do chairman LU?da commerce???? que nos veio falar da nova rota da seda e o painel que fizemos dedicado a China exatamente Na tentativa de desmitificar estes preconceitos que são pré-conceitos que as pessoas têm na cabeça sobre o mercado e sobre a interação com o mercado e depois a PLPEX que será feita Esperamos nós que retomando a normalidade em outubro 2022. Este é o evento, é o maior evento que nós fazemos para Portugal, que normalmente temos delegações acima dos 200 empresários a participar neste vemos e levamos sempre connosco cultura.

Achamos muito importante não só fazer a disseminação da cultura chinesa cá para que sejam entendidas algumas formas de atuar e de estar mas também quando estamos a promover Portugal e os produtos de língua portuguesa e os produtos dos países de língua portuguesa porque também já tivemos nomeadamente cá em Portugal na FIN cultura dos países de língua portuguesa integrada no nosso evento achamos muito importante levar sempre cultura connosco para mostrar um bocadinho do que é que é o nosso país não só a nível de coisas tangíveis como os produtos ou a nível de serviço que as pessoas estão a apresentar mas a nível dos fundos caracteriza enquanto povo e cultura e formas de manifestar quem nós somos, já levámos fado, já levámos os toureiros já levámos tunas, tentamos dar assim uma visão um bocadinho mais alargada do que fazemos. Entretanto nós temos que continuar obviamente agora à distância porque está muito difícil viajar para a China ou da China vir cá a Portugal temos que continuar a trabalhar no sentido da implementação da Cooperação com o rio yangze?? temos também continuar a trabalhar para melhorar a cooperação de Portugal com o Jiang?? Onde já existem centros de exposição dos produtos de língua portuguesa e também a

cooperação na implementação do centro de promoção de Portugal em Changqing, e estivemos por acaso nesta passada sexta-feira também tal como o José, estivemos numa sessão online de promoção desta nova zona de Hengqin em que nos foi que fizéssemos, não só disseminação do projeto mas também a captação de talentos e de investimento para o território uma vez que está pensando como sendo uma extensão de Macau para dentro da China e uma aproximação e uma nova oportunidade de fazer essa aproximação à China. Pronto, era um bocadinho esta mensagem que queria passar sobre o trabalho que desenvolvemos sobre a nossa a nossa visão de que é importante entender a cultura, é importante cooperar entre as entidades e que estamos sempre disponíveis para cooperar com toda a gente que nos apresenta projetos que façam sentido para o nosso trabalho.

Muito obrigada, mais uma vez pelo convite.



A NOVA ZONA DE COOPERAÇÃO APROFUNDADA GUANGDONG/ MACAU E HENGQIN

JOSÉ CARLOS MATIAS (DR. JOSÉ CARLOS MATIAS, JORNALISTA, DIRETOR DO BUSINESS MACAU)

Olá, bom dia, saudações a todos, é um enorme prazer, uma honra enorme para mim poder juntar-me a este evento. Queria desde já saudar a organização, saudar e agradecer ao Dr. Rui Lourido pelo convite que muito me honra.

Saudação às entidades organizadoras desta 3ª Conferência Internacional de Cooperação Portugal China e, claro, uma palavra também aos oradores que nos antecederam, Doutor Júlio Pereira, Doutor Jorge Costa Oliveira e tantos velhos amigos, velhos conhecidos e novos amigos que temos aqui nesta conferência. Uma saudação à doutora Andreia Valente, moderadora deste painel, e a todos os participantes nesta mesa redonda diversa e muito, muito interessante.

Falo-vos a partir de Macau, da zona da areia preta, no norte da região administrativa especial de Macau. Dá-se aqui a coincidência de, na semana passada, na quinta e na sexta-feira, ter estado aqui ao lado em Hengqin, a que nos referimos como a Ilha da Montanha, onde se está a construir uma zona de recuperação aprofundada, de grande potencial, muito interessante, e é esse o motivo, o tema, que vos trago aqui.

Começo por vos falar de uma imagem, que é a visão de um olho de pássaro sobre a ilha da montanha onde podemos ver a zona do Cotai e a nova zona de cooperação aprofundada Guangdong/ Macau e Hengqin. Em todo caso, vou fazer uma apresentação em que irei abordar, antes de falar especificamente da questão de Hengqin, três ou quatro aspetos conceptuais.

Por um lado, o papel das cidades, das unidades subnacionais, das regiões, das províncias como plataformas de softpower. Pois claro, Macau como uma plataforma sino-lusófona; a *Belt and Road Initiative*, que foi um tema central nas intervenções dos doutores Júlio Pereira e Jorge Costa Oliveira, numa perspectiva mais de diálogo intercultural; o plano para a grande Baía Guangdong, Hong Kong, Macau; depois o plano para a zona de cooperação aprofundada entre Hong Kong, Macau e Hengqin; e depois um olhar para o papel, o novo papel, um papel neste novo contexto, para Macau. Aqui falamos desta ideia das cidades como plataformas de softpower.

Por um lado, quanto ao conceito de softpower, usamo-lo de uma forma, digamos assim, adaptada do conceito original. Aprofundo aqui o argumento segundo o qual os governos centrais normalmente utilizam instrumentos do chamado hard power. As estratégias de

softpower podem ser utilizadas, a vários níveis, por vários actores que interagem à escala Global, sejam cidades, sejam regiões, sejam províncias. Têm características interessantes porque, apesar de não estarem directamente envolvidas nas relações de poder ao nível da alta esfera diplomática, são frequentemente locais de inovação, experimentalismo e liderança em vários domínios, desde o cultural ao tecnológico. Por esta razão, apresento o argumento que as cidades são plataformas interessantes que os Estados utilizam, que os governos centrais utilizam, para projetar uma estratégia a nível global envolvendo vários actores. Actores esses que podem ser governamentais, mas também actores não governamentais, seja ao nível das empresas, ao nível das instituições, ao nível das associações ou da sociedade civil. A questão central é a da conectividade entre as pessoas para além daquilo que é a dimensão oficial.

Macau como plataforma Sino-Lusófona é uma história de cinco séculos que, depois da criação da região administrativa especial de Macau, conheceu em 2003 um desenvolvimento importante com a criação do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa sob a alçada do ministério do comércio, com o secretariado permanente em Macau, com as conferências industriais de alto nível e com uma multiplicidade de eventos, de iniciativas, de encontros, ao longo destes quase 20 anos; menos ultimamente, infelizmente, devido à situação da pandemia. A partir de 2015, 2016, com o lançamento da iniciativa uma faixa e uma rota, assistimos a um enquadramento do papel de Macau como plataforma entre a China e os países de língua portuguesa neste projeto maior que foi já aqui bastante explorado sob vários prismas. Quero destacar, entre vários aspetos, que têm muito a ver com a conectividade no sentido mais amplo, a dinâmica do intercâmbio cultural e do diálogo entre civilizações; além, claro, daquilo que é a dimensão de infraestruturas e a dimensão ao nível financeiro.

Este é o documento (?) da Comissão Nacional de reforma e desenvolvimento, o “blueprint”, lançado em 2015, e aqui também já referido, se não me engano, pelo doutor Jorge Costa Oliveira, sobre as prioridades ao nível da cooperação. E claro que a perspetiva e a dinâmica infraestrutural é chave, também ao nível do Comércio, de integração financeira e de conexão entre povos e é aqui que Macau joga e desempenha um papel, no meu entender, central. Tem cumprido esse papel, mas há um potencial muito maior para ser desenvolvido, ao nível da diplomacia cultural com base alavancada na iniciativa, no *belt and road initiative*, e que de facto, tem aspetos muito interessantes.

Ao nível do Turismo, se pensarmos no património mundial das cidades ao longo das “faixas e das rotas”, Macau por ter, desde 2005, o seu centro histórico inscrito no património mundial da Unesco, tem desempenhado um papel, que pode evoluir de forma mais efetiva. O enquadramento do fórum de Macau, da relação de Macau com os países de língua portuguesa na iniciativa uma faixa e uma rota já vinha a ganhar terreno e é muito afirmado de forma evidente pelo primeiro-ministro Li Keqiang no discurso que profere na abertura da conferência industrial de 2016, salientando precisamente a grande compatibilidade entre o projeto e iniciativa uma faixa e uma rota e os problemas de desenvolvimento de vários países de língua portuguesa. Depois, avançando um pouco, porque na verdade esta ideia de Macau como plataforma a vários níveis acaba por ser enquadrada por um lado na iniciativa uma faixa e uma rota, por um projeto global da República Popular da China e por outro lado naquilo que

é um projeto de desenvolvimento e integração Regional da grande Baía Guangdong, Hong Kong, Macau, se olharmos para o plano, para o “blueprint” de 2019, então aí encontramos, naquilo que diz respeito ao papel e à função de Macau, várias referências, desde a componente sino-lusófona de Macau na concretização da funcionalidade, um centro turismo mundial de lazer, uma plataforma de serviços entre a China e os países de língua portuguesa que não precisa de uma base ao nível cultural, à questão da relação com Portugal e com os países de língua portuguesa.

Interessante realçarmos aqui um papel que os serviços financeiros e que aquilo que se está a desenhar ao nível dos novos serviços financeiros ou da Indústria financeira moderna desempenha aqui, daquilo que se espera que Macau possa fazer, também ao nível da internacionalização do renminbi e duma perspetiva logística e de distribuição de produtos dos países de língua portuguesa e ao nível da capacitação dos recursos humanos e da criação e fortalecimento da ideia de uma base de talentos, com alta proficiência em português e em chinês. Claro que teremos que ir mais além, não apenas na proficiência linguística, no domínio cultural, mas também com o conhecimento de mercado e com aquilo que são serviços de valor acrescentado que podem nesta perspetiva ser desenvolvidos para que essa funcionalidade seja mais visível, mais concreta. Evidentemente, a cultura e a relação entre pessoas de várias proveniências constituem um aspecto desta plataforma de que vos falava, e que é neste contexto, a grande mais valia de Macau, no processo de construção da grande Guangdong/Hong Kong/Macau. É esta relação com os países de língua portuguesa e é refletida naquilo que foi anunciado em 5 de setembro de 2021, que é o projeto geral de construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong, Macau e Hengqin.

Aqui vemos a região a amarelo, a região administrativa especial de Macau e a zona adjacente da ilha da montanha que na verdade é uma junção originalmente de duas ilhas e várias outras pequenas ilhas que agora se constitui depois na nova área de Hengqin, agora com este conceito novo de cogestão entre a região administrativa especial de Macau e o governo provincial de Guangdong, foram lançadas as bases do projeto do Masterplan. E o que é que está nesse Masterplan? Há vários aspetos interessantes, descreve, digamos assim, o potencial de desenvolvimento e de diversificação de Macau, que tem uma economia muito dependente do setor do jogo e aliás, a esse nível, estas últimas semanas têm sido bastante profícuas em notícias e em algo transformacional, mas não é nosso tópico, de toda a maneira. Temos aqui as metas 2024, 2029, 2035, para este projeto de construção na zona de cooperação aprofundada em Hengqin.

Entre vários aspectos podemos ver que o objetivo é que em 2035, e aqui há um alinhamento com os objetivos que estão referidos no plano para a grande Baía Guangdong/ Hong Kong/ Macau, esta diversificação económica adequada seja alcançada e aqui já não estamos a falar da diversificação económica moderada como era referida anteriormente, nós estamos aqui num outro nível, portanto a ideia é haver aqui um acelerar significativo relativamente a esse objetivo de diversificação económica por um lado. Por outro lado, de integração, desta zona ser uma zona intermédia, uma zona com alguns aspetos experimentais de avanço. Quais são as indústrias que são referidas como chave ao nível tecnológico, de investigação científica, de alto valor acrescentado, aqui há uma que tem a ver com a medicina tradicional chinesa.

Eu estive na semana passada numa visita a Hengqin, uma visita em que estiveram presentes representantes de meios de comunicação social de língua portuguesa e inglesa de Macau. Tivemos a oportunidade de visitar a zona da incubadora para start-ups, também a zona da medicina tradicional chinesa, claro que ainda estamos numa fase inicial, podemos olhar para o potencial, portanto há muito Hardware, ainda falta uma componente de software humano que vai sendo criada. Estamos numa altura complexa tendo em conta a situação pandémica, mas já podemos ver no que diz respeito à medicina interna chinesa, projetos concretos a tomarem forma, portanto quando olhamos para um outro aspeto que tem a ver com o centro financeiro de Hengqin, já podemos ver quem está aqui em Macau e quem veio recentemente que nem cogumelos a crescer, e novos edifícios a brotar nesse centro financeiro tendo como objetivo o desenvolvimento, na área da inovação financeira e na relação com os países de língua portuguesa, que é realçado no plano geral de construção como eixo central de grande importância. Oportunidades, claro que há muitas, naturalmente, podemos dizer, em termos de conclusão que Macau tem desempenhado este papel, é um papel histórico como já referi, que vem desde o século 16, e que ganha um novo significado revigorado após a transição e a partir da criação do fórum em 2003, há aqui um enquadramento deste papel de Macau como plataforma sino-lusófona nos projetos internacionais, nacionais e regionais da China, do governo central, depois há aqui algo que é visto como óbvio, que é constantemente salientado, que é uma grande vantagem, que é uma das vantagens chave de Macau nestes processos todos da Faixa e Rota, da grande Baía, a construção de Hengqin, é precisamente a ligação com Portugal, a ligação com os países de língua portuguesa e portanto o que seria interessante é que isso pudesse desenvolver como um eixo dessa mesma diversificação económica, ao nível de serviços e ao nível de projetos de investimentos concretos e isso seria de facto interessante. Claro que existem aqui desafios, a mobilidade é uma questão central, temos ainda que perceber como é que vai funcionar essa mobilidade para todos os residentes em Macau, incluindo aqueles que não têm nacionalidade chinesa mas que são residentes de Macau, a questão do acesso e mobilidade, estamos à espera. Há uma lógica de duas linhas, portanto, uma fronteira suave, esse é o objetivo entre Macau e Hengqin e depois uma outra, chamamos de checkpoint, que é entre Hengqin e os outros (?). Tudo isso irá tomar formas, estamos à espera, evidentemente desses desenvolvimentos e também numa fase inicial o plano foi apresentado há três meses atrás e temos a questão da pandemia também para encaixar em tudo isto. Políticas para atrair talentos, mão de obra qualificada de países de língua portuguesa para Macau e Hengqin, era importante que houvesse aqui um plano ambicioso que mantivesse uma presença de quadros qualificados de países de língua portuguesa em Macau e que também ali possam desempenhar um papel de mais valia em Hengqin, políticas de atração de investimento direto externo, era importante que houvesse aqui projetos charneira que tivessem a marca das empresas dos países de língua portuguesa em Hengqin. Claro que temos que esperar também pelas medidas mais concretas ao nível de facilitação de investimentos, ao nível de circulação de capital, etc. Mas o objetivo que foi enunciado é que essas medidas irão ser implementadas para atrair investimento direto externo, e que os países de língua portuguesa poderão ter aqui um tratamento e uma abordagem favorável, seguramente. A produção desta zona de cooperação aprofundada junto dos países de língua portuguesa e depois uma perspetiva

mais abrangente que incluía naturalmente essas indústrias chave que são designadas como importantes para a diversificação económica e também ao nível científico, ao nível vocacional, ao nível cultural, conectando as pessoas porque assim se fazem não só melhores negócios, mas também ganham uma substância e um substrato de longo prazo muito mais interessante. E com isto eu terminava aqui deixando-vos os meus contactos e também uma fotografia que tirei a sexta feira passada, isto é uma fotografia de Hengqin olhando para Macau, podemos ver aqui a torre de Macau, aqui o casino...?, O grande Lisboa aqui e já torres dessa zona do futuro centro financeiro, portanto, esta década, será seguramente uma década transformacional e uma década muito interessante. Espera-se que com oportunidades e em que possamos elevar a cooperação e relações entre Macau, Portugal, China e os países de língua portuguesa, e essas são as condições e essa é a hipótese que se coloca aqui de que a zona de Hengqin possa ter um papel enriquecedor, um papel chave nesse processo.

Com isto despeço-me, acho que já falei demais, peço desculpa.

Muito obrigado.



DISCURSO NA CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO DA III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA DO CHEFE DA DELEGAÇÃO ECONÓMICA E COMERCIAL DE MACAU EM PORTUGAL

DOUTOR ALEXIS TAM

Senhor Secretário de Estado da Internacionalização,
Senhor Secretário-Geral da Câmara de Cooperação e de Desenvolvimento Portugal-China (CCDPCh),

Senhor Presidente do Observatório da China,

Senhor Presidente da União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China,

Senhor Secretário Geral da UCCLA,

Ilustres convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Foi com todo o gosto que acedi ao amável convite que me foi endereçado para participar e discursar na 3ª Conferência Internacional de Cooperação Portugal-China.

Gostaria por isso de, em primeiro lugar, deixar uma palavra de incentivo e as mais sinceras congratulações pela fantástica organização desta iniciativa que valoriza não só os seus organizadores como todos os intervenientes e participantes.

Deixo, por isso, uma palavra especial de apreço ao Professor António dos Santos Queirós, ao Dr, Rui Lourido e ao Dr. Júlio Pereira.

Este evento, organizado pela Câmara de Cooperação e de Desenvolvimento Portugal-China e pelo Observatório da China, em parceria com a União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China, permite dar a conhecer não só os fortes laços de amizade e cooperação entre Portugal e a China, como também abre um fórum de discussão para a “construção de um futuro pacífico e comum para a Humanidade”.

Na visita oficial a Portugal em 2018, o Presidente chinês, Xi Jinping, enalteceu os laços de amizade entre os dois países, utilizando um antigo ditado chinês que diz que: “a amizade é mais espessa do que cola e mais forte que metal e pedra”.

Referiu igualmente que a China e Portugal estão a atravessar o melhor momento nas suas relações, com imensas possibilidades de cooperação e que a China irá aprofundar o intercâmbio com Portugal, desempenhando um papel de embaixador da amizade.

Deixem-me sublinhar que subscrevo totalmente as afirmações do Senhor Presidente e

sinto grande responsabilidade na concretização daqueles desígnios.

As especiais relações amistosas entre a China e Portugal são baseadas nas características dos seus povos e beneficiam do intercâmbio e entendimento que dura há mais de 400 anos.

Recentemente, assinalámos os 40 anos do restabelecimento das relações diplomáticas luso-chinesas e esta efeméride traduz-se numa boa oportunidade para intensificar o intercâmbio e a amizade entre os dois países.

O Presidente da República Portuguesa, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, manifestou o apoio de Portugal à iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e expressou o desejo de ser um elo de ligação entre a Rota da Seda Terrestre e a Rota da Seda Marítima, e a China e Portugal abriram, em conjunto, uma nova viagem de cooperação: a “Parceria Azul”.

Senhoras e senhores,

Macau é uma plataforma privilegiada no intercâmbio cultural entre a China e Portugal. Macau é, também, um elo de ligação importante na Rota da Seda Marítima, integrando-se na metrópole da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, que é constituída pelas duas regiões administrativas e nove cidades da província de Guangdong.

Ora, esta área economicamente aberta é a mais dinâmica no sul da China e está vocacionada para estar virada para o mundo. No grande projecto de desenvolvimento da Grande Baía, são estratégias de desenvolvimento de Macau a criação de um destino turístico de lazer a nível mundial, uma plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e o mundo lusófono, e uma base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como a predominante, promova a coexistência de diversas culturas.

Nesse sentido, Macau desempenhará um papel mais activo e dinâmico na cooperação luso-chinesa no futuro.

O Governo da RAEM continuará empenhado em contribuir para a cooperação bilateral e multilateral entre a China, Portugal e os países lusófonos, em especial, nas áreas do turismo, comércio, investimento e educação (no âmbito do ensino do português).

Esta é uma política, aliás, de alcance bem mais vasto, pois é parte integrante e assumida dos desígnios que configuram o novo plano estratégico definido pelo Governo Central da República Popular da China, consubstanciado na expressão “Uma Faixa, uma Rota”. A cooperação com os países lusófonos, nomeadamente no eixo da língua, é parte integrante de tais desígnios.

O Senhor Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, disse, durante a sua visita a Portugal em 2018, que a China e Portugal são bons amigos com uma relação mútua que é, ao mesmo tempo histórica, de confiança e cooperativa.

A história que Portugal e Macau percorreram lado a lado durante vários séculos e permitiu criar raízes profundas e laços estreitos de amizade que sustentam esta relação de cooperação e intercâmbio em diferentes níveis e áreas, estão hoje mais fortalecidos.

Não restam então dúvidas que a República Popular da China valoriza, sem precedentes, os laços de amizade com Portugal.

Todos nós aqui reunidos hoje temos em mente que os últimos 2 anos foram anos de superação; superação essa que só foi possível através da solidariedade e cooperação entre povos e culturas. A relação entre a China e Portugal é prova viva dessa cooperação solidária que ambicionamos reforçar e estender.

Muito obrigado e votos de um Feliz Natal cheio de sucessos e boa saúde!